

**50 ANOS DE OCUPAÇÃO DO LITORAL OESTE.
O CASO DA FREGUESIA DE PATAIAS, ALCobaça**

Paulo Grilo Santos

**Dissertação de Mestrado em Gestão do Território –
Planeamento e Ordenamento do Território**

Setembro, 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão do Território – Planeamento e Ordenamento do Território, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Carlos Pereira da Silva e co-orientação do Professor Doutor Nuno Pires Soares.

Em memória do meu pai.

Para as Paredes,

terra mítica de um porto soterrado à espera do renascimento para novas aventuras.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Doutor Carlos Pereira da Silva, grande incentivador da escolha do tema, pela disponibilidade demonstrada, pela partilha e exposição de conhecimentos, pelas questões levantadas, pelos caminhos indicados e pelo esclarecimento de dúvidas e ao Professor Doutor Nuno Pires Soares, pela partilha de uma visão profunda, atenta e crítica da Geografia.

À Câmara Municipal de Alcobaça, na pessoa do vereador Hermínio Rodrigues e aos arquitetos Carlos Ferro e Alexandre Quadrio, pelo tempo dispendido, pela partilha de conhecimentos e por tornarem possível a consulta e cedência de documentos.

À Junta de Freguesia de Pataias, pelo acesso aos documentos e dos livros de atas da Junta e Assembleia de Freguesia de Pataias.

Ao Engenheiro Mota Lopes, do Instituto Geográfico Português, pela disponibilidade e entusiasmo sempre demonstrados e cuja ajuda, sonho, visão e colaboração abriram horizontes e enriqueceram esta dissertação.

Ao Carlos *Albano*, Jorge Agostinho, Tiago Inácio, Rui Horta, Marcelino Neves, Fernando Gonçalves, ao meu padrinho Humberto Santos e à Margarida Reis da Associação de Moradores e Amigos de Paredes da Vitória. Sem eles, não teria sido possível aceder a muita informação, começando nas edições do “Jornal de Pataias” e da “Voz da Paróquia”, fotografias antigas e a registos históricos no Arquivo Distrital de Leiria, ou a simples conversas que iluminaram, esclareceram e orientaram este trabalho. À Idiolina Ferreira pela revisão e leitura crítica da dissertação. À Fátima Tomás pelo seu sofá.

Ao *Zoff* e ao Barbeiro, amigos de infância, companheiros do futebol e confidentes de desabafos.

À minha mãe Nazaré e ao meu irmão António, cujo apoio e incentivo incondicionais foram determinantes e tornaram possível o regresso à faculdade.

À minha esposa Fátima e aos meus filhos Pedro e Francisco. Sem o seu muito apoio, larga compreensão e infinita tolerância nada disto teria sido possível.

RESUMO

50 ANOS DE OCUPAÇÃO DO LITORAL OESTE. O CASO DA FREGUESIA DE PATAIAS, ALCOBAÇA

Paulo Grilo Santos

Palavras-Chave: Zona Costeira, Ocupação Urbana, Ordenamento do Território, Instrumentos de Gestão do Território.

A ocupação urbana do litoral é um fenómeno com especial expressão na segunda metade do século XX. No caso português foi feita quase sempre através da transformação e densificação de núcleos piscatórios em comunidades essencialmente turísticas, associadas a uma descaraterização urbanística dos lugares e à ocupação da orla costeira de forma desordenada.

Apesar dos inúmeros documentos legislativos produzidos nas últimas décadas, a rápida ocupação da orla costeira acabou por levar a uma gestão mais reativa que pró-ativa, evidenciando-se ainda a falta de articulação entre os planos e a consequente ausência de estratégia para uma gestão integrada das zonas costeiras.

O presente trabalho pretende fazer a análise desta ocupação da orla costeira, utilizando o litoral da freguesia de Pataias no concelho de Alcobaça como exemplo, tentando entender como se processou a sua ocupação, e a aplicação dos instrumentos de gestão do território existentes.

Através da confrontação das várias propostas, planos e várias fontes de informação, foi possível perceber que muitas das vezes as dificuldades de aplicação dos referidos instrumentos resultam de realidades locais, complexas, ou ainda a falta de capacidade técnica e política dos responsáveis locais, resultando em ocupações desordenadas com impactos bastante negativos no ordenamento e gestão deste território, comprometendo, muitas vezes de forma quase irreversível, o seu futuro.

ABSTRACT

50 YEARS OF LITORAL OESTE OCCUPATION. THE PATAIAS PARISH CASE, ALCobaça

Paulo Grilo Santos

Keywords: Coastal, Urban Occupation, Territorial Planning, Territory Management Instruments.

The coastline occupation is an urban phenomenon with particular expression in twentieth century second half. In the Portuguese case it was almost always done through the transformation and densification of fishery cores in communities mainly tourist, associated with a urban places decharacterization and the disorderly coastal border occupation.

Despite numerous legislative documents produced in recent decades, the rapid shoreline occupation eventually lead to a more reactive than proactive, demonstrating yet the lack of coordination between the plans and the consequent absence of a strategy for an integrated management of coastal areas.

This study intends to examine this coastlines occupation using the coastal parish Pataias in the municipality of Alcobaça as an example, trying to understand how they processed their occupation, and the application of the existing territorial management tools.

Through the comparison of several proposals, plans and various information sources, it was possible to realize that the difficulties in applying these instruments are often the result of local complex realities, or the lack of technical and political capacity of local leaders, resulting in cluttered occupations with a lot of negative impacts on the planning and management of this territory, compromising, often in an almost irreversible way, its future.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	I
RESUMO	III
ABSTRACT	IV
ÍNDICE.....	V
LISTA DE ABREVIATURAS.....	VII

INTRODUÇÃO

1. Contextualização do tema.....	1
2. Objetivos e estrutura da dissertação	4
3. Metodologia.....	5

PARTE I – O LITORAL

A. Conceitos e normativos legais	7
1. Definição de conceitos.....	7
2. As diretrizes comunitárias sobre o litoral	11
3. A produção nacional de legislação sobre o litoral	13
B. Processos de urbanização e produção de espaço urbano	21
1. A produção de legislação.....	21
2. Os agentes.....	24
C. Instrumentos de Gestão Territorial no concelho de Alcobaça.....	30
1. Plano Diretor Municipal de Alcobaça	32
2. Plano de Ordenamento da Orla Costeira Alcobaça-Mafra	34
3. Planos de Bacia Hidrográfica do Lis e das Ribeiras do Oeste.....	39
4. Plano Regional de Ordenamento Florestal do Oeste	39
5. Regulamento da Faixa Costeira.....	40
6. Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo.....	41

PARTE II – CASO DE ESTUDO. O LITORAL NA FREGUESIA DE PATAIAS

A. Caraterização da área.....	45
1. A geologia	45
2. A vegetação	47
3. A orografia.....	48
4. As arribas.....	51
5. As praias	53
6. Qualidade das águas e das zonas balneares	55
7. Evolução demográfica e urbana	59
7.1. Evolução demográfica	60
7.2. O número de alojamentos e de edifícios.....	63
B. A ocupação da orla costeira.....	68
1. Resenha histórico-demográfica	68
2. Paredes da Vitória.....	70
3. Vale Furado	89
4. Pedra do Ouro	96
5. Os outros locais	102
5.1. Água de Madeiros.....	102
5.2. Polvoeira.....	103
5.3. Mijaretes (Praia das Paredes)	106
5.4. Mina do Azeche.....	107
5.5. Légua e Falca.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
 BIBLIOGRAFIA	117
LISTAGEM DE FIGURAS	141
LISTAGEM DE QUADROS E TABELAS	143
LISTAGEM DE FOTOGRAFIAS	144
ANEXOS	146

LISTA DE ABREVIATURAS

ABAE – Associação Bandeira Azul da Europa

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

ARH – Administração da Região Hidrográfica

BMA – Biblioteca Municipal de Alcobaça

BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

CCRDLVT – Comissão de Coordenação Regional de Desenvolvimento de Lisboa e Vale do Tejo

CMA – Câmara Municipal de Alcobaça

DGOTDU – Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

DPH – Domínio Público Hídrico

DPM – Domínio Público Marítimo

EEA – European Environment Agency

ETAR – Estação de Tratamento de Águas Residuais

ENGIZC – Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira

GIZC – Gestão Integrada da Zona Costeira

IGP – Instituto Geográfico Português

IGT – Instrumentos de Gestão do Território

INAG – Instituto da Água

INE – Instituto Nacional de Estatística

JFP – Junta de Freguesia de Pataias

LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia

MAOTDR – Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural

MAMAOT – Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

NDT – Núcleo de Desenvolvimento Turístico

PBH – Plano de Bacia Hidrográfica

PDM – Plano Director Municipal

PEOT – Plano Especial de Ordenamento do Território

PIB – Produto Interno Bruto

PIN – Projeto de Interesse Nacional

PMOT – Plano Municipal de Ordenamento do Território

POAP – Plano de Ordenamento de Área Protegida

POOC – Plano de Ordenamento da Orla Costeira

PP – Plano de Pormenor

PROF – Plano Regional de Ordenamento Florestal

PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território

PROT-OVT – Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo

PS – Plano Sectorial

PU – Plano de Urbanização

RAN – Reserva Agrícola Nacional

REN – Reserva Ecológica Nacional

RFC – Regulamento de Faixa Costeira

SIARL – Sistema de Administração do Recurso Litoral

UE – União Europeia

UOPG – Unidade Operativa de Planeamento e Gestão

**50 ANOS DE OCUPAÇÃO DO LITORAL OESTE.
O CASO DA FREGUESIA DE PATAIAS, ALCOBAÇA.**

INTRODUÇÃO

1. Contextualização do tema

A temática do litoral tem sido objeto de inúmeros estudos e trabalhos nos últimos anos, embora, de uma forma geral, apresentem uma abordagem setorial dos fenómenos aí existentes.

Por um lado, são vários os estudos relativos à geologia e geomorfologia da região, da composição das arribas, da sedimentação e evolução dunar e das alterações e trânsito sedimentar nas praias (André, 2009; Cunha, 2009; Duarte, 2002; Tavares, 2010). Neste domínio, o recuo da linha de costa está proficuamente estudado, com especial atenção no litoral das zonas de Aveiro e do Algarve (Gomes, 1998, 2007; Alveirinho Dias 1993, 2005, 2008, 2009). Por outro, a importância crescente do litoral, quer social, quer económica, tem resultado em trabalhos relacionados com o turismo (Leite, 2008), a utilização do litoral e a sua capacidade de responder às inúmeras solicitações (Silva, 2002; Vaz, 2008), nomeadamente quanto à ocupação urbana (Lopes, 2010, Pinto, 2008). Esta diversidade de situações tem suscitado o interesse de outros autores, que procuram não só perceber a envolvente ambiental e económica das faixas litorais, mas também qual o significado e impacto social nas populações (Freitas, 2010; Machado, 2000; Raimundo, 2011; Silva, 2002). A preocupação com a gestão destes territórios é também cada vez mais evidente, conduzindo ao aparecimento de sucessivos instrumentos legais e documentos, mas também ao início da avaliação dos efeitos que esses mesmos documentos trouxeram ao litoral e à orla costeira (Albergaria, 2006, Figueiredo, 2009).

De todos estes trabalhos resulta a conclusão de uma faixa costeira, no centro do país, de litologias frágeis e ameaçada pela erosão, associada a uma crescente pressão urbana e demográfica que produz graves conflitos ao nível da sustentabilidade ambiental, social e económica.

Finalmente, a nível local, também o litoral tem sido objeto de análise, quer através de estudos históricos e etnográficos (Arala Pinto, 1938, 1939; Marques, 1994; Natividade, 1960; Silva, 2001), quer através da análise científica de problemas e potencialidades locais (Delgado, 2001; Mourão, 1997).

Também este trabalho se insere neste âmbito, ao procurar compreender como se processou a ocupação da orla costeira, tendo em consideração os diversos normativos legais e que tipo de espaço daí resultou ou poderá resultar.

O litoral português sofreu uma profunda alteração a partir da década de 1960, não só das suas paisagens urbanas como também dos usos do solo e ocupações das populações. Ao longo da faixa costeira, pequenos e médios núcleos urbanos, quase que exclusivamente de tradição piscatória, foram-se transformando gradualmente em aglomerados predominantemente turísticos. Essas ocupações e transformações no uso do solo e de atividades precederam nesses anos a existência de instrumentos de gestão territorial, por exemplo, Planos Diretores Municipais (PDM), Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) e Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT), que assim, quando apareceram, foram mais reativos que proativos.

O caso de estudo do litoral da freguesia de Pataias, concelho de Alcobaça, é, simultaneamente, a antítese e o paradigma da evolução da expansão urbana e turística no litoral centro do país. A pressão urbana sentida neste trecho litoral é relativamente tardia (faz-se sentir apenas já na década de 1990) e numa pequena extensão da linha de costa é possível encontrar vários modelos de ocupação e de desenvolvimento urbano, desde a transformação de uma pequena comunidade agrícola num aglomerado turístico-balnear (o caso de Paredes da Vitória), passando pelo desenvolvimento de urbanizações e loteamentos (Pedra do Ouro), ou pela existência, ainda hoje, de habitações clandestinas e de génese ilegal, de segundas habitações para veraneio (de que Vale Furado será o expoente máximo).

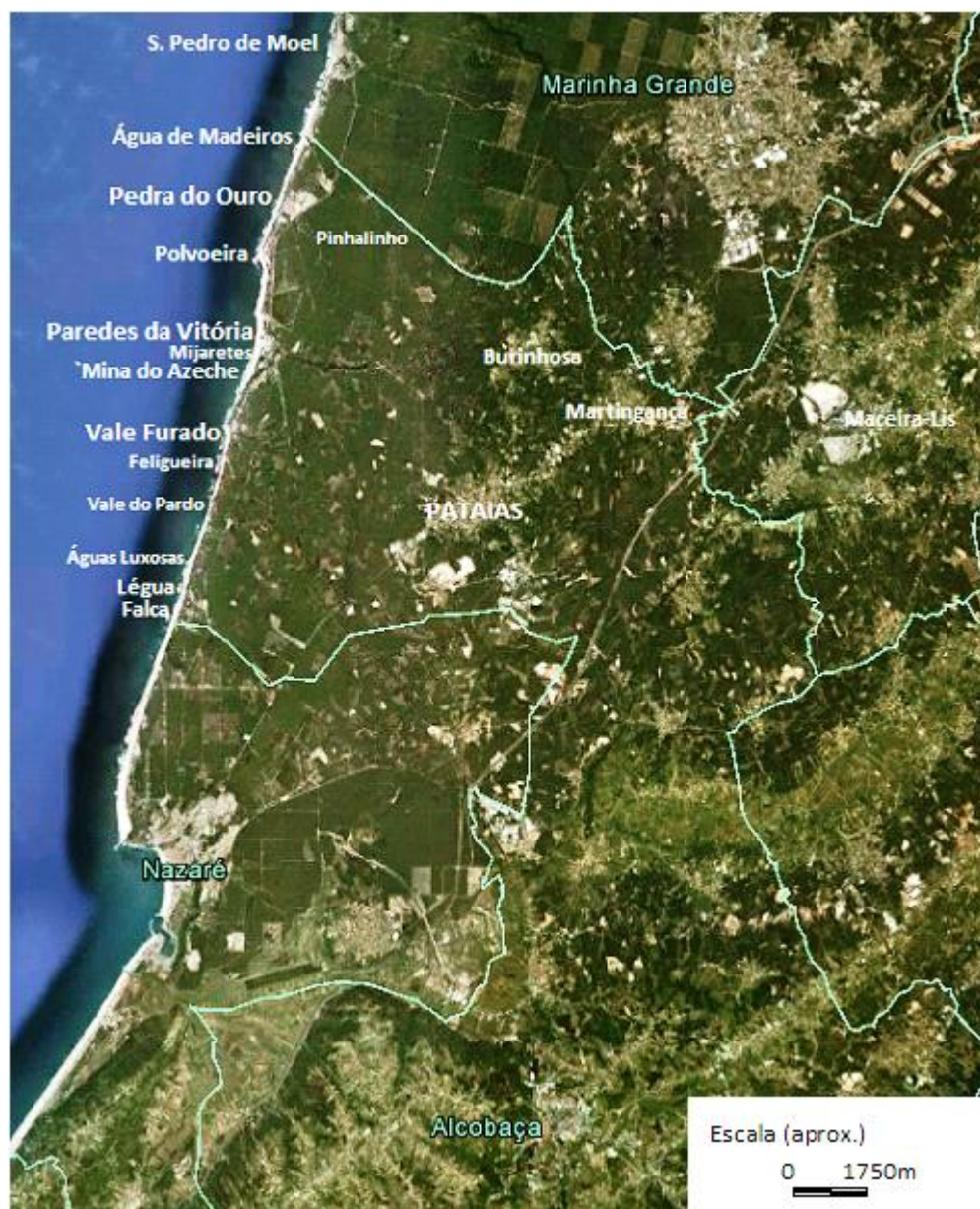


Fig. 1 – A faixa costeira da freguesia de Pataias, de Água de Madeiros à Falca. Fonte: Adaptado de GoogleMaps, 2012

Apesar de desfasada no tempo em cada um dos locais, a ocupação desta faixa litoral, iniciada na década de 1970, é mais intensa a partir de meados da década de 1990, quando se encontravam em vigor já algumas figuras de plano hoje existentes, mas também alguma legislação restritiva à ocupação de faixas costeiras.

Atualmente Paredes da Vitória é ainda um pequeno aglomerado. O seu crescimento urbano e demográfico foi sucessivamente adiado até finais da década de 1990, muito pela falta de terrenos disponíveis para construção, mas também, pela indefinição da autarquia quanto à implementação dos planos de urbanização entretanto aprovados. A procura pelo litoral, com a consequente pressão urbanística sentida, a

qualidade da água do ribeiro, a degradação e a falta de respostas do espaço urbano acabaram por resultar numa reabilitação/requalificação urbana de todo o aglomerado, da própria praia e das condições ambientais existentes. Entretanto a comunidade local de agricultores desapareceu, dando lugar a uma população que veio de fora, mais jovem, mais qualificada e com atividades predominantes nos serviços e no turismo.

A Pedra do Ouro como lugar não existia no início da década de 1960. A expansão urbana, caracterizada por processos de urbanização mais formais, assistiu a diversas fases. Hoje, é o maior aglomerado urbano do litoral da freguesia, quer em número de alojamentos, quer em população. A sua tipologia de edifícios multifamiliares e de elevada densidade (quando comparados com os padrões existentes na área) desafia a tradição local. Contudo, e apesar de um desenvolvimento pensado nos gabinetes a regra e esquadro, evidencia um conjunto de graves problemas quer no desenho urbano, quer na ocupação do território, algumas vezes em conflito com interesses ambientais.

O lugar de Vale Furado apresenta o mais interessante enquadramento paisagístico de toda esta faixa de território. O seu desenvolvimento encontra-se assente na ocupação de pequenas parcelas de terrenos privados que foram sendo ocupadas com edificações em madeira ou alvenaria, como segundas habitações de veraneio. A localização dessas mesmas edificações de génese ilegal e clandestina, em zonas de arriba, abrangidas pelo Domínio Público Marítimo (DPM), associadas à falta de planeamento resultou num aglomerado irregular, alcantilado em arribas de arenitos instáveis, cada vez mais em risco de derrocada.

2. Objetivos e estrutura da dissertação

As singularidades e diversidades atrás retratadas, aliadas ao conhecimento empírico do autor sobre a área de estudo, onde nasceu, cresceu e vive, alimentaram a necessidade de tentar perceber como se processou a urbanização (relativamente tardia) deste território e se a mesma reflete a implementação dos diversos planos existentes. Assim, o propósito final desta dissertação é o de perceber como se processou a ocupação urbana desta faixa da orla costeira, de que forma os diversos instrumentos de gestão do território se refletem nessa mesma ocupação, estabelecendo a evolução, caracterização e análise de cada um dos aglomerados estudados, o respetivo

enquadramento legal e avaliando o impacto dos diversos instrumentos na criação da paisagem atual.

Neste sentido, na persecução dos objetivos, a dissertação encontra-se organizada na seguinte forma:

Apresentação do tema – Introdução global e teórica do contexto temático, objetivos a atingir e metodologia do trabalho.

Parte I – Expõe os conceitos utilizados, especialmente os relacionados com a orla costeira, apresentando, de forma breve, as iniciativas nacionais e comunitárias que têm impacto na sua gestão e os princípios que orientam a sua aplicação. Neste capítulo da dissertação é feita ainda uma análise cronológica dos diversos documentos legais que têm reflexo ao nível da ocupação urbana da orla costeira e respetivas implicações sobre os processos de loteamento e de edificação, para além de uma apresentação dos diferentes instrumentos de gestão territorial, e das respetivas medidas propostas, que têm uma intervenção direta na gestão deste território do concelho de Alcobaça.

Parte II – Apresenta-se e avalia-se o caso de estudo: o litoral da freguesia de Pataias em Alcobaça, estabelecendo a caracterização geográfica, demográfica e urbana da área de estudo. O capítulo descreve ainda a forma como cada um dos locais em estudo foi ocupado nos últimos 50 anos, as medidas que foram sendo propostas e o que efetivamente foi sendo feito.

Por fim como considerações finais faz-se uma súmula do tema estudado em termos do ordenamento do território, dos mecanismos e das debilidades que conduziram à atual situação. Esta avaliação permitirá identificar as principais potencialidades e constrangimentos da área em estudo, estratégias futuras e recomendações para uma gestão do território mais eficaz no futuro.

3. Metodologia

Após a definição do tema e objetivos do trabalho, procedeu-se a um profundo trabalho de pesquisa e revisão bibliográfica, quer de publicações, quer de artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutoramento.

Esta pesquisa teve como objetivo conhecer o que tem sido estudado e produzido sobre as temáticas da ocupação do litoral, estabelecer não só uma definição o mais rigorosa possível de conceitos, enquadrar no espaço, no tempo e em termos legislativos a ocupação urbana do litoral em geral, e do concelho de Alcobaça em particular.

Procedeu-se ainda à pesquisa e análise relativa da ocupação urbana e à transformação do uso na orla costeira da freguesia de Pataias. Para isso foi feita a leitura dos já referidos textos, artigos científicos e teses, mas também uma caracterização e análise dos diversos instrumentos de gestão do território existentes para a região, considerando os respetivos objetivos e o que era proposto localmente. Por fim, a análise estatística, de metadados, de fotografias aéreas, de antigas cartas e de planos de urbanização, permitiram perceber a evolução e a ocupação do solo registadas.

Considerando a temática diversa abordada nos capítulos, foi necessário recorrer a fontes estatísticas nacionais, nomeadamente o Instituto Nacional de Estatística, ao Instituto da Água, à Administração da Região Hidrográfica do Tejo, à Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, ao Instituto Geográfico Português, à Biblioteca Nacional, à Biblioteca Municipal de Alcobaça, à Câmara Municipal de Alcobaça, à Junta de Freguesia de Pataias e à legislação em vigor ao longo dos anos.

É de salientar que sendo este um estudo regional, sobre uma realidade local, pouco estudada e muito específica, houve a grande necessidade de consultar jornais, atas da autarquia, blogues e sítios da internet, onde está concentrado muito conhecimento e informação, ausentes das fontes mais tradicionais.

De forma a colmatar dúvidas, esclarecer informações contraditórias, aprofundar o conhecimento adquirido, foram sendo feitas entrevistas informais, semi-estruturadas, com moradores locais, visitantes ocasionais, conhecedores dos lugares de longa data, antigos autarcas, atores diretos com responsabilidade no uso e gestão do território. A informação resultante era depois enquadrada nos registos históricos ou legais existentes, ou abria, por vezes, novos caminhos na investigação.

O resultado desta pesquisa permitiu criar uma compreensão, através da percepção dos diferentes atores, e para cada um dos momentos, da forma como se procedeu à ocupação desta faixa da orla costeira e, em alguns casos, compreender os motivos para a tomada de decisão de um conjunto de opções em detrimento de outras.

PARTE I – O LITORAL

A – Conceitos e normativos legais

1. Definição de conceitos

O litoral desde sempre exerceu um enorme fascínio nas populações, fosse porque assinala o fim das terras conhecidas, fosse porque apresenta o mar aberto, vasto, desconhecido, que apela à partida e à aventura.

No entanto, definir o litoral não tem sido fácil. Muitas vezes, conceitos como “litoral”, “faixa costeira”, “zona costeira”, “faixa litoral”, “orla costeira”, “região costeira”, por exemplo, são utilizados indiferenciadamente referindo-se, grosso modo, ao território adjacente e em contacto com o mar. É evidente uma grande heterogeneidade dos termos, quer entre os utilizadores, quer entre os autores. E esta complexidade é comprovada pela existência de diversas tentativas de debate que visam uma definição consensual. A definição daqueles termos, varia quase sempre não só de acordo com a área geográfica em análise, como com o contexto em que cada termo é utilizado, abarcando ainda noções tão distintas como “praia” e “litoral”, como “zona costeira” e “orla costeira”, como “linha de costa” e “faixa litoral”. O conceito de proximidade do mar necessita, antes de mais, de estabelecer as suas fronteiras.

Independentemente do termo que seja utilizado, sabe-se que estes territórios em contacto e influenciados pelos mares, estas “zonas costeiras”, são faixas, relativamente estreitas, que integram porções terrestres e marinhas ao longo da linha de costa (World Bank, 1994). Sabemos ainda que esta realidade física é muito variável em termos espaciais, dona de uma dinâmica única e diversa entre o mar e a terra, dificilmente compatível com a rigidez imposta por limites que não os seus (da sua própria dinâmica).

A esta realidade de um sistema natural em permanente mutação, há ainda que acrescentar todos os outros sistemas de influência antrópica com relevância neste

território: o sistema social, o sistema económico, o sistema legal. E, também aqui, o consenso é algo que não existe quanto à delimitação física destes espaços.

Estas dificuldades em alcançar uma definição precisa para estes territórios levaram a própria Comissão Europeia (Comissão Europeia, 1999), face à própria diversidade de definições entre os diferentes Estados-Membros, a reconhecer que era desejável que esta definição fosse suficientemente flexível, incluindo as áreas onde o mar e a terra exercessem influências mútuas, englobando todo o dinamismo destas áreas.

Esta abrangência e flexibilidade de conceitos preconizada, embora necessária, não se traduziu numa coerência de utilização de termos e definições. O próprio Estado, muitas vezes o mesmo organismo, em documentos oficiais de valor legal, não procedeu à harmonização de conceitos.

Um olhar sobre a produção legislativa referente ao litoral evidencia a existência de definições diferenciadas deste interface terra-oceano de acordo com os objetivos específicos de cada diploma. Por exemplo, o Decreto-Lei nº 468/71 de 5 de Novembro (Regime Jurídico do Domínio Público Marítimo) estabelece não só o conceito de margem de águas do mar (fixando-lhe uma largura de 50 metros), mas também a figura legal de “zona adjacente¹”. O objetivo era (e ainda é) a proteção de pessoas e bens contra eventuais catástrofes provocadas pelo recuo da linha de costa.

O Decreto-Lei nº302/90 de 26 de Setembro (Regime Jurídico da Gestão Urbanística do Litoral) cria a noção de “faixa costeira” que se estende ao longo da linha de costa, tendo como limite inferior a linha máxima de preia-mar de águas vivas equinociais e, como superior, a linha situada a 2 km para o interior desta linha de preia-mar.

Por outro lado, o Decreto-Lei nº309/93 de 2 de Setembro, no seu preâmbulo, aludindo à necessidade de se criarem os POOC, define a orla costeira como *«abrangendo tanto o domínio público marítimo como uma faixa de protecção terrestre com a largura máxima de 500 metros»* e estabelece “faixas de proteção”, delimitadas,

¹ «toda a área contígua à margem que como tal seja classificada por decreto, por se encontrar ameaçada pelo mar ou pelas cheias [...estendendo-se...] desde o limite da margem até uma linha convencional definida, para cada caso[...]» - Artº 4º do Decreto-Lei nº 468/71 de 11 de Novembro

para o lado terrestre, pelos tais 500 metros, e para o lado do mar, pela batimétrica dos 30 metros.

No entanto, esta proficuidade de termos não resolveu a questão da harmonização. Por exemplo, o Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROTOVT)² apresenta como definições:

- *Zona Costeira – que se estende por 500 metros no sentido de terra a partir da linha máxima de preia-mar de águas vivas equinociais, onde o mar exerce diretamente a sua ação;*

- *Orla costeira – que se desenvolve entre os 500 metros e os 2 km, que engloba a porção do território influenciada direta e indiretamente em termos biofísicos pelo mar;*

- *Faixa litoral – que abrange territórios de alguma forma influenciados pela presença do mar, podendo esta estender-se entre os 2 e os 5 km, dependendo das características geomorfológicas e da ocupação humana verificada.*

Ora, tomando apenas por exemplo o POOC Alcobaça-Mafra e o PROTOVT, coincidentes no espaço, a orla costeira vai até aos 500 metros (definição no POOC) ou desenvolve-se entre os 500m e os 2km (definição no PROTOVT)? É este tipo de problema que ainda persiste e ainda se tenta resolver.

Na tentativa de resolução deste problema diversos cenários e critérios foram traçados. Uma das hipóteses apresentadas foi a adoção dos critérios no relatório *The Changing faces of Europe's Coastal Areas* (EEA, 2006), na qual, a zona costeira é delimitada por uma faixa cujos limites se afastam da linha de costa³ 10 km para o lado marinho e 10 km para o lado terrestre.

Outra hipótese colocada foi a delimitação da zona costeira com base na presença de ecossistemas característicos destas áreas: dunas e areias eólicas, estuários e zonas húmidas, pinhais litorais (Pinto, 2008).

Em 2006, o então Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural (MAOTDR) criou um grupo de trabalho com o objetivo de desenvolver as “Bases para a Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional”. Um dos aspetos referidos neste estudo foi a utilização indiscriminada de designações referentes

² Resolução do Conselho de Ministros 64-A/2009 de 6 de Agosto

³ É considerado como linha de costa o limite terrestre da cartografia do *Corine Land Cover 2000*

ao “litoral”, acabando por apresentar uma proposta relativamente à definição de cada um dos conceitos e respetiva delimitação territorial. O grupo de trabalho responsável pela elaboração das “Bases para a Estratégia da Gestão Integrada das Zonas Costeiras” (MAOTDR, 2007) adotou os seguintes conceitos:

- *Litoral – termo geral que descreve porções do território que são influenciadas direta e indiretamente pela proximidade do mar;*

- *Zona costeira – porção de território influenciada direta e indiretamente em termos biofísicos pelo mar (ondas, marés, ventos, biota ou salinidade) e que pode ter para o lado da terra largura tipicamente de ordem quilométrica e se estende, do lado do mar, até ao limite da plataforma continental;*

- *Orla costeira – porção do território onde o mar exerce diretamente a sua ação, coadjuvado pela ação eólica, e que tipicamente se estende para o lado de terra por centenas de metros e se estende, para o lado do mar, até à batimétrica dos 30m (englobando a profundidade de fecho);*

- *Linha de costa – fronteira entre a terra e o mar, materializada pela interceção do nível médio do mar com a zona terrestre.*

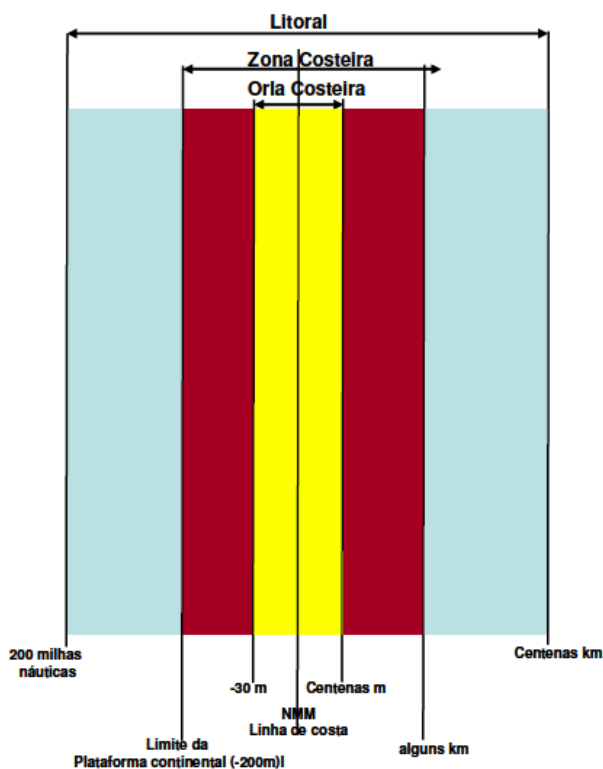


Fig. 2 – Limites propostos considerados no sistema costeiro (MAOTDR, 2006)

Considerando o exposto, conclui-se que os limites desta faixa de território no interface terra-oceano, apesar de todas as tentativas, não obedecem a nenhuma imposição rígida, pautando-se muitas vezes pela especificidade do território em causa e pelo objetivo para o qual se considera.

No âmbito desta dissertação, assumir-se-ão as propostas definidas pelo grupo de trabalho responsável pela elaboração das “Bases para a Estratégia da Gestão Integrada das Zonas Costeiras”. A justificação para esta escolha está relacionada não só com a tal procura de harmonização, mas também com o facto de estas definições, sem perderem rigor, serem suficientemente flexíveis e capazes de abarcar as dinâmicas próprias existentes nesta faixa de território, a presença dos diversos ecossistemas característicos e de integrar os diversos sistemas representados nestes espaços (sistemas natural, social, económico e legal).

2. As diretivas comunitárias sobre o litoral

Após a entrada na União Europeia em 1986, Portugal registou significativas alterações na sua conjuntura política, económica e social, com impactos claros ao nível do ambiente e do ordenamento do território.

A transposição das diretivas comunitárias para a legislação portuguesa supostamente traduzir-se-iam numa melhoria da qualidade de vida das pessoas e nas condições de desenvolvimento e sustentabilidade dos territórios.

Não obstante as condições propícias, à partida, para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, o crescimento que se fez impor a Portugal causou grandes assimetrias. Por um lado, o crescimento económico do país foi feito às custas da redução da diversidade e capacidades produtivas da agricultura e da indústria nacionais, por outro, a convergência de grandes investimentos em sectores como o turismo, tiveram repercussões diretas sobre a zona costeira (Moreira Jr., 2005).

No entanto, a transposição e adoção das diretivas comunitárias teve um grande impacto na produção legislativa nacional.

Em 1991, foi adotada a Carta Europeia do Litoral (Conference dês Régions Périphériques Maritimes, 1981), documento orientador que consubstanciava um

conjunto de objetivos e princípios de ordenamento e gestão integrada da zona costeira e que se destinava a proteger e a valorizar o litoral europeu. Este documento preconizava o aproveitamento das zonas costeiras para atividades tradicionais ligada à pesca, aos portos e à agricultura. Mas também a aquicultura, a produção de energia e o turismo adaptado à região tendo em conta o equilíbrio da paisagem, a salvaguarda do património e a proteção da natureza. Alguns dos princípios emanados pela Carta Europeia do Litoral encontraram expressão aquando a criação dos POOC's.

No início da década de 2000, a Comissão Europeia publicou uma estratégia europeia relativamente à zona costeira, um plano estratégico onde se incluiu um conjunto de ações concretas, assentes num quadro legislativo nacional adequado e coordenadas a nível local e regional. Esta Estratégia Europeia foi traduzida como recomendações⁴ do Parlamento Europeu e do Conselho da União Europeia⁵ em 2002 dando origem à definição de uma estratégia para a gestão integrada da zona costeira na Europa, assente na preocupação de assegurar a proteção e preservação do litoral, além de garantir o desenvolvimento económico e social e a coordenação de políticas referentes às zonas costeiras. Em Portugal, estas recomendações traduzir-se-iam pelo aparecimento da Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC) em 2009⁶.

Outras iniciativas internacionais como o Coastwatch, a Agenda 21 ou o Projeto EUROSION manifestam também um impacto direto na monitorização e na gestão do litoral português.

O Coastwatch⁷ é um projeto de âmbito europeu que consiste na caracterização sistemática da faixa costeira, tentando sensibilizar as populações para a importância e preservação dos sistemas litorais.

A Agenda 21⁸ é um programa de ação que procura conciliar a proteção ambiental, o desenvolvimento económico e a coesão social. A Agenda 21 encontra em

⁴ As Recomendações 2002/539/CE e 2002/413/CE do Parlamento Europeu e do Conselho são, respetivamente, relativas à Estratégia para a Proteção e Conservação do Ambiente Marinho e à Execução da Gestão Integrada da Zona Costeira na Europa.

⁵ Para mais informações consultar o site da UE http://ec.europa.eu/environment/iczm/rec_imp.htm e os relatórios portugueses de avaliação da implementação da recomendação, de 2006 e 2010.

⁶ Resolução do Conselho de Ministros nº82/2009 de 8 de Setembro

⁷ http://www.geota.pt/coastwatch/cw_portugal/index.html

⁸ <http://www.cidadessustentaveis.info>

Portugal a sua implementação através do programa Agenda 21 Local, sendo também um dos instrumentos utilizados para a implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS).

O Eurosion⁹, projeto patrocinado pela Comissão Europeia, analisou o fenómeno da erosão costeira, as suas causas e os seus impactos socioeconómicos e ambientais nas comunidades costeiras. O projeto faz um conjunto de recomendações a levar em conta quer pela União Europeia, quer pelos Estados-membros, nomeadamente no que se refere ao restabelecimento do balanço sedimentar e do espaço para a concorrência dos processos costeiros, na integração dos custos da erosão costeira e dos riscos no planeamento e nas decisões de investimento e ter a capacidade de quantificar as medidas tomadas de resposta à erosão costeira, para além do reforço dos conhecimentos de base para a gestão e planeamento da erosão costeira. No caso de Portugal, a região centro do país foi classificada como uma área de exposição elevada à erosão.

3. A produção nacional de legislação sobre o litoral

As preocupações com a definição e gestão dos territórios junto ao mar datam já de 1864 com a primeira definição do Domínio Público Marítimo (DPM). Se na década de 1970 se estabelece um novo regime do DPM com o Decreto-Lei nº468/71 de 5 de novembro, é só na década de 80 do século XX, que a gestão do litoral volta a ser objeto de significativa intervenção legislativa. Entre as duas datas, há um conjunto de legislação avulsa que se preocupa fundamentalmente em resolver questões pontuais ou setoriais, e não, em estabelecer uma política global sobre a gestão e intervenção em toda a faixa costeira nacional. Esta realidade organiza em três fases a produção legislativa relativa à gestão do litoral (INAG, 2006):

- Um primeiro período, entre 1864 e 1971, ou seja, da criação do Domínio Público Marítimo (DPM) até à definição do Domínio Público Hídrico (DPH);
- Um segundo período, de 1972 até 1992, coincidente com o despertar das preocupações ambientais e do ordenamento do território, da integração na UE e com a

⁹ <http://www.eurosion.org>

produção de documentos como a Reserva Ecológica Nacional (REN)¹⁰, os Planos Diretores Municipais (PDM)¹¹ e a Lei de Bases da Política do Ambiente¹²;

- Um terceiro período, de 1993 aos dias de hoje, com a aprovação dos POOC¹³ e com a integração de conceitos como a participação pública, desenvolvimento sustentável e eficácia dos instrumentos de gestão, que culminaram na elaboração de uma Estratégia nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC)¹⁴.

Mesmo tendo em conta esta realidade em território nacional, as primeiras tentativas de gestão da linha de costa surgiram nos Estados Unidos na década de 1960 (Figueiredo, 2009). No entanto, nas décadas seguintes as preocupações com o litoral circunscreveram-se às preocupações com a delimitação da área geográfica ou com os problemas associados à erosão costeira. Não houve uma preocupação de se compreender de uma forma abrangente e integrada todos os processos e recursos existentes no litoral.

Em Portugal, esta ausência legislativa e a falta de uma política integrada face ao litoral foi também uma realidade. Novos documentos legislativos referentes exclusivamente ao litoral, ou com uma ação direta sobre o mesmo, começam apenas a ser produzidos na década de 1970. Inicialmente, apenas numa visão de definir e delimitar as áreas geográficas de uso no litoral.

Nos finais da década de 1960, o DPM, reconhecido desde 1864, começa então a receber mais atenção, tendo em consideração a então crescente pressão sobre os terrenos do litoral e diversos pedidos de desafetação de terrenos aí situados¹⁵. Em 1968 é publicado o Decreto-Lei nº 48784 de 21 de Dezembro que tem como objetivo a simplificação do processo de desafetação, a valorização dos terrenos afetos ao DPM e *«a ligação entre os planos de aproveitamento marginal e a urbanização de certas zonas da orla marítima»*. O documento prevê até que *«o Estado [...] facilitará e impulsionará*

¹⁰ Criada pelo Decreto-Lei nº321/83 de 5 de Julho é atualmente regulada pelo Decreto-Lei nº166/2008 de 22 de Agosto

¹¹ O quadro regulamentar dos PDM's é originalmente definido pelo Decreto-Lei nº208/82 de 26 de Maio

¹² Lei nº11/87 de 7 de Abril

¹³ Decreto-Lei nº 309/93 de 2 de Setembro

¹⁴ Resolução do Conselho de Ministros nº82/2009 de 8 de Setembro

¹⁵ São exemplos a Lei nº1490 de 8 de Novembro de 1923, o Decreto-Lei nº40718 de 2 de Agosto de 1956, e a Lei nº2037 de 19 de Agosto de 1949

a elaboração e a execução dos planos de aproveitamento das margens e de urbanização local, facultando, designadamente, as infra-estruturas indispensáveis a zonas de grande interesse turístico» (como é referido no seu preâmbulo).

Em 1969, o Decreto-Lei nº49215 de 30 de Agosto permite à então Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos promover o arrendamento de terrenos em DPM.

O DPM seria revisto, e pela primeira vez introduzidas importantes alterações desde 1864, pelo Decreto-Lei nº468/71 de 5 de Novembro, ao definir e estabelecer o regime jurídico dos terrenos do DPM. Atualmente, o DPM está consagrado pela Lei nº16/2003 de 5 de Abril.

Contudo, neste espaço de tempo, embora escassas, as preocupações sobre o litoral e as atividades aí desenvolvidas não se limitaram à definição e regulamentação do DPM. Algumas dessas exceções estão relacionadas, por exemplo, com a definição e classificação das praias e do respetivo uso balnear. Data de 1923 a publicação do decreto nº8714 (de 14 de Março), classificando um conjunto de localidades *«como estâncias: de praias, climatéricas, de altitude, de repouso e de turismo»*¹⁶.

A classificação das praias foi sucessivamente atualizada. Primeiro, pelo decreto nº12822 de 1926¹⁷. Nele, para além de se fixarem os preços a satisfazer pelos diversos serviços e documentos passados pelas capitânias dos portos, como por exemplo, para a instalação de barracas de banho, são pela primeira vez classificadas as praias como de primeira, segunda e terceira ordem¹⁸. Nova alteração surge em 1948 pelo Decreto-Lei

¹⁶ Atendendo à região e à proximidade geográfica com a área em estudo são classificadas pelo Decreto nº8714 de 14 de Março de 1923 como estâncias de praia as localidades de Vieira e S. Pedro de Moel (concelho da Marinha Grande), S. Martinho do Porto (concelho de Alcobaça) e a Nazaré. Outras praias no litoral Oeste: Areia Branca (Lourinhã), Peniche, Consolação, Baleal e S. Bernardino (Peniche), Ericeira (Mafra), Foz do Arelho (Caldas da Rainha) e Santa Cruz (Torres Vedras). A localidade de Alcobaça foi classificada como estância de turismo.

¹⁷ O Decreto nº12822 de 1926 surge muitas vezes referenciado com a data de 1 de Novembro, mesmo quando referido em Diário da República por outros decretos e portarias. Na realidade, o decreto foi publicado em 15 de Dezembro de 1926.

¹⁸ Atendendo à região e à proximidade geográfica com a área em estudo, são classificados como praias de 2ª ordem a Nazaré e S. Martinho do Porto.

nº36725 de 12 de Janeiro¹⁹ e finalmente uma última em 1968 pelo Decreto-Lei nº48488 de 18 de Julho²⁰.

A classificação das praias seria novamente revista em 1970, quando foi lançada a Portaria nº513/70 de 14 de Outubro²¹.

Finalmente, com a elaboração dos POOC, as praias sofreriam nova alteração na sua classificação. Na sequência da execução do Decreto-Lei nº309/93 de 2 de Setembro, a implementação do POOC Alcobaça-Mafra²², levaria ao abandono da classificação de praias de 1ª, 2ª e 3ª ordem. O novo critério de classificação de praias adotou 7 novas classificações, que vão da “praia urbana de uso intensivo” até à “praia de uso interdito”²³. Em Julho de 2012 esta classificação foi revista, com o novo Decreto-Lei nº159/2012 de 24 de Julho²⁴ que fixa a nova classificação em seis categorias, de “praia urbana” a “praia com uso interdito”.

Mas só nos anos de 1980 volta a ser produzida legislação relevante para a gestão do litoral. Primeiro, o Decreto-Lei nº208/82 de 26 de Maio²⁵ vem definir o quadro regulamentar dos PDM's, ao proceder à classificação do uso e destino do território municipal e ao garantir a conveniente utilização dos recursos naturais, do ambiente e do património cultural. Estas medidas são de especial importância para as áreas junto à linha de costa.

¹⁹ Atendendo à região e à proximidade geográfica com a área em estudo são classificadas como praias de 2ª ordem a Nazaré e S. Martinho do Porto.

²⁰ Atendendo à região e à proximidade geográfica com a área em estudo são classificadas como praias de 1ª ordem S. Pedro de Moel e de 2ª ordem a Nazaré e S. Martinho do Porto.

²¹ Atendendo à proximidade geográfica com a área em estudo, são classificadas como praias de 2ª ordem S. Pedro de Moel, Nazaré e S. Martinho do Porto. No litoral Oeste, a Ericeira (praia da Baleia) é classificada como de 1ª ordem e a Foz do Arelho, Baleal, Areia Branca e Santa Cruz, de 2ª ordem. As restantes praias foram classificadas de 3ª ordem.

²² Resolução do Conselho de Ministros nº11/2002 de 17 de Janeiro

²³ No município de Alcobaça, ainda de acordo com o Decreto-Lei nº 309/93 de 2 de setembro, foram classificadas as praias: Tipo I: S. Martinho do Porto; Tipo II: Paredes da Vitória; Tipo III: Água de Madeiros, Pedra do Ouro, Polvoeira e Légua; Tipo IV: Mina do Azeche e Vale Furado; Tipo V: Falca e Gralha.

²⁴ Este Decreto-Lei para além da revisão do Decreto-Lei nº309/93 de 2 de Setembro, procede também à unificação dos regimes sancionatórios previstos nos Decreto-Lei nº218/95 de 26 de Agosto e Decreto-Lei nº96/2010 de 30 de Julho.

²⁵ O Decreto-Lei nº208/82 de 26 de Maio é depois substituído pelo Decreto-Lei nº 69/90 de 2 de Março e posteriormente pelo Decreto-Lei nº380/99 de 22 de Setembro.

Neste domínio, as alterações mais significativas quanto ao litoral foram introduzidas pelo Decreto-Lei nº380/99 de 22 de Setembro que estabeleceu o regime jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território (IGT). Este documento definiu não só uma hierarquia entre os diferentes IGT, obrigando à sua harmonização, como vinculou as entidades públicas «*e ainda directa e imediatamente os particulares*», como refere o seu artigo 3º. No entanto, a inexistência²⁶ de Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) e de outros Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT) (por exemplo, os POOC's ainda não se encontravam concluídos), assim como a não existência de uma política nacional para o ordenamento do território²⁷, fez com que a eficácia deste Decreto-Lei não fosse imediata.

A criação da REN²⁸ teve um impacto direto sobre a ocupação do litoral. A preocupação em proteger determinadas áreas tendo em vista a salvaguarda de recursos indispensáveis à estabilidade ecológica do meio e à utilização racional dos recursos naturais, tendo em vista o correto ordenamento do território, criou um conjunto de disposições legais que condicionam o uso e a ocupação dos ecossistemas costeiros²⁹. Esta legislação definia que «*nos solos da Reserva Ecológica são proibidas todas as acções que diminuam ou destruam as suas funções e potencialidades, nomeadamente vias de comunicação e acessos, construção de edifícios, aterros e escavações, destruição do coberto vegetal e vida animal*» (Decreto-Lei nº321/83 de 5 de Julho, artº3º).

²⁶ Quer os PROT's, criados pela então recente Lei nº48/98 de 11 de Agosto, quer os POOC's demoraram ainda algum tempo a serem concretizados. Quando o foram, muitas das suas normas não vinculavam os particulares ou não tinham eficácia sobre os planos anteriores, nomeadamente os PDM's.

²⁷ A execução desta política nacional de ordenamento do território foi definida na Lei nº58/2007 de 4 de Setembro através do PNPOT – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

²⁸ A REN foi criada pelo Decreto-Lei nº 321/83 de 5 de Julho e é atualmente enquadrada pelo Decreto-Lei nº166/2008 de 22 de Agosto.

²⁹ O Decreto-Lei nº321/83 de 5 de Julho define como ecossistemas costeiros as praias; a primeira e segunda dunas fronteiras ao mar; as arribas, incluindo uma faixa até 200m para o interior do território a partir do respetivo rebordo; uma faixa de 500m para além da linha máxima de praia-mar de águas vivas; estuários e rias; ilhas, ilhotas e rochedos emersos no mar ao longo do litoral.



Fotografia 1 – Edifícios construídos em REN, Paredes da Vitória, julho de 2012.

Construída no início da década de 1990, esta urbanização foi sucessivamente embargada por alegadamente não respeitar a REN. O empreendimento acabaria por ser concluído já no final da década de 1990, início de 2000, após desafetação da REN e quando já os credores bancários assumiam a sua posse.

Nas áreas abrangidas pela REN, a imposição de restrições que inviabilizavam qualquer intervenção (mesmo aquelas concordantes com o espírito da lei) acabou, paradoxalmente, por criar condições favoráveis para o desinteresse e abandono dessas mesmas áreas que se pretendiam proteger (Albergaria, 2006). Em alguns casos, a própria lei permitia a introdução de projetos em solos da REN, nomeadamente operações de loteamento, obras de urbanização e construção de edifícios aquando «*a realização de acções de reconhecido interesse público, nacional, regional e local, desde que seja demonstrado não haver alternativa económica aceitável para a sua realização*» (Decreto-Lei nº93/90 de 19 de Março, artº 4º). Esta alteração à lei acabou por induzir, principalmente nas áreas da orla costeira, a uma ocupação, por vezes, desregrada da REN, a pretexto dos “interesses públicos” (fossem eles nacionais, regionais ou locais).

No início da década de 1990 a gestão do litoral é definitivamente encarada como de importância primordial na gestão do território, com a criação do Decreto-Lei 309/93 de 2 de Setembro, que regulamenta a criação e aprovação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira. O objetivo destes planos é o de fazer «*o ordenamento dos diferentes usos e actividades específicas da orla costeira; a classificação das praias e a regulamentação do uso balnear; a valorização e qualificação das praias consideradas estratégicas por motivos ambientais ou turísticos; a orientação do desenvolvimento de actividades específicas da orla costeira e a defesa e conservação da natureza*» (artº 2º).

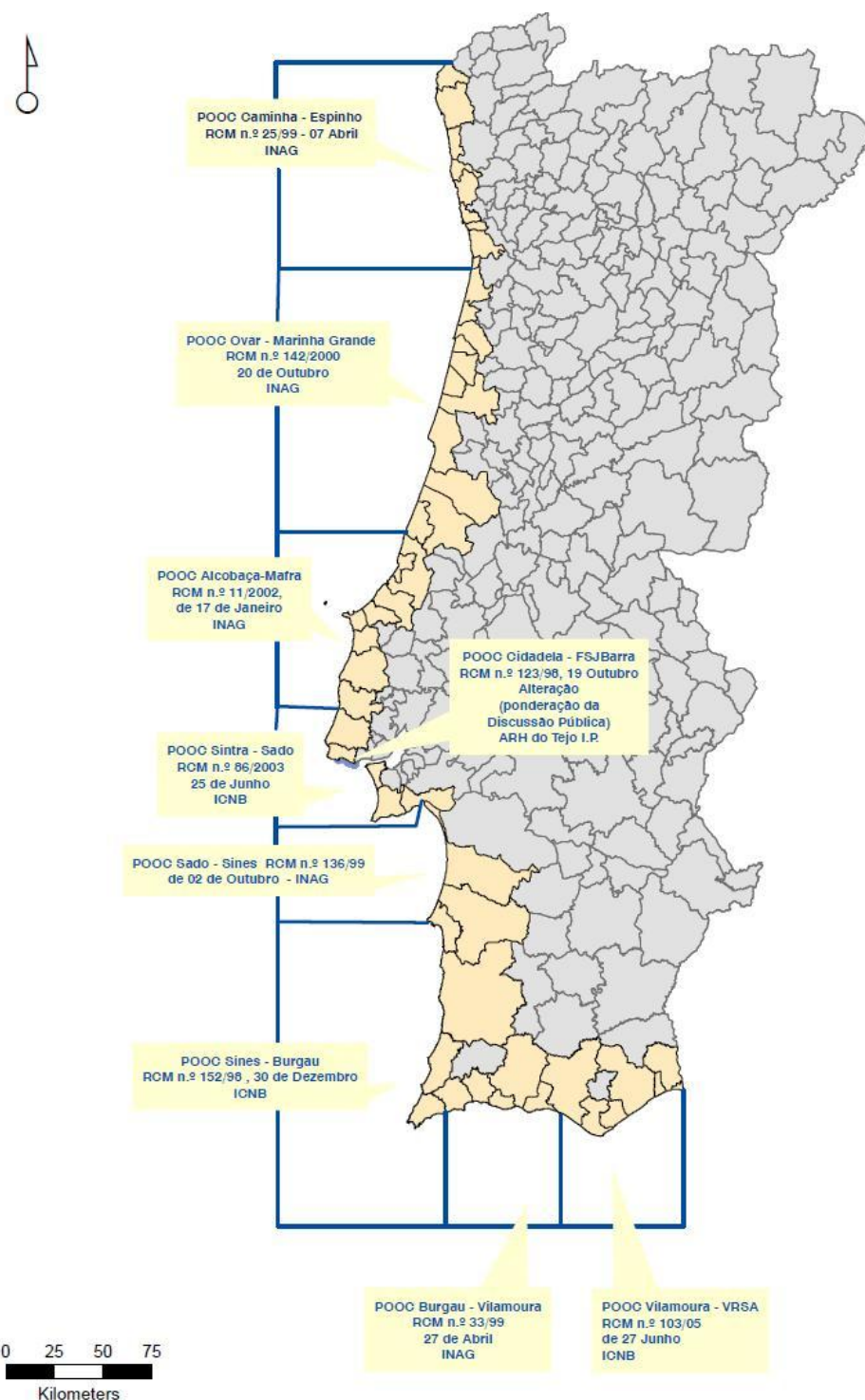


Fig. 3 – Planos de Ordenamento da Orla Costeira

(Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente)

A importância desta figura de plano deve-se, por um lado, ao facto de ser o primeiro plano exclusivamente centrado na orla costeira, na sua ocupação e nos seus problemas. Embora divididos em diversos troços de costa, os POOC's abarcam a totalidade do litoral do território continental, de Caminha a Vila Real de Santo António

(Fig. 2). Por outro lado, sendo de carácter vinculativo para públicos e privados, vê os seus poderes reforçados ao ser considerado PEOT (Decreto-Lei nº151/95 de 24 de Junho) e ao obrigar a sua conciliação com os PROT e PDM e ainda com programas ou projetos de cariz nacional, regional ou local.

No entanto, a fragmentação de responsabilidades entre as instituições que intervêm na gestão costeira, a descoordenação na elaboração dos POOC com os outros IGT, a desarticulação e falta de cooperação entre os diversos organismos e instituições estatais, a ausência de participação pública, um conhecimento científico sobre o litoral insuficiente e a profusão de interesses divergentes sobre o mesmo espaço evidenciaram algumas lacunas na sua praticabilidade e adequabilidade de execução (Figueiredo, 2009).

Na persecução de uma visão estratégica e institucional para a zona costeira é finalmente apresentado em 2009 a ENGIZC. Esta resulta não só da adaptação à realidade nacional de um conjunto de recomendações da União Europeia (UE)³⁰, mas também do conjunto de instrumentos legislativos já existentes, onde se destacam os Decreto-Lei nº468/71 de 5 de Novembro, Decreto-Lei nº 309/93 de 2 de Setembro, Resolução de Conselho de Ministros nº86/98 de 10 de Julho e Resolução de Conselho de Ministros nº152/2001 de 11 de outubro. A ENGIZC prevê um modelo institucional baseado na co-responsabilização institucional e um modelo de governança assente na cooperação público-privada e é, fundamentalmente, uma carta de intenções. O facto de a ENGIZC ter surgido apenas depois da implementação dos POOC's e de tentar conciliar estes com as restrições impostas por outras autoridades (os portos, por exemplo) e até com os Projetos de Interesse Nacional (PIN), fazem surgir as críticas apontando-a como demasiada genérica, desfasada da realidade e sem apontar soluções para problemas concretos.

³⁰ Recomendação nº2002/413/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2002, relativa à gestão integrada da zona costeira da Europa; Diretiva nº2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro (Diretiva do Quadro da Água); Diretiva nº2008/56/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de junho (Diretiva Estratégico-Marinha)

B – Processos de urbanização e produção de espaço urbano

1. A produção de legislação

No que concerne às disposições legais relativas ao litoral e à faixa costeira, não é só a lei do Domínio Público Marítimo estabelecido em 1864 e demais legislação que têm um impacto direto sobre esta faixa do território.

Já em 1944 o Decreto-Lei nº33921 de 5 de Setembro obrigava ao levantamento de cartas topográficas e à elaboração de planos gerais de urbanização e de expansão para as sedes de município mas também para as «*localidades com mais de 2500 habitantes que entre dois recenseamentos oficiais consecutivos acusam um aumento populacional assinalável [...e para...] centros urbanos com zonas de interesse turístico, recreativo, climático [...]*» (artº 2º). Desta forma, encontrava-se prevista a elaboração de plantas topográficas com pormenor suficiente para que pudessem servir de base à elaboração de planos de urbanização. Ainda que de forma indireta, esta legislação teve implicações sobre as povoações em contato estreito com a faixa litoral, nomeadamente em comunidades da orla costeira. Na região Centro são exemplos desta situação o “Projeto de urbanização da faixa marginal de S. Martinho do Porto” em 1946, o “Anteplano de urbanização de S. Pedro de Moel” de 1946, o “Ante-Projeto de anteplano de urbanização da Praia de Vieira de Leiria” em 1946-1947 e o “Anteplano de urbanização da Nazaré” em 1955/56 (www.dgotdu.pt).

Na década de 1960, devido à expansão demográfica da população e ao forte crescimento urbano, surgem novos instrumentos legislativos que pretendem regulamentar a ocupação urbana. Embora centrados na resolução dos problemas das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, acabam por ter aplicação a todo o território nacional

O Decreto-Lei nº46673 de 29 de Novembro de 1965 concede às autoridades administrativas responsáveis os meios legais que as habilitem a exercer eficiente intervenção nas operações de loteamento urbano. Este Decreto-Lei, objetivamente direcionado para o crescimento e expansão urbana nas cidades, teve como fim travar o

aparecimento indiscriminado de novos «*aglomerados habitacionais criados sem sujeição a qualquer disciplina [...e...] evitar que se efectuem operações de loteamento sem que previamente estejam asseguradas as indispensáveis infra-estruturas urbanísticas*» (como é referido no preâmbulo). No seu articulado, o Decreto-Lei previa que para as zonas onde não existissem já planos ou anteplos de urbanização aprovados os pedidos seriam indeferidos quando «*dele resultem inconvenientes para o desenvolvimento ordenado dessas zonas*» (nº2 do artº 4º), mas também, que os pedidos de loteamento seriam deferidos tacitamente se as câmaras municipais sobre eles não se pronunciassem em 90 dias (nº2 do artº 2º). Este último facto acabou por abrir o caminho para a aprovação tácita de alguns edifícios e urbanizações em áreas onde a construção não estaria prevista ou até mesmo proibida, incluindo a orla costeira.

Como já foi referido anteriormente, o Decreto-Lei nº 48784 de 21 de Dezembro de 1968 estabeleceu que, entre outros, facilitaria a execução de planos de urbanização em faixas de DPM, para expansão dos aglomerados já existentes.

Em 1970 é promulgado o Decreto-Lei nº166/70 de 15 de Abril. Este Decreto-Lei teve como objetivo proceder à reforma do licenciamento municipal de obras particulares. Entre outras disposições, ele veio isentar de licenciamento municipal «*as obras situadas fora das localidades [...] que consistam em construções ligeiras de um só piso respeitantes a explorações agrícolas [...] quando implantadas a mais de 20m das vias públicas*» (nº2 do artº 1º). A lei dispensava ainda de licenciamento municipal «*as obras a executar por particulares em zonas de jurisdição portuária*» (artº 2º). Estas duas disposições serão mais tarde também utilizadas de forma abusiva para a instalação e construção de edifícios junto à linha de costa, em terrenos privados, mesmo quando em DPM. Estas situações ocorreram nos lugares da Légua, Falca e Vale Furado (em terrenos privados) e nas praias da Polvoeira e de Paredes da Vitória (Mijaretas) em terrenos de DPM, nas décadas de 1970 e 1980.

Em 1973, o Decreto-Lei 289/73 de 6 de Junho revê o regime aprovado pelo DL nº46673 de 29 de Novembro de 1965, regulando a intervenção das autoridades administrativas responsáveis nas operações de loteamento.

Fotografia 2 – Barraca de madeira junto à praia, Vale Furado, julho de 2012.



Em 1976 é aprovada a política de solos pelo Decreto-Lei nº794/76 de 5 de Novembro definindo que a alteração do uso ou da ocupação dos solos para fins urbanísticos necessitava de aprovação prévia da Administração Pública. O documento previa ainda a aplicação de medidas preventivas para áreas abrangidas por planos de urbanização e estabelecia zonas de defesa e “controle” urbano nos solos circundantes aos aglomerados existentes, como salvaguarda dos solos e dos interesses das populações.

Porém a Lei dos Solos de 1976 não produziu os efeitos esperados. Em 1982, duas importantes peças legislativas são produzidas, esperando que ambas tenham consequências sobre os modelos e formas de expansão urbana até aí verificadas. Por um lado, o Decreto-Lei 152/82 de 3 de Maio veio permitir a criação de áreas de desenvolvimento urbano prioritário e de construção prioritária. O objetivo, como referido no seu preâmbulo, era dar resposta ao caos urbanístico entretanto instalado com a *«utilização quase sistemática para fins habitacionais de áreas urbanisticamente desaconselháveis e o não aproveitamento dos terrenos previstos para esse fim nos estudos e planos de urbanização»*. Não só se pretendia aumentar a oferta de terrenos a preços não especulativos como assegurar a preservação dos *«terrenos com potencialidade e uso agrícola, a conservação de maciços arbóreos, a salvaguarda de valores culturais e a defesa das áreas que sirvam de drenagem natural às águas pluviais»* (no seu preâmbulo). Como sempre, esta legislação surgiu para corrigir situações surgidas principalmente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, mas não deixou de ter implicações sobre todo o território nacional, especialmente no litoral.

Por outro lado, inicia-se a era dos planos de ordenamento do território. O já citado Decreto-Lei nº208/82 de 26 de Maio³¹, definidor do quadro regulamentar dos PDM's, tinha também a intenção, entre outras, de *«proceder à classificação do uso e destino do território municipal, definindo o regime geral de edificação [...]; estabelecer as bases da administração urbanística do município e assegurar a sua integração no planeamento territorial e urbanístico; [...] garantir a conveniente utilização dos recursos naturais, do ambiente e do património cultural»* (nº2 do artº 3º). Naturalmente, encontravam-se nas suas disposições as questões do zonamento do território municipal e a regulamentação da prática urbanística, que no caso dos municípios do litoral, esperava-se que colocassem alguma ordem na crescente pressão urbanística e no (des)ordenamento do território sentidos sobre a orla costeira.

No caso da legislação relativa aos PDM's, o seu grau de exigência e complexidade inicial eram tais que as câmaras municipais, na sua maioria, não tiveram capacidade de os executar, obrigando a uma simplificação de procedimentos de elaboração de conteúdos, através de revisão legislativa (Pereira, 2003). Esta dificuldade em implementar os PDM's contribuiu para o adiamento de uma gestão eficiente do ordenamento do território.

Apesar de todas as iniciativas legislativas e de um número já significativo de IGT em vigor, em meados da década de 1990 continuavam a existir ainda situações muito problemáticas em termos de urbanismo, nomeadamente quanto à legalidade das edificações. A Lei nº91/95 de 2 de setembro³² vem estabelecer um regime excecional para a reconversão urbanística das AUGI, definindo e estabelecendo os parâmetros das mesmas e em que condições se pode promover à sua legalização.

2. Os agentes

O termo “urbano” surge como dizendo respeito à urbe, algo próximo da cidade, ou oposto a rural, que qualifica aglomerados populacionais, pessoas ou atividades com determinadas características, comportamentos, ou estilos de vida (Teresa Barata

³¹ O Decreto-Lei nº208/82 de 26 de maio, seria alterado posteriormente pelos Decreto-Lei nº69/90 de 2 de Março e Decreto-Lei nº380/99 de 22 de Setembro.

³² Foi republicada pela Lei nº64/2003 de 23 de agosto.

Salgueiro in Medeiros, 2005, vol.2). O espaço urbano é considerado uma área de grande densidade de construções e forte concentração populacional, onde a terciarização é um fenómeno evidente e funcionando como pólo de atração das populações circundantes (Garrido, 1996).

Aparentemente simples, a distinção do rural de urbano nem sempre é imediata. Uma das formas de distinguir é proceder à análise dos diferentes usos do solo e que definem, no caso do “urbano”, áreas como o centro das cidades, a concentração de atividades comerciais ou de serviços, áreas residenciais e industriais, áreas de lazer, entre outras, distintas daquelas que estão associadas ao “rural” cujo uso do solo é mais homogéneo e associado à prática agrícola, à pastorícia ou à silvicultura.

Outra distinção pode ser feita com base nas características de cada um destes espaços. O espaço rural apresenta quase sempre um povoamento disperso de baixa densidade populacional, o predomínio de habitações unifamiliares e atividades económicas associadas ao setor primário. O espaço urbano, por contraste, apresenta grandes densidades populacionais, o número elevado de equipamentos sociais e culturais, os elevados índices de construção, a concentração de atividades económicas no setor terciário e grande densidade de vias de comunicação.

No entanto, nos últimos anos e consequência da evolução dos transportes, dos meios de comunicação, do preço do solo nas cidades e dos modos de vida, a fronteira entre estes espaços “urbanos” e “rurais” tem-se esbatido. A difusão da indústria, o alargamento dos serviços e o desenvolvimento do comércio e do turismo, a crescente mobilidade social e uniformização de valores têm contribuído para que este espaço urbano saia da cidade tradicional e adentre o espaço rural, dando origem a fenómenos de suburbanização, como o crescimento para fora dos seus limites, para as áreas que lhe são periféricas, a áreas periurbanas, onde o espaço rural começa a ser ocupado, de forma descontínua, por funções urbanas e processos de rurbanização, com a crescente integração dos espaços urbanos nos espaços rurais, transformação de atividades tradicionais e o aparecimento de novas, associadas aos setores secundário e terciário, conduzindo também à alteração dos modos de vida das populações locais. O espaço urbano surge assim fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e de luta social (Corrêa, 1995). *«As povoações urbanas podem apresentar várias dimensões desde as grandes cidades a pequenos centros a que dificilmente se chamaria cidade; ao mesmo tempo, residências, fábricas, grandes*

superfícies comerciais, equipamentos de lazer cobrem áreas extensas, tornando cada vez mais difícil identificar os limites da cidade, do subúrbio e do campo [...]» (Barata Salgueiro, in Medeiros 2005, vol.2, p. 176).

Mas como se produz este espaço urbano? Quem são os agentes desta transformação?

Os agentes sociais desta transformação do uso do solo podem ser agrupados em cinco tipologias, a saber: o Estado, os promotores imobiliários, os proprietários dos meios de produção (sobretudo os grandes industriais), os proprietários fundiários e os grupos sociais excluídos (Corrêa, 1995).

O Estado tem uma ação determinante, mas complexa e variável no tempo e no espaço, na dinâmica de transformação do uso do solo e na produção de “espaços urbanos” (ou “rurais ou “industriais”). O Estado possui um conjunto de instrumentos únicos e poderosos a começar pelo poder legislativo e de regulação dos usos do solo, que apoiados no investimento público na produção de espaço (obras de drenagem, terraplanagens, aterros, implantação de infraestruturas) podem ser determinantes na definição destes novos espaços. Mas a sua ação pode estender-se ainda à ação fiscal (impostos fundiários e imobiliários, taxas e licenças, sobretaxação de terrenos livres ou de prédios devolutos), a políticas de expropriação ou de definição do preço do solo e até à organização de mecanismos de crédito à habitação.

Os promotores imobiliários, agentes que realizam, parcialmente ou totalmente as operações de incorporação, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel e comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro (acrescido de lucro), têm a capacidade de produzir novas habitações, regra geral, com um valor de uso superior às antigas. No entanto, e devido à procura de (elevadas) rentabilidades, os grupos sociais mais desfavorecidos vêem-se muitas vezes excluídos da sua aquisição. Na verdade, a produção de habitação por parte destes agentes tem como objetivo satisfazer a demanda solvável. A ação destes promotores encontra uma direta correlação entre a disponibilidade e o elevado preço do solo, as acessibilidades, as amenidades naturais ou socialmente produzidas e as condições físicas dos imóveis produzidos. À medida que o valor do solo aumenta, aumenta a densificação dos edifícios e há a diminuição dos espaços verdes, a falta de equipamentos e até a deficiente infraestruturização. A sua atuação faz-se de modo

desigual, criando e reforçando uma segregação residencial e social. Assim ao Estado caberá a responsabilidade de criar habitação para as classes sociais mais baixas e sem poder aquisitivo, produzindo conjuntos habitacionais “populares” ou de habitação social. A segregação é assim ratificada.

Fotografia 3 – Empreendimento imobiliário na Pedra do Ouro, julho de 2012.



Os grandes proprietários industriais e as grandes empresas comerciais são, em função das suas próprias atividades, grandes consumidores de espaço, requerendo terrenos amplos e baratos que devem satisfazer também as suas necessidades de localização (grande acessibilidades rodoviárias e à população, junto aos portos, vias férreas). Nas cidades onde se verifica uma grande atividade industrial é frequente o aparecimento de áreas fabris em locais distintos, mas próximos das áreas residenciais proletárias, e mais afastadas, das áreas residenciais nobres. Ao produzir o seu próprio espaço, estes agentes modelam a cidade e interferem decisivamente na localização dos outros usos do solo.

Fotografia 4 – O bairro da “Alva de Pataias”, outubro de 2011. Fonte: GoogleEarth

A Alva de Pataias foi construída na década de 1960 pela fábrica de cimentos brancos CIBRA (atualmente do grupo Secil) como bairro residencial dos trabalhadores da fábrica de cimentos brancos (CIBRA).



Os proprietários fundiários procuram, fundamentalmente, obter o maior rendimento possível das suas propriedades, procurando que estas estejam afetadas a um uso comercial ou residencial de *status*. Estes agentes procuram ainda valorizar as suas propriedades nomeadamente através do investimento público, do qual a infraestruturação viária será o exemplo mais imediato. Quando as suas propriedades estão bem localizadas (valorizadas por questões paisagísticas – mar, sol, verde, por exemplo –, por boas acessibilidades ou na proximidade de equipamentos), estes proprietários agem pressionando o Estado, quer para a instalação de infraestruturas, quer para a alteração do uso do solo. Sendo feito o investimento, há a valorização da terra e o seu preço subirá. A sua ação é em tudo semelhante ao promotor imobiliário: é possível ao proprietário lotear, vender e construir. Quanto maior valor tiver o solo, mais cara será a habitação, acessível apenas a alguns e fomentando assim novas segregações.



Fotografia 5 – Edificação particular, Paredes da Vitória, dezembro de 2011. A construção na encosta do vale, junto à estrada e com vista desimpedida para o mar e para a praia valorizou um terreno escarpado de difícil acesso e sem rentabilidade florestal ou agrícola.

Noutros casos o terreno destina-se para a construção de habitação própria (quer permanente, quer secundária) e se por algum motivo o Estado não autoriza há a tendência (ou a necessidade) de infringir a lei. Assim, a pouco e pouco, vão aparecendo espalhados pelo território, bairros de génese ilegal e habitações clandestinas.

Os grupos sociais excluídos são aqueles cujos rendimentos não lhes permitem arrendar, e muito menos adquirir, uma habitação digna. Juntamente com o desemprego, as doenças e a subnutrição, a falta de habitação é um dos fatores que acentua a exclusão social. A esta população restam como moradias sistemas de autoconstrução, muitas vezes barracas de madeira e folhas de zinco, ocupando baldios e terrenos públicos frequentemente em zonas de risco (leitos de cheia, servidões, vertentes acentuadas).

O crescimento urbano em Portugal foi um fenómeno relativamente tardio (após a década de 1960) e com uma distribuição desigual ao longo do território, com concentração no Norte e no Litoral (Nuno Soares e Lourdes Poeira in Soeiro de Brito, 1994, pp.115-143). Este fenómeno de urbanização e de crescimento da habitação foi essencialmente produzido pelo setor privado pois *«até aos anos 60, essa produção foi quase feita exclusivamente dentro da esfera institucional definindo o Estado as normas urbanísticas fundamentais, sob a forma de mecanismos de controlo e planeamento do solo e através de vários tipos de incentivos, sobretudo fiscais»* (Matos, 1987, p.257).

Após 1975 o crescimento explosivo da população (com o movimento dos retornados das ex-colónias) acentuou as necessidades habitacionais. A rigidez e centralização dos processos de planeamento e de licenciamento urbanístico (nomeadamente no que concerne ao loteamento e construção) e o elevado custo da promoção legal, assim como a dificuldade no acesso à propriedade do solo e da casa e a inadequação das tipologias aos hábitos e necessidades da população fez disparar o fenómeno da habitação clandestina³³ (Matos, 1989).

Apesar do fenómeno da habitação clandestina ter uma maior expressão nas áreas metropolitanas, ele foi generalizado a todo o país, embora de acordo com diferentes tipologias (Matos, 1989):

(1) construção, sem licença, de casa própria da iniciativa de particulares individuais;

(2) bairros clandestinos com tendência para a densificação;

(3) bairros clandestinos de 1ª e 2ª residência junto às orlas litoral e fluvial, invadindo o domínio público marítimo, espaços sensíveis do ponto de vista ambiental e/ou até mesmo terrenos baldios.

Na área em estudo, conforme será referido mais adiante, é a terceira tipologia a mais frequente e aquela que proliferará e que em alguns casos se manteve até os dias de hoje³⁴.

³³ Entende-se por urbanização clandestina a construção feita sem autorização das Câmaras Municipais, a quem compete licenciar e controlar as obras realizadas por particulares

³⁴ Ver Vale Furado (pp. 89-96)

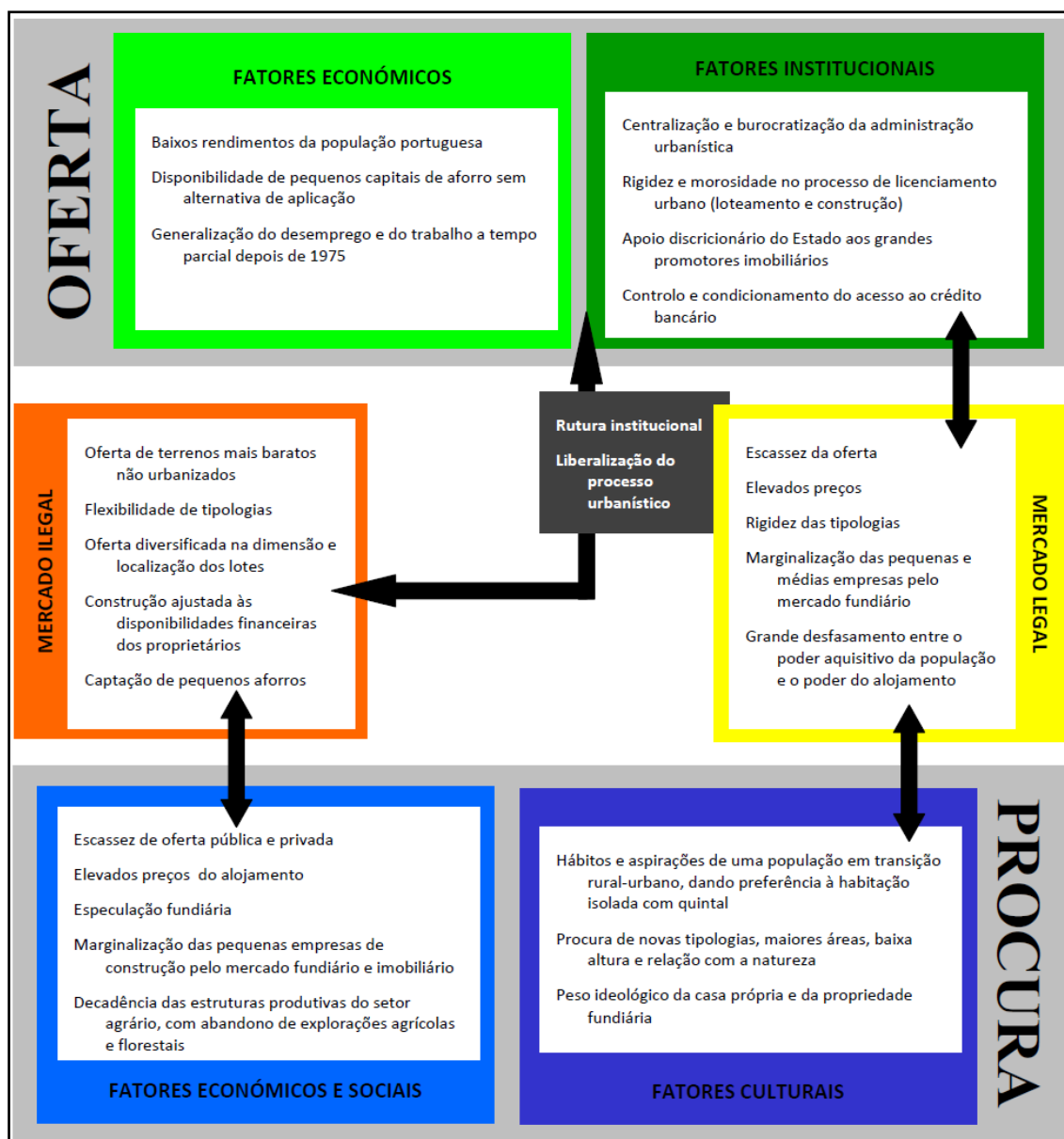


Fig. 4 – Principais fatores que originam o mercado clandestino. Fonte: adaptado de Matos (1989) e Soares (1985)

C - Instrumentos de gestão do território no concelho de Alcobaça

Em Janeiro de 2012 eram 16 os planos (e 1 regulamento) em vigência no território do concelho de Alcobaça (Quadro 1).

Quadro 1 – Instrumentos de Gestão do Território em vigência no território do município de Alcobaça

IGT	Designação	1º Diploma	Data	Última alteração ^a
<i>Com impactos na gestão e ordenamento do litoral</i>				
RFC	Regulamento da Faixa Costeira	DR 32/93	15/10/1993	-
PDM	Alcobaça	RCM 177/97	25/10/1997	28/12/2011
POOC	Alcobaça-Mafra	RCM 11/2002	17/01/2002	-
PS	Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) do Lis	DR 23/2002	03/04/2002	-
PS	Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) das Ribeiras do Oeste	DR 26/2002	05/04/2002	-
PS	Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Oeste	DR 14/2006	17/10/2006	02/02/2011
PS	Rede Natura 2000	RCM 115-A/2008	21/07/2008	-
PROT	Oeste e Vale do Tejo – PROTOVT	RCM 64-A/2009	06/08/2009	-
<i>Com impactos na gestão e ordenamento do litoral / exclusivos para a freguesia de S. Martinho do Porto</i>				
PP	Quarteirão entre a Rua de Joaquim Martins de Lemos e a Rua de José Venceslau de Oliveira, em S. Martinho do Porto	RCM 93/98	14/07/1998	-
PP	Zona Marginal e da Baía de São Martinho do Porto	RCM 132/99	29/10/1999	-
PP	Pinhal do Santíssimo	Aviso 11637/2011	26/05/2011	23/12/2011
<i>Sem impactos na gestão e ordenamento do litoral</i>				
PP	Quinta das Freiras	DECL 2-4-92	30/06/1992	17/05/2001
PP	Zona Industrial do Casal da Areia	DECL 29-6-92	22/09/1992	07/01/2011
PP	Quinta da Cova da Onça	PORT 1255/93	09/12/1993	09/09/2004
PS	Plano de Bacia Hidrográfica (PBH) do Tejo ^b	DR 18/2001	07/12/2001	-
PP	Quarteirão na Avenida Nova da Igreja – Benedita	DELIB 2435/2007	19/12/2007	-
POAP	Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros	RCM 57/2010 (Revisão)	12/08/2010	-

Fonte: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (www.dgotdu.pt), Janeiro de 2012

^a Apenas é referida a última das alterações ao plano original. Essas alterações podem ser situações de “alteração”, alteração de regime simplificado”, “alteração por adaptação”, “revisão”, “rectificação” ou “suspensão parcial” (anexo 1 – documento fotocópia da página da internet da DGOTDU).

^b O PBH do Tejo abrange a área referente ao interior do concelho, na Serra dos Candeeiros. Todo o litoral está abrangido pelo PBH do Lis e, principalmente; pelo PBH das Ribeiras do Oeste.

Dos 16 planos, em julho de 2012, não se encontrava em vigor para a área de estudo nenhum plano de pormenor.

1. PDM - Plano Director Municipal de Alcobaça

O PDM de Alcobaça, em vigor, foi ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros nº177/97 de 25 de outubro. Relativamente à ocupação do litoral, o PDM de Alcobaça, tem em consideração um conjunto de condicionantes das quais se destacam a Reserva Agrícola Nacional (RAN) (artº 6º), a REN (artº 8º), o DPH (artº 10º) e os terrenos submetidos ao regime florestal (artº 13º)³⁵. No litoral da freguesia de Pataias, são ainda identificados como sítios arqueológicos (artº 32º) uma mina (nas arribas da praia da Mina de Azeche) e vestígios diversos do período medieval em Paredes da Vitória. Também o núcleo antigo de Paredes, conhecido por Moinhos, localizado no vale de Paredes (artº 33º) surge classificado como conjunto edificado integrado no inventário municipal do património. Para o centro histórico de Vale de Paredes, estão previstos os mesmos condicionantes (artº 35º) de todos os centros históricos identificados, nomeadamente a preferência dada às obras de restauro e conservação das edificações existentes.

Quanto à classificação dos espaços urbanos, estes são caracterizados em cinco níveis, encontrando-se todo o litoral da freguesia de Pataias enquadrado no Nível V³⁶. Nestes espaços, o regulamento prevê a aplicação de condicionantes de construção (artº 48º e artº 53º), nomeadamente o respeito pelos alinhamentos definidos pelas construções existentes, o respeito pela cércea dominante local e a execução de obras de conservação da fachada do edifício, quando eventuais mudanças de uso de habitação para comércio. É referido também que *«através de PMOT de ordem inferior ou operações de loteamento urbano, é permitida a construção em parcelas constituídas ou em parcelas resultantes de destaque, nos termos da legislação em vigor, para situações de preenchimento de espaços intersticiais ou de remate de malhas urbanas, desde que sejam respeitados [alguns condicionamentos]»* (nº 3 do artº 53º).

³⁵ Os terrenos submetidos ao regime florestal parcial no litoral da freguesia de Pataias são a Alva de Água de Madeiros, a Alva da Senhora da Vitória e a Alva da Mina do Azeche.

³⁶ Categorias dos espaços urbanos no concelho de Alcobaça de acordo com o PDM: Nível I – cidade de Alcobaça; Nível II – S. Martinho do Porto, Benedita e Pataias; Nível III – Alfeizerão e Turquel; Nível IV – Todas as restantes sedes de freguesia; Nível V – Todos os restantes aglomerados identificados na planta de ordenamento.

Quanto aos espaços urbanizáveis (artº 57º), todo o litoral da freguesia de Pataias é incluído no Nível V, caracterizado pela dominância de áreas habitacionais de baixa densidade e baixa altura e de tipologia unifamiliar dominante (artº 63º).

O PDM de Alcobaça contempla ainda dezoito Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG)³⁷, das quais três estão previstas para o litoral da freguesia de Pataias (UOPG's 10,11 e 18).

Quadro 2 – UOPG's previstas em PDM para a freguesia de Pataias

UOPG	Nome
UOPG 2	Plano de Urbanização de Pataias
UOPG 10	Plano de Pormenor da Polvoeira
UOPG 11	Plano de Pormenor de Água de Madeiros
UOPG 13	Plano de Pormenor da Zona Industrial de Pataias
UOPG 16	Plano de Pormenor da Área Habitacional de Pataias
UOPG 18	Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Paredes da Vitória

Fonte: Plano Director Municipal de Alcobaça

A UOPG 10 – Plano de Pormenor da Polvoeira, prevê a instalação de um parque de campismo com capacidade para 400 pessoas e um índice de impermeabilização de 10%. Prevê ainda a instalação de um hotel com 3 pisos.

A UOPG 11 – Plano de Pormenor de Água de Madeiros; prevê um máximo de 80 fogos com dois pisos.

Quer para a elaboração do Plano de Pormenor da Polvoeira, quer para o Plano de Pormenor de Água de Madeiros, o regulamento do PDM afirma que Câmara Municipal de Alcobaça deve providenciar à desafetação do regime florestal³⁸ parcial de parte destas áreas, o que não fez até à data.

Quanto à UOPG 18 – Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização do Centro Histórico de Paredes da Vitória, devem ser respeitados os condicionamentos

³⁷ Uma UOPG é uma porção contínua de território, delimitada em PDM ou Plano de Urbanização para efeitos de programação da execução do plano ou da realização de operações urbanísticas. Esta delimitação deve ser acompanhada do estabelecimento dos respetivos objetivos bem como de outros termos de referência para a elaboração de planos de urbanização, planos de pormenor, ou para a realização de operações urbanísticas, consoante o caso. O PDM deve ainda estabelecer os indicadores e parâmetros de natureza supletiva, aplicáveis nas áreas a sujeitar a plano de urbanização ou de pormenor durante a ausência destes *in* DGOTDU (2008)

³⁸ O Plano de Pormenor da Polvoeira está previsto para Alva da Senhora da Vitória e o Plano de Pormenor de Água de Madeiros para a Alva de Água de Madeiros. Ambas as Alvas são terrenos municipais submetidos ao regime florestal parcial.

estabelecidos no artigo 35º do regulamento do PDM e que reforçam as disposições de conservação e restauro das edificações existentes.

O PDM de Alcobaça identifica ainda como único equipamento existente para a área em estudo o parque de campismo em Paredes, propondo ainda equipamentos turísticos nas praias do concelho (artº 65º).

O PDM de Alcobaça pretendia assim dar resposta às diversas situações presentes no território: estabelece os espaços urbanos e espaços urbanizáveis (ambos classificados como nível v) dos diversos aglomerados existentes, protege o património construído e cultural dos lugares (centro histórico de Vale de Paredes) e prevê áreas de expansão procurando dar resposta à previsível pressão urbanística (UOPG's da Polvoeira e de Água de Madeiros). Estes objetivos traduzem-se na prática numa alegada contenção à construção, quer em termos da cércea dos edifícios (não excedendo os dois pisos), quer no que se refere aos índices de construção ou ainda ao número máximo de dois fogos em edificação isolada ou geminada. Os exemplos, na prática, vão desmentir estes princípios e as UOPG's nunca saíram do papel.



Fotografia 6 – Edificação geminada com 4 fogos e 3 pisos em Mina do Azeche, julho de 2012.

2. Plano de Ordenamento da Orla Costeira Alcobaça-Mafra

O POOC Alcobaça-Mafra foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros 11/2002 de 17 de Janeiro. À semelhança de outros POOC's, é objetivo do POOC Alcobaça-Mafra estabelecer regras relativas à ocupação, uso e transformação dos

solos visando o ordenamento dos diferentes usos e atividades específicas da orla costeira, a reestruturação das frentes urbanas, o controlo e gestão da expansão urbana, a classificação das praias e a valorização das praias consideradas estratégicas.

Assim, naturalmente, a área de estudo encontra no POOC Alcobaça-Mafra, enquadramento e definição em diversos parâmetros. Para além da identificação de faixas de risco, a faixa costeira é ordenada e classificada numa série de espaços que vão desde os “espaços urbanos” aos “espaços canais” (artº 12º).

Ao abrigo do POOC Alcobaça-Mafra, merecem referência específica algumas situações. Assim, é classificada como área especial de proteção o núcleo antigo de Paredes, na praia de Paredes da Vitória (artº 28º) e as praias existentes são agrupadas e classificadas em tipos (artº 48º) (Quadro 3).

Quadro 3 – Tipologia de praias, segundo o POOC, no concelho de Alcobaça³⁹

Tipo	Definição	Praias	Plano de Praia	Freguesia
I – Praia urbana de uso intensivo	Praia de forte afluência, associada à presença de uma frente urbana	S. Martinho do Porto	Sim	S. Martinho do Porto
II – Praia não urbana de uso intensivo	Praia de forte afluência, geralmente relacionada com uma procura específica, não associada a frente urbana, localizando-se na proximidade de aglomerados urbanos	Paredes da Vitória		Pataias
III – Praia equipada com uso condicionado	Praia de média afluência caracterizada pela capacidade de suporte de usos balneares, contendo um nível mínimo de serviços, localizando-se na proximidade de pequenos aglomerados	Água de Madeiros Pedra do Ouro Polvoeira Légua		
IV – Praia não equipada com uso condicionado	Praia de fraca afluência associada a sistemas naturais sensíveis e afastada dos aglomerados urbanos ou em zonas de difícil acesso	Mina do Azeche Vale Furado	Não	S. Martinho do Porto
V – Praia com uso restrito	Praia de fraca afluência, de elevado valor paisagístico e natural, caracterizando-se pela fraca artificialização da envolvente e pela inexistência de equipamentos	Falca		
		Gralha		

Fonte: www.inag.pt

³⁹ Classificação de acordo com o Decreto-Lei nº 309/93 de 2 de Setembro. Embora o recente Decreto-Lei nº159/2002 de 24 de Julho estabeleça já a correspondência entre as tipologias de praia agora definidas e as identificadas pelo Decreto-Lei nº309 de 2 de Setembro, as praias da área ainda não foram reclassificadas. O POOC Alcobaça-Mafra identifica ainda outros dois tipos de praias: a) praia de uso suspenso, correspondendo a praias que, por força da necessidade de proteção da integridade biofísica do espaço ou da segurança das pessoas, não têm aptidão balnear de acordo com o nº4 do artº 48º do Regulamento do POOC; b) praia com uso interdito, correspondendo a praias que por força da necessidade de proteção da integridade biofísica local ou da segurança das pessoas, não têm aptidão balnear.

Para a área em estudo, o POOC Alcobaça-Mafra propõe três UOPG's num total de vinte e duas: Água de Madeiros, Mina [do Azeche] e Vale Furado (Quadro 4).

Quadro 4 – Proposta de UOPG's pelo POOC Alcoba-Mafra para o concelho de Alcobaça

UOPG	Designação
UOPG 1	Água de Madeiros, abrangendo toda a área urbana do aglomerado urbano
UOPG 2	Mina [do Azeche], abrangendo a área urbana e urbanizável do aglomerado e zona de praia
UOPG 3	Vale Furado, abrangendo a área urbana e urbanizável do núcleo urbano e envolvente litoral e interior
UOPG 7	S. Martinho do Porto

Fonte: POOC Alcobaça-Mafra

A UOPG 1 - Água de Madeiros, abrange a área urbana de Água de Madeiros ocupada parcialmente por edificações incluídas em faixas de risco associada às arribas. Tem por objetivos a requalificação do aglomerado urbano de Água de Madeiros, articulando as intervenções previstas no plano de praia com arranjos urbanísticos de valorização e a avaliação da necessidade de realocização das edificações em situação de risco, através de ações de realojamento, de forma a diminuir a carga de construção nas zonas de arriba. Contempla a realização de plano de pormenor, abrangendo a área urbana.



Fotografia 7 – Água de Madeiros, setembro de 2011.

Uma primeira linha de edificações sobre a arriba está ameaçada de desmoronamento

A UOPG 2 – Mina, incide sobre o aglomerado urbano de Mina do Azeche, abrangendo áreas urbanas em faixa de risco, áreas urbanas e urbanizáveis e a área de proteção integral costeira. Tem por objetivos a requalificação do aglomerado urbano de Mina do Azeche, a revitalização dos espaços urbanos e sua inter-relação com a orla costeira, de forma a proporcionar um equilíbrio adequado, diminuindo a carga de construção nas zonas de arriba e a qualificação dos espaços públicos do aglomerado urbano de forma que o aglomerado adquira bons níveis de conforto urbano. Contempla a realização de plano de pormenor, abrangendo o aglomerado urbano de Mina do Azeche incluído no POOC.



Fotografia 8 – Mina do Azeche, julho de 2012.

A inexistência de espaços públicos e a má qualidade urbanística são evidentes

A UOPG 3 - Vale Furado incide sobre o aglomerado urbano de Vale Furado, abrangendo áreas urbanas em faixa de risco, áreas urbanas e urbanizáveis e a área de proteção integral costeira. Os seus objetivos são a reconversão urbanística fundamentada através de estudo geotécnico, que deverá definir a capacidade de carga das arribas e consequentemente os indicadores urbanísticos a adotar; a resolução de ocupações clandestinas, na área urbana em faixa de risco, de forma a recuperar as arribas e resolver a situação inerente ao perigo eminente resultante da sua localização, prevendo-se o recurso a demolições e ações de expropriação; o reordenamento das vias estruturantes e da morfologia urbana ao nível do aglomerado e respetiva área de expansão, de forma que este adquira uma estrutura consolidada e ainda a potenciação da relação com a praia, prevendo o melhoramento do acesso à praia e a vedação e recuperação do coberto vegetal nos acessos degradados. Esta UOPG contempla como ações programáticas a realização de plano de pormenor, abrangendo o aglomerado urbano e a realização de estudo específico geotécnico, abrangendo o troço de arribas e o aglomerado urbano de Vale Furado.

Considerando as UOPG's previstas em PDM e no POOC há claras diferenças quer em termos de definição das áreas de intervenção (Água de Madeiros, Polvoeira, Núcleo histórico de Paredes, em PDM; Água de Madeiros, Mina do Azeche, Vale Furado, no POOC), quer no próprio conteúdo e objetivos de intervenção. De uma forma geral, as UOPG's em PDM procuram dar uma resposta à pressão urbanística, definindo áreas de expansão. As UOPG's em POOC revelam preocupações com a requalificação urbana dos aglomerados, a solução de problemas em áreas de risco e proteção das arribas e a resolução dos problemas de habitações clandestinas.

Mas a verdade é que a autarquia não implementou as UOGP's definidas em PDM e não realizou (com exceção de Paredes da Vitória) a grande maioria das ações da

sua responsabilidade, previstas no POOC, o que tem atrasado a implementação dos Planos de Praia (ARH Tejo, 2011).



Fotografia 9 – Vale Furado, julho de 2011

Edificações em faixa de risco, clandestinas, acessos à praia e morfologia urbana são alguns dos problemas identificados pelo POOC Alcobaça-Mafra em Vale Furado.

O POOC Alcobaça-Mafra identifica um total de 78 praias, propondo a realização de planos de praia para 46, somente as classificadas como tipo I, II ou III. Destas, 8 praias (10,3% do total) encontram-se na área de estudo, havendo cinco planos de praia previstos (10,9% do total). Em Março de 2012, apenas um dos planos se encontra executado, na praia de Paredes da Vitória (Fig. 3).

A área de praia correspondente é constituída por 51 ha (11,3% do total), com uma capacidade de carga total de aproximadamente 34000 pessoas (6,3% do total da capacidade de carga das praias no POOC Alcobaça-Mafra) (Quadro 7, p.54).

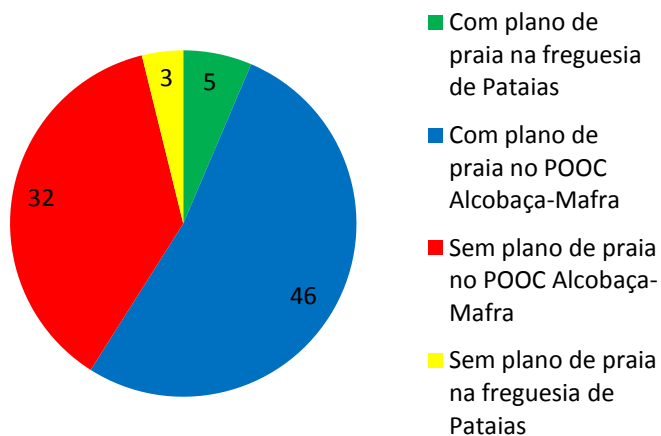


Fig. 5 – Total de praias identificadas no POOC Alcobaça-Mafra.

Fonte: <http://www.inag.pt>

3. Planos de Bacia Hidrográfica do Lis e das Ribeiras do Oeste

A área de estudo encontra-se abrangida pelos Planos de Bacia Hidrográfica (PBH) do Lis e PBH das Ribeiras do Oeste, respetivamente regulamentados pelos Decretos Regulamentares 23/2002 de 3 de abril e 26/2002 de 5 de abril.

Não há rios ou ribeiros de significativa extensão e caudal na área, com exceção da ribeira do Vale de Paredes. No entanto, existem outras pequenas linhas de água que chegam até à praia em Água de Madeiros, na Mina do Azeche, em Vale Furado e na Falca. Outras pequenas linhas de água cortam as arribas e fazem vales profundos entre as praias de Vale Furado e da Légua, nomeadamente nos locais assinalados como Barranco do Marques, Vale do Pardo e Águas Luxosas.

Dada a pequena extensão e reduzidos caudais destas linhas de água, as condicionantes de ocupação do solo, associadas às margens e servidões daquelas, não assumem um carácter de condicionalismo significativo na ocupação humana desta orla costeira.

4. Plano Regional de Ordenamento Florestal do Oeste

O Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Oeste foi publicado através do Decreto Regulamentar 14/2006 de 17 de outubro.

Embora os seus objetivos prioritários sejam relativos à proteção e valorização da floresta, a sua aplicação tem também implicações na gestão do território e da orla costeira da área em estudo. Encontram-se identificados e submetidos ao regime florestal, sendo obrigados à elaboração de Planos Gerais de Florestação, as Alvas da Mina do Azeche, de Água de Madeiros e da Senhora da Vitória.

O PROF do Oeste define e delimita modelos de silvicultura, criando sub-regiões homogéneas (do artº 11º ao artº32º) das quais se destaca a sub-região “Dunas do

Litoral” Esta sub-região coincide, de forma geral, no espaço, com a zona terrestre de proteção definida pelo POOC Alcobaça-Mafra⁴⁰.

A sub-região “Dunas do Litoral” apresenta como principais funções a proteção, a conservação quer de habitats, quer de espécies da fauna e flora, de geomonumentos e ainda o enquadramento e estética da paisagem. São objetivos específicos para esta faixa territorial a conservação da biodiversidade e riqueza paisagística, a preservação dos valores fundamentais do solo e da água e o ordenamento dos espaços florestais de recreio.

5. Regulamento da Faixa Costeira

O Regulamento da Faixa Costeira, publicado pelo Decreto Regulamentar nº32/93 de 15 de Outubro é o normativo legal mais antigo do concelho de Alcobaça, no que se refere à ocupação da faixa costeira⁴¹, mais antigo do concelho de Alcobaça. O diploma pretendia concretizar e aplicar os princípios definidos no Decreto-Lei nº302/90 de 26 de Setembro⁴² à faixa costeira que abrange os municípios de Óbidos, Caldas da Rainha e Alcobaça.

O diploma apresenta como objetivos o estabelecimento de *«regras relativas à ocupação e uso do solo, com vista a promover a sua adequação às potencialidades de cada área [...] estabelecer uma estratégia de ocupação da faixa costeira, sem pôr em causa o seu equilíbrio ambiental e social [...] e...] estabelecer a disciplina de edificabilidade, por forma a salvaguardar o seu património natural e construído»* (artº2º).

Define ainda um conjunto de normas, critérios e condicionantes muito específicas, relativas às condicionantes de uso do solo, à existência de instalações provisórias e amovíveis, aos arranjos exteriores e até à estética das edificações. Nas

⁴⁰ Nº1 do artigo 7º da Resolução do Conselho de Ministros 11/2002 de 17 de Janeiro: «A zona terrestre de protecção é definida por uma faixa territorial de 500 metros contados a partir da linha terrestre que limita a margem das águas do mar».

⁴¹ «[...]entende-se por faixa costeira a banda ao longo da costa marítima, cuja largura é limitada pela linha máxima de praia-mar de águas vivas equinociais e pela linha situada a 2 km daquela para o interior». Nº1 do Artº 1º do Decreto-Lei nº 302/90 de 26 de Setembro

⁴² O diploma define o regime de gestão urbanística do litoral

questões do zonamento (áreas urbanas e não urbanas) define a tipologia dos edifícios e os índices de ocupação e de construção do solo.

É de salientar no entanto que o diploma, no seu artigo 1º, refere que «*o disposto do presente diploma aplica-se à faixa costeira dos municípios de Óbidos, Caldas da Rainha e de Alcobaça [...] delimitada na carta anexa*⁴³ [...]». O diploma é completamente omissivo quanto ao norte do concelho de Alcobaça, configurando-se assim, que o litoral da freguesia de Pataias não foi considerado e abrangido por este normativo legal.

6. Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo

O PROTOVT foi publicado através da Resolução do Conselho de Ministros nº64-A/2009 de 6 de Agosto.

Os PROT's são classificados como instrumentos de desenvolvimento territorial. Porque apresentam uma natureza estratégica, traduzindo as grandes opções com relevância para a organização do território, estabelecem diretrizes de carácter genérico sobre o modo de uso do mesmo. Os PROT's definem também as linhas estratégicas de desenvolvimento, de organização e de gestão dos territórios regionais, enquadrando os investimentos a realizar.

Por apresentarem uma visão estratégica para a região, o impacto sobre a área de estudo concretiza-se principalmente através da influência que o PROT exerce sobre os outros instrumentos de planeamento, nomeadamente o PDM⁴⁴ e não tanto com o estabelecimento de medidas ou condicionantes específicas sobre locais específicos.

O PROTOVT não apresenta ainda uma análise às potencialidades e constrangimentos da região que encontram reflexo direto na área em estudo (Quadro 5).

⁴³ A cartografia anexa ao diploma refere-se apenas à faixa costeira da freguesia de S. Martinho do Porto (concelho de Alcobaça) e à faixa litoral dos concelhos de Caldas da Rainha e Óbidos.

⁴⁴ O PROT-OVT estabelece, no seu preâmbulo, que é obrigatória «a adaptação e incorporação das orientações e directrizes ao modelo territorial e às normas orientadoras do PROT-OVT por parte dos planos municipais e planos especiais de ordenamento do território [...] e que [...] são incompatíveis com o PROT-OVT as disposições constantes nos planos especiais de ordenamento do território e dos planos directores municipais [que não estejam de acordo com as disposições do PROT-OVT]»

Quadro 5 – Potencialidades e Constrangimentos da área de estudo, identificadas no PROTOVT

Pontos Fortes	Ponto Fracos
<ul style="list-style-type: none"> - Qualidade paisagística - Sistemas naturais e seminaturais bem conservados - Proximidade a Lisboa e à Área Metropolitana de Lisboa, assim como a Leiria 	<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento urbano difuso
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da consciência ao nível local da necessidade de preservar e valorizar a qualidade ambiental e paisagística do território - Faixa litoral diversificada e apropriada para a instalação de atividades associadas ao recreio e lazer das populações e crescente procura urbana pelas zonas rurais enquanto espaços de descanso e lazer 	<ul style="list-style-type: none"> - Vulnerabilidade da qualidade ambiental e paisagística pela forte apetência para a instalação de atividades económicas fomentada pelas novas acessibilidades - Estrutura fundiária, com predominância da pequena propriedade agrícola e florestal - Vulnerabilidade da mobilidade da região pela exagerada dependência relativamente ao modo rodoviário individual - Riscos potenciais associados especialmente à erosão do litoral, movimentos de massa e incêndios florestais - Proliferação de áreas residenciais e de emprego com baixa densidade dificultando a implementação de transportes públicos financeiramente sustentáveis

Fonte: Adaptado de PROTOVT

No entanto, não é apenas este conjunto de potencialidades e constrangimentos que encontra uma expressão direta no território em análise. Também algumas das tendências identificadas pelo PROTOVT acolhem uma significativa importância, a saber: o forte desenvolvimento do turismo (com emergência dos segmentos residencial, golfe, *touring* e turismo religioso), as fortes pressões sobre o uso do solo e o reforço das acessibilidades rodoviárias regionais, nomeadamente com a A8/A17 e o IC9.

O PROTOVT reconhece ainda a zona costeira⁴⁵ como um elemento marcante da identidade regional, ao estender-se por cerca de 117 Km de linha de costa extremamente diferenciada e com ocorrências geológicas e geomorfológicas de elevado valor cénico e paisagístico. Neste âmbito, o PROTOVT define orientações e diretrizes no sentido das restrições das ocupações da orla costeira, do seu condicionamento da zona costeira e do estudo e planeamento reforçado na faixa litoral. Mas não só. Refere ainda que a agricultura deve manter-se como uso determinante e que deve defender-se a presença

⁴⁵ «O modelo do PROT e as normas orientadoras para o Litoral assentam numa diferenciação entre: a orla costeira que se estende por 500 metros no sentido de terra a partir da linha que limita a margem, onde o mar exerce directamente a sua acção; a zona costeira que se desenvolve entre os 500 metros e os 2 Km, que engloba a porção de territórios influenciada directa e indirectamente em termos biofísicos pelo mar; e a faixa litoral que abrange territórios de alguma forma influenciados pela presença do mar, podendo estender-se entre os 2 e os 5 Km, dependendo das características geomorfológicas e da ocupação humana» (Resolução do Conselho de Ministros nº64-A de 6 de Agosto, pp. 5118-(42))

territorial das áreas florestais (apesar de residuais na zona costeira e com uma penetração média de 5 Km na faixa terrestre)⁴⁶. Quanto aos núcleos urbanos e áreas residenciais existentes, defende-se a execução de ações de requalificação urbanística e paisagística, garantindo a preservação da paisagem e dos valores naturais em presença.

A área em estudo encontra-se enquadrada na Unidade Territorial do “Oeste Litoral Norte”, sendo definida como apresentando características predominantemente florestais (pinhal bravo) e evidenciando *«o incremento de fenómenos de densificação e expansão dos aglomerados para fins residenciais e de lazer e de construção de novas áreas turísticas/ residenciais fora dos perímetros urbanos dos principais aglomerados»*⁴⁷, dando origem a novos núcleos» (Resolução do Conselho de Ministros nº64-A/2009 de 6 de Agosto, pp.5118-(64)).

De uma forma geral, e tendo em consideração o que o PROTOVT prevê para cada um dos sistemas (sistema urbano e competitividade, ambiental e mobilidade) podem ser consideradas, com especial atenção, as normas específicas para a unidade territorial do Oeste Litoral Norte que apresentam um impacto direto na área em estudo:

- a) A garantia da integridade e a dominância da floresta nas áreas com ocupação ou potencialidade florestal que venham a ser objeto de acolhimento de Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT)⁴⁸, promovendo as funções ecológicas e produtivas dessas áreas e a valorização paisagística;
- b) A promoção da elaboração dos Planos de Gestão Florestal das áreas submetidas a regime florestal (Perímetros Florestais de Alva da Mina do Azeche, Alva da Senhora da Vitória e Alva de Água de Madeiros);

⁴⁶ Na área em estudo, toda a orla costeira está separada dos demais núcleos urbanos da freguesia por uma área florestal com uma largura não inferior a 5 Km, onde se incluem, para além de terrenos privados, os perímetros florestais das Alvas de Água de Madeiros, da Senhora da Vitória, da Mina do Azeche e de Pataias.

⁴⁷ Exemplo deste fenómeno é o aglomerado urbano da Pedra do Ouro

⁴⁸ NDT – Núcleo de Desenvolvimento Turístico. *«Esta tipologia classifica espaços de turismo residencial cuja implementação permite constituir, nos termos da legislação dos empreendimentos turísticos, novos espaços turísticos a ocupar por empreendimentos do tipo conjuntos turísticos (resort), fora dos perímetros urbanos definidos nos PDM, e cujas localização e implementação ficam dependentes da prévia selecção dos projectos a apresentar pelos Promotores. Pretende-se que estes projectos contribuam para a valorização das valências do território rural, bem como para o cumprimento dos objectivos do PROT OVT para o turismo e o lazer na Região.»* (Resolução do Conselho de Ministros nº64-A/2009 de 6 de agosto: 5118(61). Neste contexto pode ser considerado um NDT o projeto do “Golfo do Camarçã” previsto para a proximidade da praia da Pedra do Ouro.

- c) A avaliação da exequibilidade da criação de áreas protegidas a nível local ou de espaços de elevado valor natural, como os Pinhais de Alcobaça-Nazaré;
- d) O impedir a ocupação urbana e edificada em áreas de risco de erosão litoral, instabilidade de vertentes e nas suas faixas de proteção e valorizar os ecossistemas sensíveis ou degradados, tendo por base ordenamento de acessos ao litoral, a eliminação do estacionamento informal no topo das arribas, a redução dos fatores de erosão das arribas e a recuperação da vegetação das dunas e topo de arribas.

De uma forma geral os diferentes IGT's reconhecem como ponto forte nesta faixa do território a sua qualidade paisagística e como principais constrangimentos o crescimento urbano difuso e a vulnerabilidade da qualidade ambiental e paisagística pela apetência de instalação de atividades económicas (turísticas e urbanísticas). Embora concretizados em períodos temporais diferentes, de uma forma ou outra, estes instrumentos tentam controlar a expansão urbana (por exemplo, o PDM defende as áreas habitacionais de baixa densidade e baixa altura), a ocupação das arribas inibindo a sua ocupação e promover e regular a exploração da linha de costa (com a classificação das praias pelo POOC). Os diferentes IGT's tentam ainda conciliar e resolver vários problemas urbanísticos, acabando por identificar necessidades de intervenção para resolver problemas ao longo de quase toda a costa, de Água de Madeiros até Vale Furado (com a definição de UOPG's quer em PDM quer no POOC Alcobaça-Mafra).

Parte II – CASO DE ESTUDO

O LITORAL NA FREGUESIA DE PATAIAS

A – Caraterização do litoral da freguesia de Pataias

O litoral da freguesia de Pataias apresenta uma significativa diversidade em termos geológicos e geográficos, mas uma uniformidade relativamente ao seu coberto vegetal.

1. A Geologia

O troço de costa da freguesia de Pataias está localizado em plena Orla Mesocenozóica. Aqui, encontram-se sedimentos originalmente depositados na Bacia Lusitânica, posteriormente remobilizados por atividade tectónica e atualmente expostos por erosão. A área está também muito próxima do Vale Tifónico ou Diapiro das Caldas da Rainha, encontrando-se numa região de terraços cobertos por areias recentes, Plistocénicas e Holocénicas que cobrem sedimentos gresosos, calcários e argilas dos períodos Jurássico e Cretácico (Carta Geológica de Portugal 22D e 26B).

A diversidade e interesse geológico desta área está patente e reconhecida não só pelo LNEG (Laboratório Nacional de Energia e Geologia) que identifica aqui a existência de dois Geo-Sítios⁴⁹ (Corte Geológico de Água de Madeiros e Arribas de Vale Furado a Paredes da Vitória) mas também pela existência de várias formações rochosas (Formações de Água de Madeiros, de Vale das Fontes, de Vale Furado, da Feligueira) (André, 1009; Azeredo (n.d.); Godinho, 1998), facilmente observáveis nas arribas existentes, para além da cobertura de areias Pliocénicas e Eocénicas, na região.

⁴⁹ Geo-Sítio – Consiste num inventário de sítios com interesse geológico do território nacional, tornada acessível pela Internet através de páginas institucionais. Em: [http: www.lneg.pt](http://www.lneg.pt), acedido em 16 de abril de 2012.

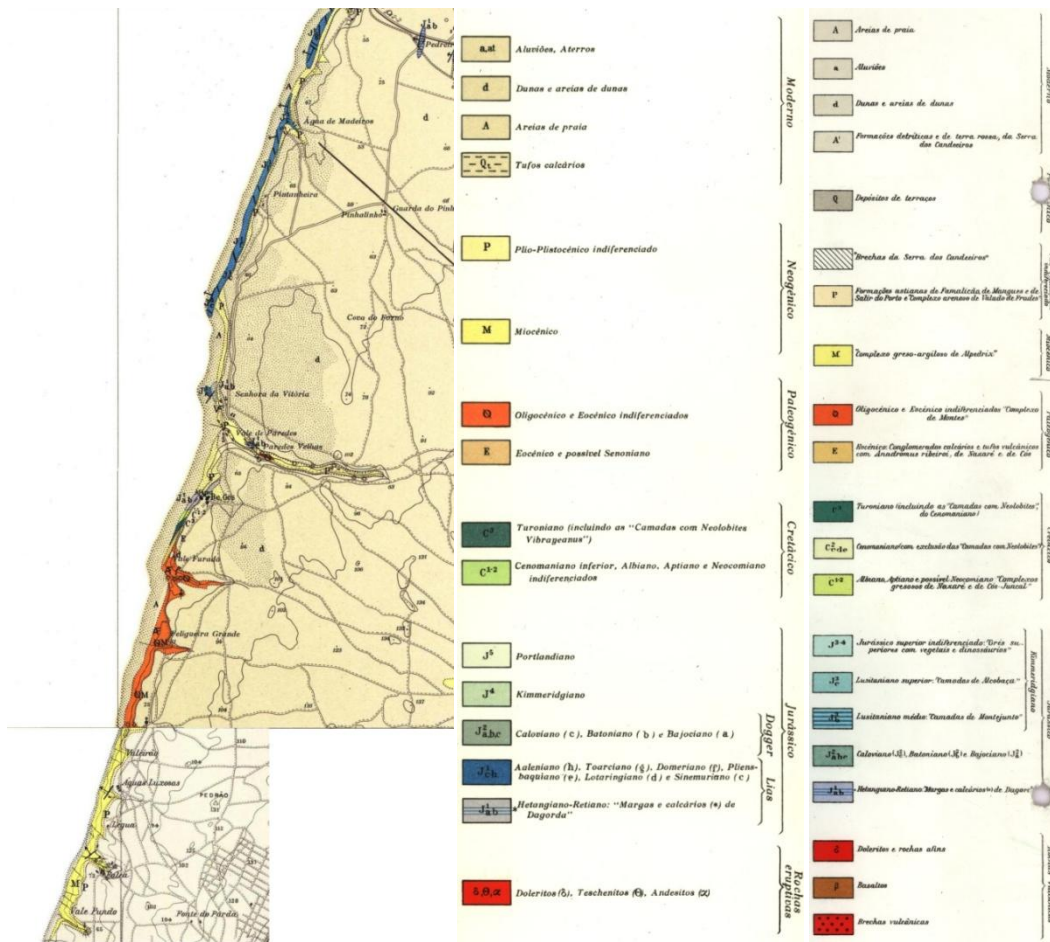


Fig. 6 - A geologia do litoral de Pataias

(Carta Geológica de Portugal, 1:50000, 22D – Marinha Grande e 26B – Alcobaça)

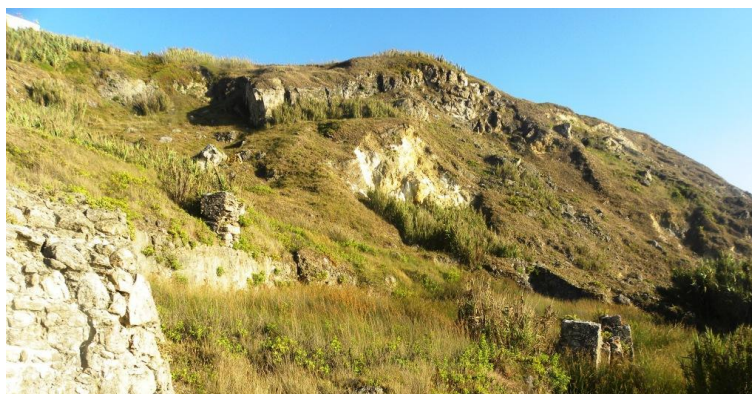
Nesta linha de costa, de norte para sul, é possível observar a transição progressiva do Jurássico Inferior (Lias e Dogger) visível nas Pedras Negras e S. Pedro de Moel, ao Cretácico Superior (Cenomaniano, Turoniano) na escarpa do Sítio da Nazaré, onde se encontram registos dos vários episódios de rifting da abertura do Atlântico Norte. A cobrir todos estes materiais, um vasto manto de sedimentos do Paleogénico (Oligocénico, Eocénico) e Neogénico (Plio-Plistocénico, Miocénico) (Notícia Explicativa das Cartas Geológicas de Portugal 22D e 26B).

Na sua esmagadora maioria, toda a linha de costa é constituída por materiais brandos de fácil desagregação quando sujeitos à ação de abrasão. Pontualmente, o substrato rochoso mais duro (calcários do Jurássico e do Cretácico) aflora à superfície, junto ao mar, dando origem a imponentes rochedos que definem a paisagem ou a excelentes locais para a pesca de bivalves e polvos.

Há ainda nestes 11 km de troço de costa, um conjunto de marcas intimamente ligadas à geologia local que ajudaram a escrever a história da região: do antigo porto de Paredes (praia de Paredes da Vitória) à mina de asfalto do Canto de Azeche (Mina do Azeche), dos moinhos de vento e fornos de cozedura de cimento (Pedra do Ouro), até os moinhos de moagem de cereais e de cimento (Vale de Paredes).

Fotografia 10 – A mina do Canto do Azeche, Mina do Azeche, julho de 2010.

Ruínas da mina do Canto do Azeche, que laborou irregularmente na segunda metade do séc. XIX. Foi o primeiro lugar em Portugal onde se exploraram hidrocarbonetos.



2. A vegetação

A área é caracterizada pela existência de grandes extensões de dunas, que a partir de meados do século XIX, e nalguns casos até à década de 1930, foram arborizadas de forma a prevenir o avanço das areias sobre os terrenos agrícolas no interior.

Tradicionalmente as dunas fazem a transição entre os ambientes marinho e terrestre, servindo de proteção às transgressões do nível do mar, evitando a salinização dos solos, a contaminação de aquíferos pela água salgada e a abrasão das arribas. No caso da área de estudo, estas dunas encontram-se num plano superior ao nível do mar, e partindo da crista das arribas estendem-se largos quilómetros sobre o interior.

Quadro 6 – Arborização das Alvas da freguesia de Pataias

Área	Período de Arborização	Por Arborizar em 1896 (ha)	Arborização em ha						Total
			1897-1927	1927-1928	1928-1929	1929-1930	1930-1931	1936	
Pataias	1918-1919	498,72	498,72	-	-	-	-	9,03	507,75
Azeche	1929-1930	213,61	-	-	-	125,11	88,50	-	213,61
Sra da Vitória	1927-1928	306,20	-	63,20	127,00	116,00	-	-	306,20
Água Madeiros	1926-1927	60,49	18,00	31,50	-	10,99	-	-	60,49
Total	1918-1935	1079,02	516,72	593,42	127,00	252,10	88,50	9,03	1088,05

Fonte: www.drapc.min-agricultura.pt. Nota: os totais da colunas “Por arborizar em 1896 (ha)” e “Arborização em ha - Total” não são coincidentes, depreendendo-se assim que em algumas áreas, nomeadamente na Alva de Pataias, tiveram de ser feitas mais que uma campanha de arborização nos mesmos locais, provavelmente devido ao insucesso das primeiras sementeiras.

Sobre estas dunas, estende-se uma floresta predominantemente monocultural de pinheiro bravo (*Pinus pinaster*). Pontualmente, encontram-se manchas de pinheiros mansos (*Pinus pinus*), carvalhos seculares (*Quercus robur*), carrascos (*Quercus coccifera*), loureiros (*Laurus nobilis*) e medronheiros (*Arbutus unedo*) que competem entre si pelos solos mais frescos e húmidos, e cada vez mais, eucaliptos (*género Eucalyptos*). Junto à linha de costa, onde o ar agreste e salgado do oceano obriga os pinheiros a contorcerem-se (dando origem aos “pinheiros serpente”), há uma maior diversidade de espécies. Destacam-se as acácias (*Acacia australis*), planta exótica de rápido crescimento e consequentemente, uma invasora nefasta, a erva pinheirinha (*Myriophyllum verticillatum*), o chorão-das praias (*Carpobrotus edulis*), o cardo marítimo (*Eryngium maritimum*), o estorno (*Ammophila arenária*) e a camarinheira (*Corema album*), ou “camarneira” (como se chama localmente).



Fotografia 11 – Pinheiro Serpente, julho de 2011. Águas Luxosas.

3. A orografia

A área desta faixa costeira é caracterizada pela existência de uma vasta extensão plana com uma altitude média entre os 60 metros, junto ao mar, e os 130 metros alguns quilómetros para o interior. Esta uniformidade da paisagem só é interrompida pela existência de grandes dunas ou covas profundas e por pequenos vales profundos e encaixados, fruto da existência de pequenas mas persistentes linhas de água que mal conseguem alcançar o mar.

Fotografia 12 – Ao fundo, Pedra do Ouro, janeiro de 2012.



Estes pequenos vales⁵⁰, como já foi referido, são pouco extensos mas bastante encaixados, apresentando todos eles pequenas linhas de águas, aproveitadas para a instalação de moinhos. Destes vales, três assumem um especial relevo pela sua extensão: o vale de Água de Madeiros, o vale de Vale Furado e especialmente o Vale de Paredes.

O Vale de Paredes, um autêntico *boqueirão*⁵¹, profundo e encaixado, tem um comprimento aproximado de 2400 metros. Estreito e encaixado na maior parte do seu percurso, abre-se junto ao mar numa planície aluvial extremamente fértil, com uma largura entre os 70 e os 140 metros e um comprimento superior aos 350 metros. É aqui que encontra o seu leito o ribeiro de Paredes, cujo caudal espantosamente abundante e regular ao longo de todo o ano, encontra sempre o caminho para o mar, tendo ainda a capacidade para abastecer de água um conjunto populacional de mais de 7000 pessoas (as freguesias de Pataias e Martingança).

Fotografia 13 – Vale de Paredes, março de 2011. Foto: SIARL.

Ao longo do vale, profundamente encaixado e abundante em água, são numerosos os vestígios de moinhos para a moagem de cereais. Em primeiro plano o lugar de Paredes da Vitória; à direita sobre o vale, o início das Alvas da Mina do Azeche; a meio do vale, onde se faz o seu súbito estreitamento, os “Moinhos”. Ao fundo, a serra dos Candeeiros.



⁵⁰ De norte para sul: vale de Água de Madeiros, Vale de Paredes, Vale da Mina, Barranco dos Tremoços, Vale Furado, Barranco do Marques, Feligueira, Vale de Ginjas, Vale da Falca, Vale Fundo

⁵¹ Expressão utilizada por José Andrada e Silva ao referir-se ao Vale de Paredes (Silva, 1815, pp.27)

Na verdade, e com exceção de Paredes da Vitória, localizada sobre as dunas na desembocadura do vale, toda a ocupação urbana na orla costeira se localiza no topo das arribas de rochas brandas.

Na base destas arribas, pequenas línguas de areia contínuas, interrompidas pontualmente por alguns afloramentos rochosos ou por pontas das arribas que chegam até ao mar, assinalam a existência de praias. A variação do tamanho destas praias ao longo do ano é significativa. De inverno é frequente a base das arribas ser atacada pelo mar. De verão, a linha de maré cheia pode distar algumas dezenas de metros, ou até centenas, da base das arribas, dando origem a largos areais que se estendem ininterruptamente por centenas de metros ou até quilómetros.



Fotografia 14 – Praia da Pedra do Ouro, outubro de 2010

Note-se a variação no tamanho da praia durante o período de preia-mar no inverno e no verão



Fotografia 15 – Praia da Pedra do Ouro, julho de 2012

Como já referido anteriormente, esta aparente uniformidade de praia/arriba é interrompida, do lado da terra e com alguma frequência, por pequenos vales encaixados que trazem quase até ao mar pequenas linhas de água, e do lado do oceano, por afloramentos rochosos que na baixa-mar quebram a força do oceano e são excelentes locais para a apanha do mexilhão, do percebe e do polvo.

4. As arribas

Este troço costeiro (Água de Madeiros-Falca) é caracterizado pela existência de um conjunto de arribas talhadas em litologias pouco coesas, com praia subjacente (Tavares, 2010). Embora a atividade antrópica não esteja generalizada a toda a extensão da linha de costa, ela é muito intensa e importante onde existem os núcleos urbanos, nomeadamente em Água de Madeiros, Pedra do Ouro, Mina do Azeche e Vale Furado, localizadas na crista das respetivas arribas.

A evolução destas arribas está fortemente dependente das praias subjacentes, porquanto estas conferem uma maior ou menor proteção (consoante são mais ou menos largas, mais ou menos altas, se é verão ou inverno) à base das arribas no que concerne à atuação das ondas incidentes.

Fotografia 16 – As arribas dos Valinhos, entre a Mina do Azeche e Vale Furado, agosto 2011.

Neste troço as arribas são depósitos do Terciário, constituídas por arenitos e lunitos avermelhados ou amarelos, datados do período Bartoniano (37 a 40 milhões de anos)



De uma forma geral, o espraio das ondas atinge a base das arribas durante os meses de inverno ou em períodos de grande agitação marítima. Ocasionalmente, nas marés vivas coincidentes com a preia-mar em período invernal, a onda rebenta mesmo na arriba. Mas este fenómeno não é generalizado a toda esta linha de costa, e as sapas (cavados das ondas) na base das arribas não são fáceis de encontrar. Este ataque da ondulação à base das arribas tem conduzido a pequenos deslizamentos, escorregamentos

e à queda de blocos. Estes materiais, devido à sua fragilidade e natureza litológica (margas e arenitos na sua maioria), são rapidamente desagregados e transportados pela ação do mar.

Entre as praias de Água de Madeiros e da Falca estão identificados várias arribas em situação de perigo: em Água de Madeiros, na Pedra do Ouro, na Polvoeira e em Vale Furado⁵². Mas não são as únicas. Aquelas terão o destaque ou porque têm previsto a implantação de planos de praia de acordo com o POOC Alcobaça-Mafra, ou porque a ocupação urbana é de tal forma intensa e na crista da arriba que um desmoronamento da mesma pode significar a destruição de habitações, e quiçá, a perda de vidas humanas.

Mas ao longo deste trecho da linha de costa, outros locais apresentam arribas em evolução constante, cujo impacto é reduzido devido à fraca ocupação humana. São exemplos as arribas dos Valinhos (entre as praias da Mina do Azeche e de Vale Furado) e entre a zona da Feligueira (a sul de Vale Furado) e Légua.



Fotografia 17 – A sinalização de arribas instáveis, Água de Madeiros, julho de 2012.

Apesar de sinalizadas as arribas perigosas e da ocorrência de episódios anteriores, os banhistas continuam a ignorar os avisos colocando-se em situações de risco.

Os movimentos de massa nestas vertentes, regra geral, acontecem no Inverno. No entanto, durante o verão de 2004, um movimento de massa nas arribas de Água de Madeiros (sem graves consequências materiais e humanas), levou à retirada da Bandeira Azul⁵³. Testemunhos orais falam ainda de uma grande derrocada nos anos de

⁵² Jornal de Pataias nº 296/297 de junho/julho de 2006

⁵³ Ver quadro 8 pág. 56

1950/1960, na zona da Feligueira, a sul de Vale Furado, que soterrou uma habitação e obrigou a família aí residente a mudar-se para Pataias.

5. As praias

A área em estudo estende-se por cerca de 11km de linha de costa. Os areais são quase sempre contínuos com as praias a terem uma área superior a 510 hectares e uma capacidade de carga superior a 34000 pessoas (Figueiredo, 2009). A classificação das praias varia do Tipo II (praia não urbana de uso intensivo) ao Tipo V (praia com uso restrito)⁵⁴ (Quadro 7, p.54)

























Fotografia 18 – A praia, período de baixa-mar. Vista da Feligueira (Vale Furado) para sul, março de 2012.







Este é o trecho do litoral da freguesia de Pataias que ainda mantém todas as suas características naturais e uma presença humana quase nula. São visíveis os depósitos de sedimentos marinhos descobertos pela baixa-mar, os afloramentos rochosos usados pelos mariscadores e na base da arriba, alguns blocos provenientes da desagregação da mesma.



⁵⁴ De acordo com o Decreto-Lei nº 309/93 de 2 de Setembro, uma vez que as praias ainda não foram objeto de reclassificação de acordo com o novo Decreto-Lei nº 159/2012 de 24 de julho.

Quadro 7 – Características das zonas balneares da freguesia de Pataias, 2012

Zona balnear		Com Perfil de Água Balnear					Sem Perfil de Água Balnear		
		Água de Madeiros	Pedra do Ouro	Polvoeira	Paredes da Vitória	Légua	Mina do Azeche	Vale Furado	Falca
Tipologia e classificação	Tipo	III	III	III	II	III	IV	IV	V
	Bandeira Azul 2012								
	Praia de Ouro 2012								
	Qualidade das Águas Balneares em 2011						n.d.	n.d.	n.d.
Dados Físicos	Área de praias m ²	36000	49500	79500	60000	99750	30000	105000	51000
	Substrato	A, R	A, M	A, R	A	A, R	A	A, R	A
	Capacidade de carga	2400	3300	5300	4000	6650	2000	7000	3400
	Risco das Arribas								
	Afluência								
Equipamentos e Serviços	Vigilância	S	S	S	S	S	N	S	N
	Sanitários	S	S	S	S	S	N	N	N
	Acessos a deficientes	N	N	N	S	N	N	N	N
	Apoios de praia	N	S	S	S	S	N	N	N
	Posto de Socorros	-	N	-	S	S	N	N	N
	Duche	S	N	S	S	S	N	N	N
	Animais domésticos	N	N	N	N	N	-	-	-
	Estacionamento	S	S	S	S	S	N	S	N
	Recolha do lixo	S	S	S	S	S	N	S	N
	Limpeza da praia	S	S	S	S	S	N	N	N
	Painel informativo	S	S	S	S	-	N	N	N
	Capacidade de estacionamento	135	111	167	359	34	-	30	-

 Máximo
 Elevado
 Médio
 Baixo
 Excelente
 Boa
S – Sim
N – Não
A – Substrato arenoso
R – Substrato rochoso
M – Substrato margoso

Fonte: Elaboração própria a partir de www.inag.pt; www.arhtejo.pt e adaptado de Figueiredo, 2009

6. Qualidade das Águas e Bandeira Azul

O programa da Bandeira Azul iniciou-se à escala europeia em 1987, integrada no programa do Ano Europeu do Ambiente. O seu principal objetivo é o de *«elevar o grau de consciencialização dos cidadãos em geral, e dos decisores em particular, para a necessidade de se proteger o ambiente marinho e costeiro e incentivar a realização de ações conducentes à resolução dos problemas aí existentes»*⁵⁵.

Sendo um símbolo de qualidade ambiental atribuído anualmente, a Bandeira Azul é um galardão atribuído às praias que cumpram um conjunto de critérios, divididos em 4 grupos: Informação e Educação Ambiental; Qualidade da Água; Gestão Ambiental e Equipamentos e Segurança e Serviços⁵⁶.

Este galardão, para além do reconhecimento da qualidade ambiental da praia é também um importante instrumento na promoção turística das regiões balneares.

O litoral da freguesia de Pataias tem recebido de forma regular e quase ininterrupta o galardão desde 1989 (a exceção foi nos anos de 2009 e 2010 em que a Câmara Municipal de Alcobaça não apresentou candidatura).



















































































































Embora todas as praias Tipo II e Tipo III⁵⁷ já tenham recebido o galardão, apenas em 2001 o mesmo foi atribuído simultaneamente a todas elas (Água de Madeiros, Pedra do Ouro, Polvoeira, Paredes da Vitória e Légua). A praia que mais anos hasteou a Bandeira Azul, símbolo do galardão, foi a praia da Pedra do Ouro.

⁵⁵ <http://www.abae.pt/programa/BA/inicio.php>



⁵⁶ Critérios de atribuição da Bandeira Azul, disponíveis em: <http://www.abae.pt/BandeiraAzul/index.php?p=criteria&s=beaches#section1> e acedido em 02/05/2012

⁵⁷ De acordo com o Decreto-Lei nº 309/93 de 2 de setembro


Quadro 8 – Atribuição de galardões às praias com Perfil de Águas Balneares na freguesia de Pataias

	Água de Madeiros	Pedra do Ouro	Polvoeira	Paredes da Vitória	Légua
1987					
1988					
1989					
1990					
1991					
1992					
1993					
1994					
1995					
1996					
1997					
1998					
1999					
2000					
2001					
2002					
2003					
2004					
2005					
2006	 	 	 		 
2007	 	 	 		 
2008	 	 	 		 
2009	 	 	 		 
2010	 	 	 		 
2011	 	 	 	 	 
2012	 	 		 	 


Bandeira Azul

 Atribuída
 Arraiada




Praia Qualidade de Ouro



Praia Acessível



Qualidade da Água Balnear

 Aceitável
 Boa
 Excelente

Fonte: Produção própria a partir de www.inag.pt, www.quercus.pt, www.snirh.pt

No entanto, como se pode verificar através do Quadro 8, a atribuição deste galardão a cada uma das praias tem sido irregular.

No caso da praia das Paredes da Vitória, a praia mais importante da área de estudo e a primeira a receber o galardão em 1989, viu a sua atribuição interrompida entre os anos de 2002 e 2010. Tal facto esteve relacionado com a má qualidade da água, nomeadamente a do ribeiro que corta transversalmente a praia e que devido à falta de uma rede de saneamento básico e ao lançamento dos efluentes domésticos diretamente para o rio, apresentava normalmente valores de *enterococos intestinais* e *esherichia coli* bem acima dos limites legais permitidos. Embora a praia nunca chegasse a ser interditada, o uso das águas do rio foi-o com regularidade, chegando em alguns anos, a prolongar-se por quase toda a época balnear. Um projeto de requalificação urbana e a construção de uma ETAR, inaugurada em Agosto de 2010⁵⁸, resolveram parte do problema e permitiram a recandidatura da praia ao galardão da Bandeira Azul, que voltou a hastear nas épocas balneares de 2011 e 2012.

Fotografia 19 –O ribeiro de Paredes interditado ao banho, agosto de 2009.

Até agosto de 2010, nos meses de verão, eram recorrentes estas placas, colocadas pela Câmara Municipal e pela Delegação de Saúde, alertando os banhistas para a má qualidade da água do rio. Na ausência de uma rede de saneamento e de uma ETAR, os efluentes domésticos eram lançados diretamente para o rio.



As restantes praias, só mais tarde foram candidatas ao galardão. Estas candidaturas aconteceram à medida que iam sendo criadas algumas infraestruturas e equipamentos como a criação da designação de praia, os parques de estacionamento, a atribuição de concessões para exploração das praias ou a construção de sanitários (a Bandeira Azul é atribuída pela primeira vez à Polvoeira em 1991, Pedra do Ouro em 1992, Água de Madeiros em 2000 e Légua em 2001).

Quanto à praia da Polvoeira, um conjunto de circunstâncias coincidentes no tempo, como a abertura de uma vala com mais de 1,5 km em zona REN (e que levou à

⁵⁸ Fonte: Sapinho Gelásio <http://www.tintafresca.net/News/newsdetail.aspx?news=11a740bd-6404-4c46-b2af-6e558bf8f7ba&edition=118> acedido a 22 de Agosto de 2010

retirada da Bandeira Azul em 2003), a falta de estacionamento e de instalações sanitárias condignas e, mais tarde, de um incêndio que destruiu o bar de apoio à praia, conduziram à ausência da candidatura ao galardão desde então.

A partir de 2008, tendo em conta o que se encontra previsto no POOC Alcobaça-Mafra e nos respetivos planos de praia que ainda não se encontram implementados, a autarquia decidiu não apresentar candidaturas para nenhuma das praias, à exceção de Paredes da Vitória (e também S. Martinho do Porto) em 2011, pelos motivos já apontados.

Mas no que se refere à qualidade das águas balneares, esta tem sido considerada excelente na maioria das praias (com exceção de Paredes da Vitória), facto reconhecido com a atribuição de diversos galardões da Bandeira Azul desde 1989 e da Praia de Qualidade de Ouro, pelo menos desde 2006. Curiosamente, a única Bandeira Azul em 2011 e 2012, Paredes da Vitória, é a que regista as piores análises na qualidade das suas águas balneares.



Fotografia 20 – A ETAR de Vale de Paredes (ao centro da imagem, sobre a direita), março de 2012.

Apesar da polémica relativa ao local onde foi construída, a ETAR veio resolver o problema do saneamento básico em Paredes da Vitória, garantindo a reconquista da Bandeira Azul em 2011 e 2012.

De referir ainda que, apesar de todos os investimentos realizados, a qualidade da água de Paredes continua abaixo da média das restantes praias da freguesia. Em 2011, já com a ETAR em pleno funcionamento, as águas balneares da praia de Paredes da Vitória foram as únicas que não alcançaram a classificação de “Excelente”. Problemas pontuais com o funcionamento da ETAR e a formação de uma laguna pelo rio, sem contato permanente com o mar (e portanto, com águas quase estagnadas), poderão

ajudar a explicar a qualidade inferior dos resultados nas análises da água balnear, mas mesmo assim ostentando a classificação de “Bom”.

7. Evolução demográfica e urbana

A procura da faixa costeira para viver é feita de forma intensa. Atualmente, sabe-se que em Portugal, numa margem de 10 km junto à linha de costa, 6% está com ocupação urbana e que os distritos litorais concentram 75% da população sendo responsáveis por 85% do PIB (Moreira Jr., 2005).

É na faixa litoral que mais se verificam os fenómenos de expansão urbana, e onde os ritmos de crescimento das cidades foram mais elevado entre 1991 e 2011 (Lopes, 2010). Na década de 1991-2001, as áreas onde foram observados «*ritmos de crescimento mais elevados foram as algarvias, as da área de Leiria-Marinha Grande e os centros urbanos do Litoral Norte. [...] O aumento do número de alojamentos acompanhou o crescimento demográfico e as transformações nas estruturas familiares e ocorreu, designadamente, na faixa litoral de Viana do Castelo a Aveiro [...], no eixo Leiria-Marinha Grande, Alcobaça, Caldas da Rainha [...]*» (DGOTDU/MAOTDR, 2007, p.58).

No entanto, a expansão da urbanização na zona costeira não tem sido induzida e suportada pelas principais cidades costeiras. De acordo com o EEA (EEA, 2006a, 2006b) as superfícies urbanas estão mais concentradas no primeiro quilómetro de costa, com o território a ser ocupado por usos associados à habitação (que consiste, em muitas áreas, em segunda habitação), aos serviços e ao lazer (representando no seu todo mais de 60% das superfícies artificiais). Pela sua própria natureza, o uso do solo ao longo da faixa costeira tornou-se suburbano⁵⁹, desafiando a sustentabilidade e o estado do ambiente.

⁵⁹ Neste contexto de ocupação da faixa costeira, entende-se por suburbano a ocupação/ incremento de construções habitacionais, atividades económicas e infraestruturas (nomeadamente vias de comunicação), em pequenos núcleos habitacionais e/ou de áreas afetadas a usos agrícolas e florestais. Esta ocupação conferiu a estes lugares um forte carácter urbano que antes não tinham.

7.1. Evolução demográfica

A população portuguesa era no início da década de 1960 de aproximadamente 8,9 milhões de habitantes, contabilizando em 2011 pouco mais de 10,5 milhões, o que corresponde a um crescimento de 18,8% da população num espaço de 50 anos.

Neste período de tempo, o crescimento demográfico não foi constante nem homogéneo. Por um lado, a forte emigração registada no período 1960-1974 refletiu-se numa diminuição da população, não só a nível nacional, mas também em quase todas as regiões do país. Por outro, o forte êxodo rural sentido no último quartel do século XX, traduziu-se no despovoamento do interior e na litoralização demográfica e, consequentemente urbana, do país.

Na região da área em estudo⁶⁰, a população para o mesmo período (1950-2011) aumentou dos cerca de 336 mil habitantes para os pouco mais de 437 mil, correspondendo a um aumento de 30,1%, portanto, acima da média nacional. No entanto, o município de Alcobaça registou apenas um crescimento de 18,3% (em linha com o da Nazaré com 14,4%), enquanto que a vizinha Marinha Grande registou o maior de toda a região com 119% (de 17663 para 38681 habitantes).

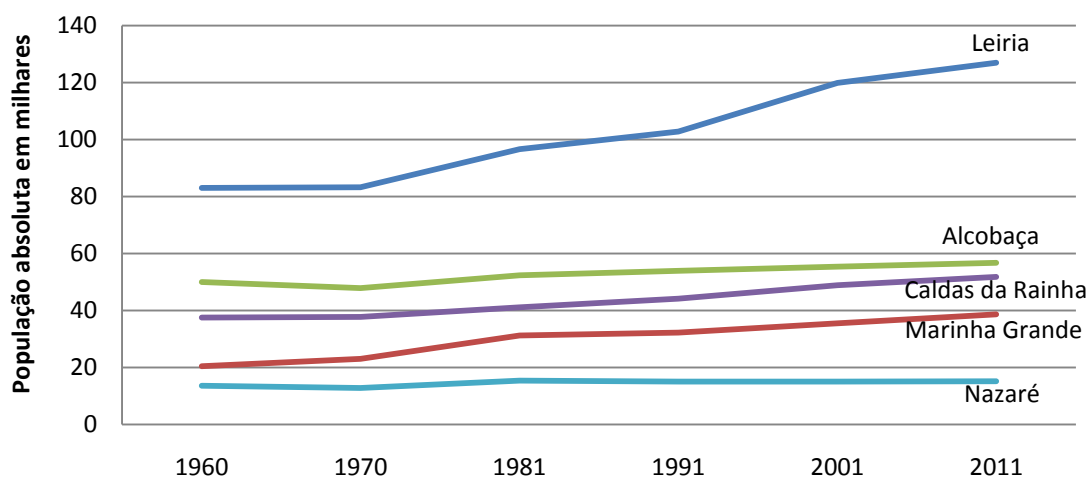


Figura 7 – Evolução da população absoluta em Alcobaça e nos concelhos limítrofes com linha de costa, 1960-2011. Fonte estatística: INE

⁶⁰ Foram considerados os municípios integrantes das NUT III Pinhal Litoral e Oeste. Na sub-região do Oeste, consideraram-se apenas os municípios integrantes do distrito de Leiria.

Na freguesia de Pataias⁶¹, para o mesmo período de tempo, o acréscimo populacional foi de 41,6%.

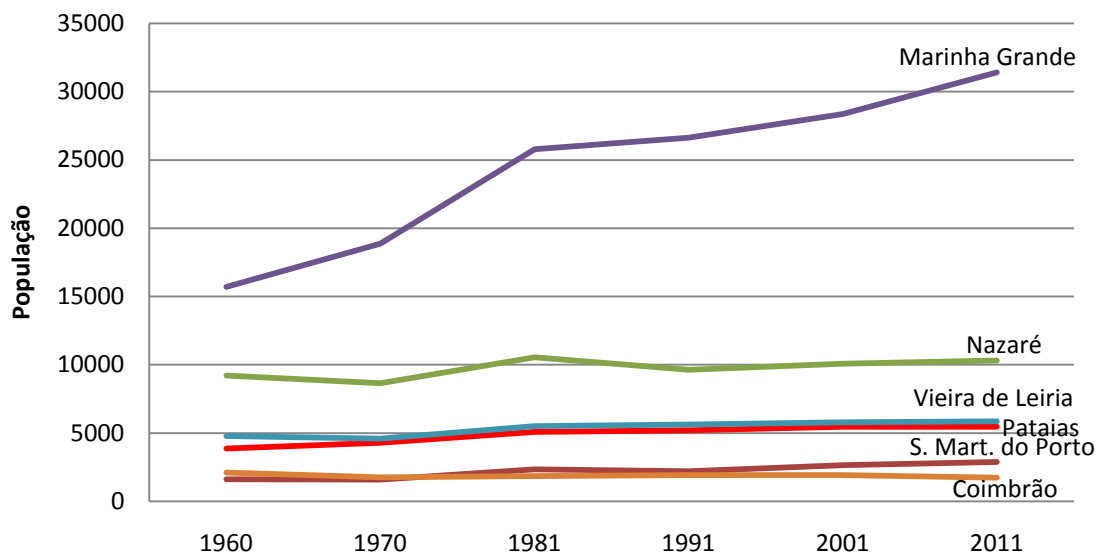


Figura 8 – Evolução absoluta da população nas freguesias dos concelhos de Alcobaça e limitrofes, com linha de costa, 1960-2011. Fonte estatística: INE (Nota: A população da freguesia de Pataias está ponderada, tendo-lhe sido subtraída para os anos de 1960, 1970 e 1981 a população dos lugares das atuais freguesias da Moita e Martingança)

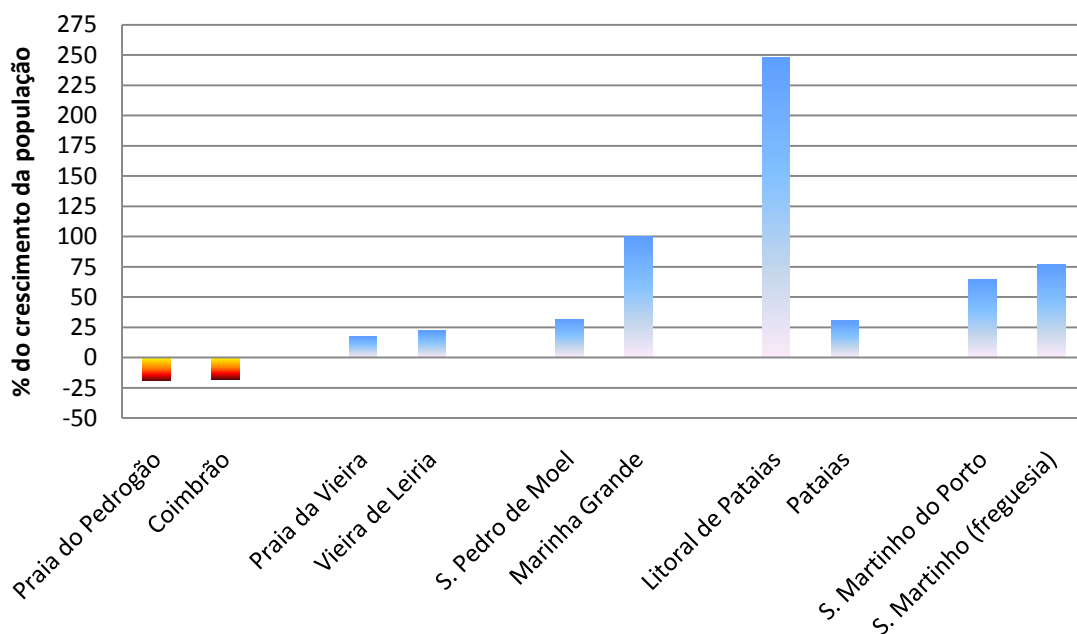


Fig. 9 – Crescimento da população entre 1960 e 2011 na orla costeira, por lugar e por freguesia. Fonte estatística: INE

⁶¹ Os valores da freguesia de Pataias foram ponderados. Em 1985 a freguesia de Pataias foi dividida em três freguesias: Pataias, Martingança e Moita. Assim, aos valores totais da população absoluta da freguesia de Pataias para os anos de 1960, 1970 e 1980 foram deduzidos os lugares que agora integram as freguesias de Moita e Martingança.

Relativamente à ocupação demográfica da área em estudo e das zonas vizinhas⁶² na orla costeira, em relação aos totais das respetivas freguesias (com exceção de S. Martinho do Porto e Nazaré⁶³), o total de população oscila entre os 22% na freguesia do Coimbrão e cerca de 5% na freguesia de Pataias. Mais significativo ainda, será o facto de estas percentagens não terem sofrido grandes alterações nas últimas décadas, à exceção da freguesia de Pataias. Mas se na orla costeira da freguesia de Pataias for considerada apenas a evolução da ocupação humana, nos últimos vinte anos (1991-2011), esta passa de 1,3% para 4,7% da população total da freguesia (o que corresponde, em termos relativos, a um aumento demográfico local de 385%!).

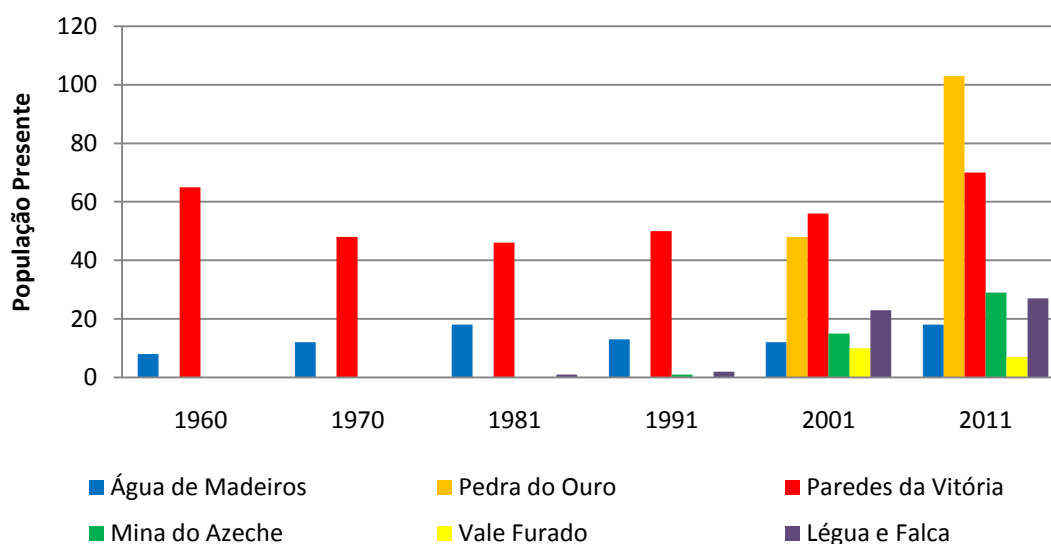


Fig. 10 – Distribuição da população presente, por ano e lugar, no litoral da freguesia de Pataias, 1960-2011. Fonte estatística: INE.

⁶² Foram consideradas para a área de estudo a freguesia de Pataias, e as zonas vizinhas, pela proximidade geográfica e pela afinidade social com os locais, as freguesias do Coimbrão (Leiria), Vieira de Leiria e Marinha Grande (Marinha Grande), Nazaré e Famalicão (Nazaré) e S. Martinho do Porto

⁶³ Estas duas freguesias não foram consideradas, pois o principal núcleo populacional na orla costeira coincide com a própria sede de freguesia, o que não acontece nas restantes freguesias – Coimbrão, Vieira de Leiria, Pataias e Famalicão

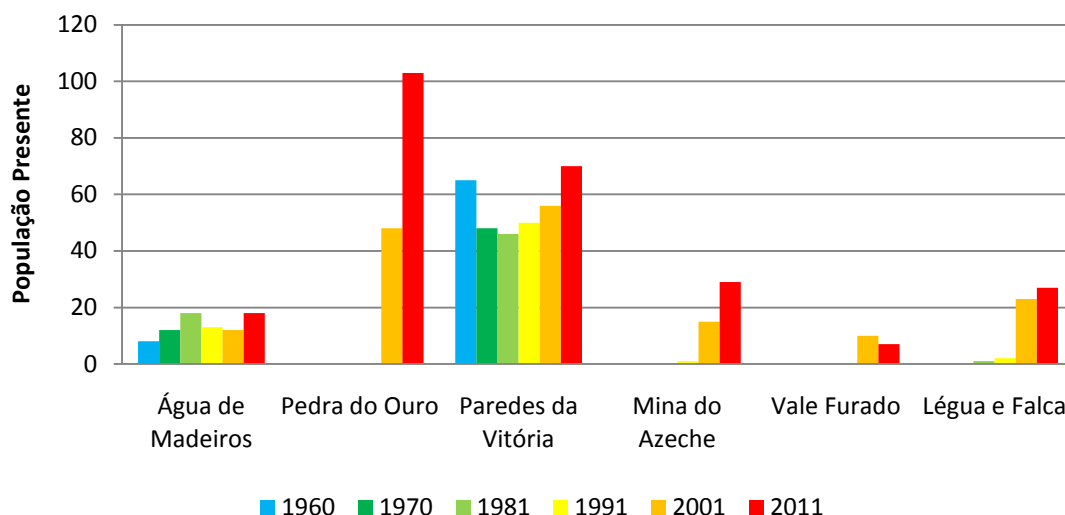


Figura 11 – Evolução da população presente, por lugar e ano, no litoral da freguesia de Pataias, 1960-2011. Fonte estatística: INE.

Este crescimento demográfico não aconteceu pelo crescimento dos núcleos tradicionais (Paredes e Águas de Madeiros), mas fundamentalmente pelo crescimento demográfico da praia da Pedra do Ouro, lugar que no dealbar da década de 1970 se encontrava desabitado e que para além das ruínas de um velho moinho e de 3 fornos de cimento, teria apenas uma ou duas casas. Em 2011 é o maior núcleo urbano do litoral da freguesia de Pataias, com mais de 500 alojamentos e uma centena de residentes.

7.2. O número de alojamentos e de edifícios

Tendo como referência o mesmo período temporal, de 1960 a 2011, verifica-se que, em Portugal, a taxa de crescimento do número de edifícios (18,5%) acompanhou a da população (18,8%). Os edifícios passaram de quase 3 milhões para pouco mais de 3,5 milhões. Quanto ao número de alojamentos, cresceu 126,3% (de 2,6 milhões para quase 5,9 milhões)⁶⁴.

Na região da área em estudo, o número de edifícios passou de 89 mil para 136 mil. Quanto ao número de alojamentos, este passou de cerca de 73 mil para mais de 194 mil. Estes aumentos de quase 50 mil edifícios e de mais de 120 mil alojamentos

⁶⁴ Números de acordo com os dados do INE. No entanto, a designação de “alojamento”, “fogo”, “prédio” e “edifício” teve definições ligeiramente diferentes nos diversos momentos censitários. Para melhor esclarecimento consultar o vocabulário (anexo).

correspondem a aumentos relativos de 52% e 165% respetivamente, portanto, bem acima das médias nacionais. Estes valores confirmam a expansão urbana e a pressão sobre o litoral no último cartel do século XX e já mencionada anteriormente.

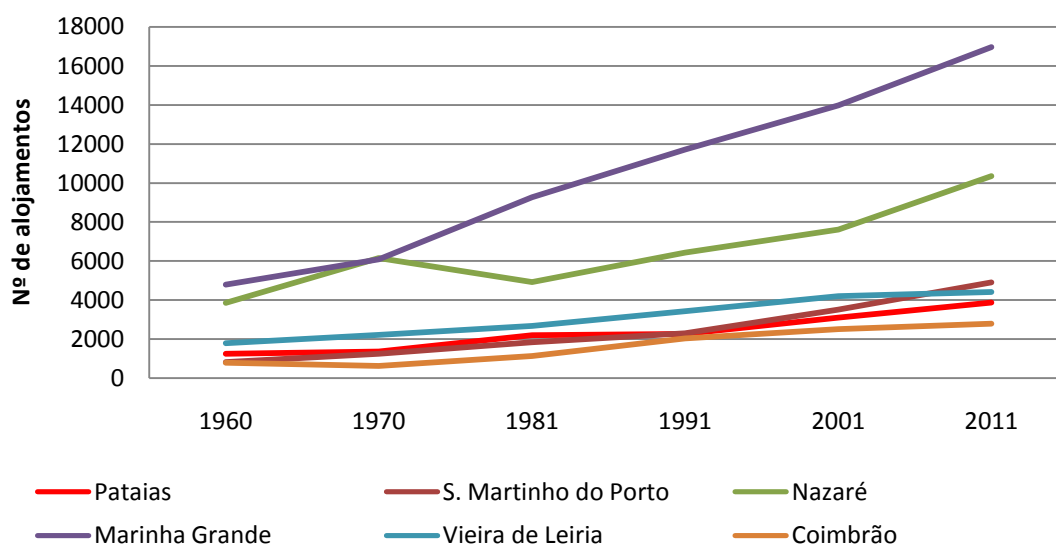


Figura 12 – Evolução do número de alojamentos nas freguesias dos concelhos de Alcobaça e limítrofes, com linha de costa, 1960-2011. Fonte estatística: INE (Nota: A população da freguesia de Pataias está ponderada, tendo-lhe sido subtraída para os anos de 1960, 1970 e 1981 os alojamentos dos lugares das atuais freguesias da Moita e Martingança).

Quanto à área de estudo, o crescimento do número de alojamentos foi explosivo. Os mais moderados correspondem aos núcleos urbanos mais antigos como S. Pedro de Moel (217%) e Praia da Vieira (280%). Na orla costeira da freguesia de Pataias, o crescimento no número de alojamentos no principal núcleo urbano, Paredes da Vitória, foi de 454%. Água de Madeiros teve um crescimento de 300%, Légua-Falca de 770%, Vale Furado de 2200%, Mina do Azeche de 4620% e a Pedra do Ouro passou de 1 alojamento para... 518 (51800%).

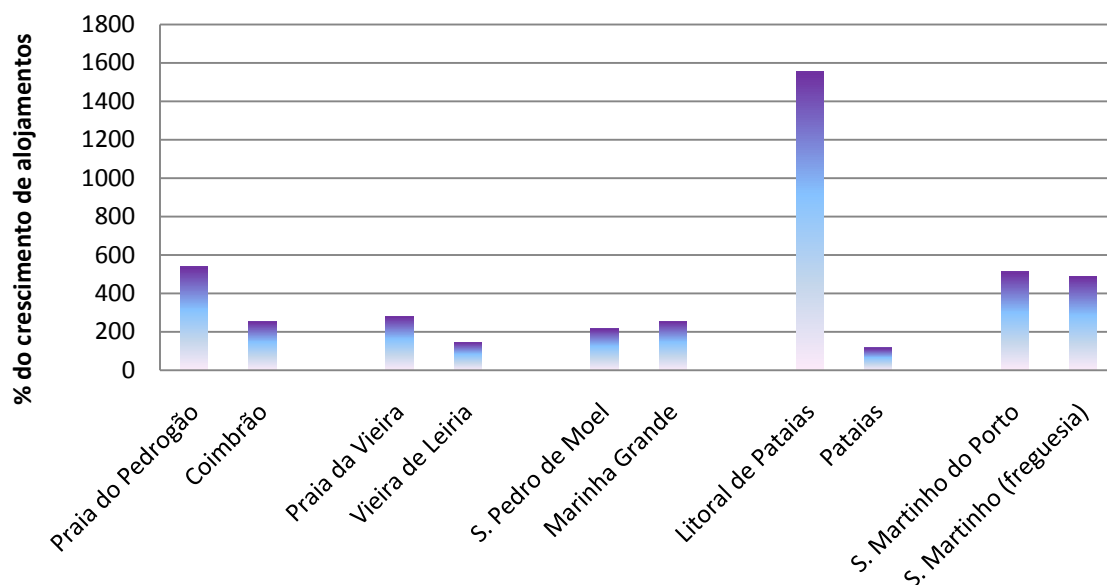


Figura 13 – Crescimento do número de alojamentos entre 1960 e 2011, por lugar e por freguesia. Fonte estatística: INE.

Se forem considerados apenas os últimos 20 anos⁶⁵ (1991-2011) as taxas de crescimento variam entre os 11% de Vale Furado e os 1133% da Pedra do Ouro. Pelo meio, Água de Madeiros com 50%, Légua-Falca com 74%, Paredes da Vitória com 286% e Mina com 475%. Todos bem acima dos valores da zona vizinha, onde a mais alta taxa de crescimento de alojamentos é a da praia do Pedrogão com 44%. Pela análise destes dados depreende-se que a ocupação da orla costeira da freguesia de Pataias foi mais intensa, face às áreas vizinhas, nas últimas décadas.

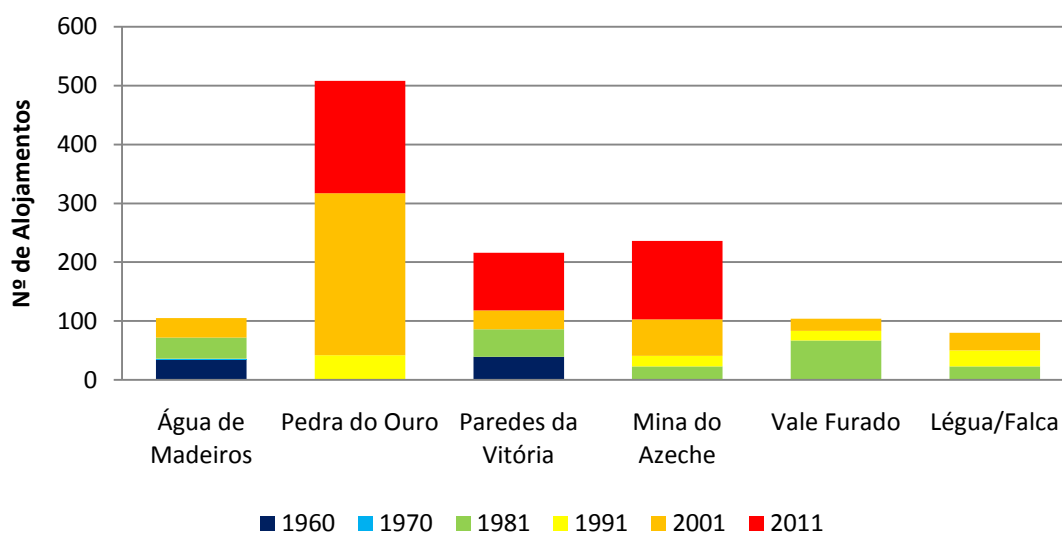


Fig. 14 – Evolução do número de alojamentos no litoral da freguesia de Pataias (às datas dos censos), 1960-2011. Fonte estatística: INE

⁶⁵ Período em que se fazem aprovar o PDM e o POOC Alcobaça-Mafra

Em termos globais, no período 1960-2011, o crescimento de alojamentos no litoral da freguesia de Pataias foi de cerca de 1550% (a população residente aumentou 314%), bem superior aos totais das freguesias de Pataias (116%), de S. Martinho do Porto (490%) e do concelho de Alcobaça (99%). Mesmo considerando apenas os últimos vinte anos, esse crescimento no número de alojamentos é substancialmente superior. Desde 1990, o litoral da freguesia de Pataias apresenta um crescimento de 288% (a população residente aumentou 385%), a freguesia de Pataias (no seu total) de 72%, a freguesia de S. Martinho do Porto de 112% e o concelho de Alcobaça de 31%. Resumindo, o número de alojamentos no litoral da freguesia de Pataias, entre 1960 e 2011, passou de 73 para 1209 e a população residente de 81 para 254 habitantes (INE, 2011).

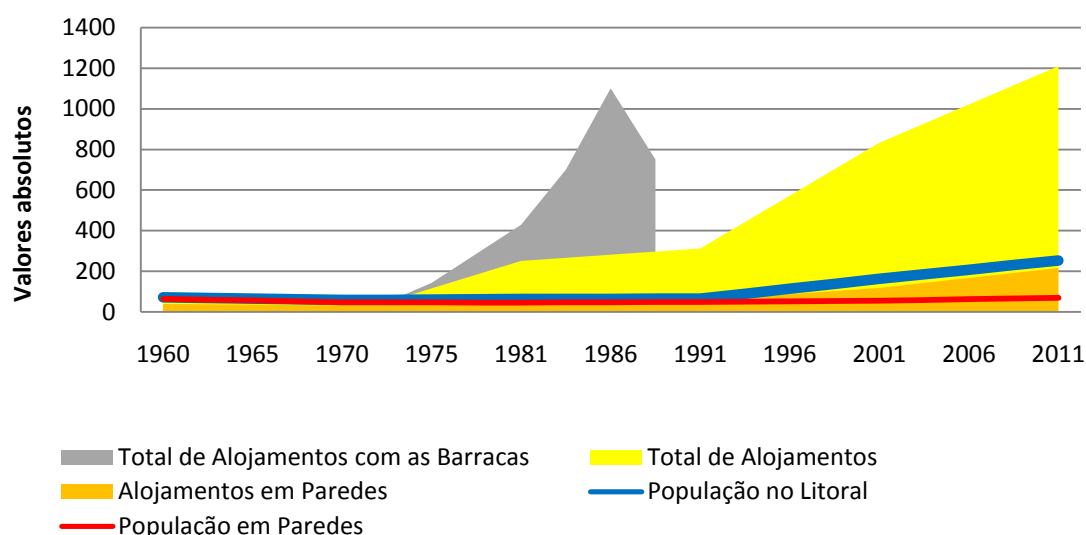


Figura 15 – Evolução da população e do número de alojamentos no litoral da freguesia de Pataias, 1960-2011. Fonte estatística: INE

Quanto ao número de edifícios, o seu número passou de 93 em 1960 para 576 em 2011. De salientar também que de acordo com os censos de 1960, o lugar de Paredes da Vitória contava com 69 edifícios, Água de Madeiros com 15 e os outros 9 estavam assinalados no Vale do Pardo, hoje em dia desabitado. Constata-se assim que o maior crescimento, quer no número de edifícios, quer no número de alojamentos ocorreu na Pedra do Ouro. Outro dado interessante, é que o aumento do número de alojamentos nos últimos dez anos verificou-se principalmente nos lugares da Mina do Azeche, Pedra do Ouro e Paredes da Vitória, o que é um indicador do aparecimento de

novas urbanizações. Em Água de Madeiros, Vale Furado e Légua, por outro lado, a manutenção do número de alojamentos é um indicador de processos de renovação ou reabilitação dos alojamentos já existentes.

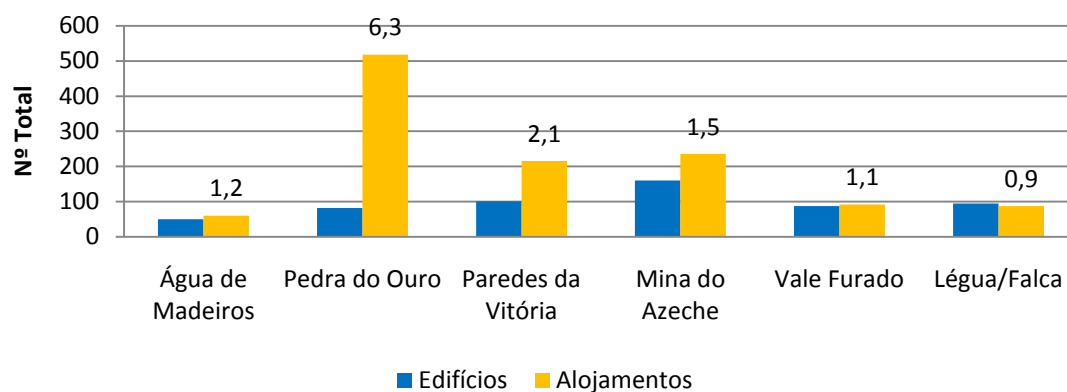


Figura 16 – Relação entre o número de edifícios e o número de alojamentos, no litoral da freguesia de Pataias, em 2011. (O número sobre a barra dos alojamentos expressa a relação alojamentos/edifício). Fonte estatística: INE.

Uma análise mais cuidada da relação entre o número de edifícios e o número de alojamentos permite compreender as diferentes tipologias existentes, com o predomínio de edifícios unifamiliares em lugares como Água de Madeiros (1,2 alojamentos/edifício) e Légua-Falca (0,9 alojamentos/edifício) e tipologias plurifamiliares na Pedra do Ouro (6,2 alojamentos/edifício). Nos lugares de Mina do Azeche e Paredes da Vitória há uma evolução da vivenda unifamiliar para a tipologia plurifamiliar no decorrer dos últimos 20 anos (a relação alojamentos/edifício passa em ambos os lugares de 1 para 1,5 e 2,1 respetivamente).

Atendendo ainda à grande disparidade na relação população/alojamentos no período 1960-2011 (figura 15, p.66), depreende-se o grande crescimento da segunda habitação. Na realidade, a freguesia de Pataias registou durante a década de 1990 um aumento superior a 25% no número total de alojamentos de uso sazonal ou secundário (face ao total de alojamentos existentes) e um crescimento de residências secundárias superior a 100% (Roca e Leitão, 2008).

B – A ocupação da orla costeira

1. Resenha histórico-demográfica

São antigas as referências à ocupação humana no litoral da freguesia de Pataias. As mais antigas datam de entre os séculos I a.C. e I d.C., com referência à estrada romana da Carreirancha, em Alqueidão da Serra (concelho de Porto de Mós em plena serra d’Aire e Candeeiros) e que faria a ligação entre Tomar, o porto de Paredes (Paredes da Vitória), Collipo (Leiria) e Conimbriga (Condeixa-Coimbra)⁶⁶.

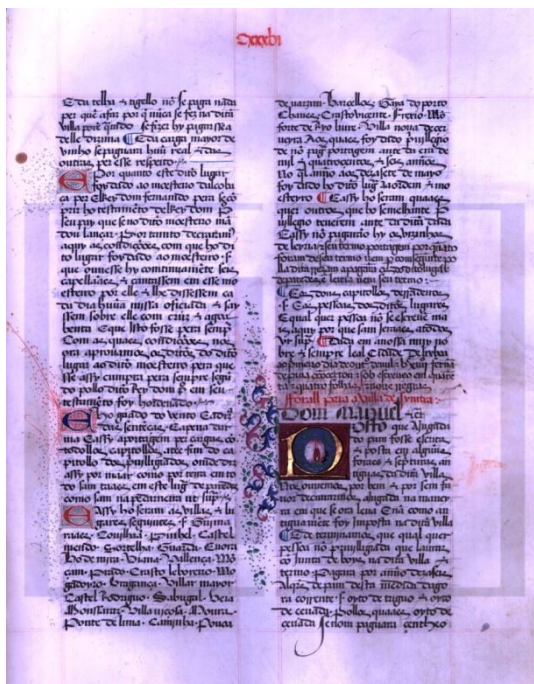
No entanto, apenas nos finais do século XIII a região volta a ser mencionada com alguma precisão. É de notar que, com exceção de alguns locais quase sempre junto à foz de importantes rios, o litoral português foi sempre muito despovoado. As razões para este despovoamento estão relacionadas com a fisiografia da costa (pouco recortada e proporcionando fraco abrigo às embarcações), com o clima “rude” especialmente no inverno e até com a insegurança, pois estaria exposta ao ataque dos piratas (Freitas, 2010). É de salientar ainda, que no caso concreto do litoral de Pataias, com exceção dos pequenos vales encaixados, existiriam grandes dunas de areia, estéreis, que empurradas pelo vento engoliam os terrenos agrícolas e se estendiam para o interior por alguns quilómetros⁶⁷.

Orlando Ribeiro refere mesmo que «[...] pesa sobre os litorais um destino de isolamento e arcaísmo [...]» (Mourão, 1997, p. 104), mencionando que o poder régio terá durante a idade média incentivado o povoamento do litoral, atribuindo terras para cultivo e fomentando as atividades de pesca.

Por saber estará ainda se o primeiro foral de Paredes, atribuído por D. Dinis em 17 de Dezembro de 1282, foi nesta perspetiva de incentivo ao povoamento ou foi antes, um ato de força do rei, de impor o seu domínio e obrigar um lugar e importante porto medieval ao pagamento do foro à coroa. Seja como for, este primeiro foral era uma carta de povoação para 30 moradores, obrigados a terem seis caravelas, pelo menos, preparadas para a pescaria. «*Para que acomodassem casa, lhes mandou dar D. Dinis a*

⁶⁶ <http://www.municipio-portodemos.pt/page.aspx?id=232>

⁶⁷ Na zona de Pataias estas dunas vão até aos 5 km da linha de costa para o interior, sendo limitadas por um conjunto de lagoas e áreas pantanosas a norte de Pataias (Lagoa de Pataias, Lagoa dos Linhos, Lagoa Seca) e pelo vale diapírico das Caldas da Rainha a sul de Pataias.



cada um seu moio [antiga medida equivalente a sessenta alqueires] de trigo»⁶⁸.

Com este foral, D. Dinis teve em vista, também, defender este sítio da costa, das invasões dos piratas Africanos e Granadinos. O mesmo D. Dinis concede um segundo foral em 29 de Setembro de 1286 e D. Manuel I um terceiro e último foral em 1 de Outubro de 1514⁶⁹.

Figura 17 – Reprodução da primeira página do Foral de D. Manuel I a Paredes em 1 de outubro de 1514. (Fonte: Livro dos Forais Novos da Estremadura, Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Gentilmente cedida por Tiago Inácio).

Por volta do ano de 1340, a vila de Paredes tinha cerca de 348 habitantes⁷⁰. Em 1368, a vila foi doada ao Mosteiro de Alcobaça, a mando do rei D. Fernando, com o propósito de as suas rendas recaírem para a salvação da alma de seu pai, D. Pedro I, que jaz nesse mosteiro (Campos, 2008). Os documentos históricos relatam a progressão do porto de Paredes até ao início do século XVI, onde chegou a atingir os 600 fogos⁷¹ e a possuir um forte e 17 caravelas para a defesa do seu porto. O Couseiro refere ainda que «Esta vila se despovoou porque se descobriu grande penedia na baía, com o que não podiam vir a ela embarcações, nem sair dela, e, por isto e pelas muitas areias que choviam nas casas e as entulhavam, se despovoou, e ainda se estão vendo muitas ruínas de paredes, posto que quase todas cobertas de areia.» (Couseiro, 2011, p.101).

O fim do porto de Paredes esteve assim associado ao seu assoreamento e ao seu desmoronamento devido a uma violenta tempestade na segunda metade do século XV (1450-1500) e progressiva degradação. Por volta de 1527 existiam 27 fogos (cerca de 100 habitantes) e dez anos mais tarde apenas 14. Por fim, dado o despovoamento (que apesar de tudo não foi absoluto), em 1542, «manda o Visitador, que a paróquia fosse

⁶⁸ Foral de Paredes da Vitória, disponível em Marques, 1994, p.168.

⁶⁹ Na prática, este último foral será apenas uma tradução do latim para português do foral de 1286.

⁷⁰ <http://www.paredesdavitoria.com>

⁷¹ <http://www.paredesdavitoria.com>

dali em diante em Pataias, que sendo então do termo de Paredes, passou a ser de Alcobaça» (Couseiro, 2011, p.102).

Paredes, e o litoral da freguesia, então praticamente despovoado, passam por um longo período de esquecimento. As referências abundantes a Paredes e ao seu vale ressurgem já em meados do século XIX, na década de 1840, aquando do início da exploração de uma mina de asfalto no Canto do Azeche (atual lugar de Mina do Azeche), a sul de Paredes. No entanto, por esta altura, a ocupação do litoral havia já começado a ser feita. Aproveitando a força dos pequenos riachos que cavaram os profundos e encaixados vales existentes neste troço de costa, há notícias da instalação de moinhos e do pagamento de foros ao Mosteiro de Alcobaça ou à Confraria da Nazaré nos lugares de Água de Madeiros (1737), Vale Furado (1747), Vale do Pardo (1812) e Falca (1721).

Ao longo de todo o século XIX, fruto da instalação no vale de Paredes por Raimundo da Costa, que teve catorze filhos, da exploração da mina do Canto de Azeche e do espírito liberal da época, as pequenas veigas aráveis junto ao mar foram ocupadas e cultivadas (são exemplos disto o povoamento da Feligueira, das Águas Luxosas e do Valeirão ou Vale do Pardo).

No início do século XX, em 1911, o 4º Recenseamento Geral da População identificava no litoral da freguesia de Pataias 7 lugares com uma população total de 179 habitantes. Somente em 2011, o litoral de Pataias voltaria a registar tanta população.

2. Paredes da Vitória

Nos finais da década de 1910, dois factos vão determinar o futuro do lugar de Paredes da Vitória e da sua expansão. Por um lado, em 1917 a Câmara Municipal de Alcobaça requiere a integração⁷² no Regime Florestal Parcial⁷³ dos baldios municipais existentes na freguesia de Pataias, entre este lugar e a linha de costa, conhecidos como

⁷² Decreto nº3264 de 27 de Julho de 1917

⁷³ O Regime Florestal é Parcial quando aplicado a terrenos baldios, a terrenos das autarquias ou a terrenos de particulares, subordinando a existência de floresta a determinados fins de utilidade pública, permite que na sua exploração sejam atendidos os interesses imediatos do seu possuidor (parte IV, artigos 26.º e 27.º, do Decreto de 24 de Dezembro de 1901) in <http://www.afn.min-agricultura.pt/portal/outros/legislacao/1991-1/decreto-de-24-de-dezembro-de-1901>

“alvas”⁷⁴: Alva de Água de Madeiros, Alva da Senhora da Vitória, Alva da Mina do Azeche e Alva de Pataias. No total, foram integrados sob a alçada dos Serviços Florestais mais de 1000 hectares.

A estes terrenos, que continuaram na posse da Câmara Municipal, foram dados os direitos de exploração aos Serviços Florestais, que procederam à respetiva arborização nos anos seguintes (Quadro 6, p.47).

Fig. 18 – Planta das Alvas da Freguesia de Pataias, do primeiro cartel do séc. XX à escala original 1:5 000 Fonte: Câmara Municipal de Alcobaça

Apesar de terem sido identificadas e transpostas para mapa no primeiro cartel do século XX, já só no séc. XXI foram corretamente delimitadas pela Câmara Municipal de Alcobaça. Essa indefinição na delimitação permitiu que particulares reclamassem alguns terrenos como seus e que a autarquia se visse obrigada a abandonar projetos de urbanização pensados para Paredes da Vitória.

Por outro lado, em 1920 a Junta de Freguesia de Pataias procedeu à venda de um conjunto de terrenos baldios⁷⁵, localizados no Vale de Paredes, aos respetivos moradores que alegadamente já os usavam em proveito próprio. É de salientar que à data, o lugar de Vale de Paredes, como então era designada Paredes da Vitória, era uma aldeia remota e de difícil acesso, cujos habitantes viviam da agricultura e da moagem de cereais que vendiam maioritariamente para Pataias e S. Pedro de Moel. Sem estradas de acesso, para chegar a Paredes tinha que atravessar-se as



⁷⁴ A designação de “alva” advém do facto de as estas áreas serem cobertas por finas areias soltas muito brancas (muito alvas). Estas areias, sujeitas às forças dos ventos, avançavam para o interior e colocavam em perigo os terrenos agrícolas existentes.

⁷⁵ Ata da Junta de Freguesia de Pataias de 9 de julho de 1920

dunas do Camarão e dos Outeirões, de areias alvas e soltas, solos inférteis e fustigados pelos ventos oceânicos, que se estendiam do mar para o interior por mais de 5 km. Algumas manchas de pinhal e, principalmente, o vale de Paredes eram os oásis nesta paisagem estéril. Naturalmente, a Junta de Freguesia não se opôs à cedência destes terrenos remotos e incultos a uma isolada, pequena e pobre população local.

Dada a ausência de uma cartografia precisa datada à época, e à falta de outros documentos ou de testemunhos vivos, não é líquido que alguns destes baldios vendidos pela Junta de Freguesia não fossem coincidentes com os baldios municipais das Alvas. Aliás, esta incerteza vai provocar, setenta anos depois, disputas em tribunal entre a Câmara e particulares, pela posse de alguns terrenos nos lugares de Paredes e Mina do Azeche e que a autarquia acaba por perder, com base nessas escrituras de venda de terrenos aos particulares, em escrituras de usucapião e nos testemunhos de alguns dos moradores mais antigos do lugar de Paredes.

Entre 1920 e 1960 o lugar de Paredes perdeu mais de 30% da sua população, registando um progressivo e significativo envelhecimento associado à redução da natalidade. Neste período a população manteve as suas atividades tradicionais ligadas à agricultura, silvicultura e à moagem dos cereais, numa ocupação intensiva dos terrenos agrícolas entre a praia e os Moinhos (núcleo antigo das Paredes), situação que se manteve até meados da década de 1990. Estes factos traduziram-se, à medida que o século XX se aproximava do seu fim, na preservação de uma paisagem cada vez mais bucólica, envolvida pelo verde intenso da mancha florestal, do profundo e encaixado vale agricultado e dos pequenos núcleos urbanos perfeitamente definidos e delimitados. Um local onde a pressão e expansão urbana não se faziam sentir.

Uma reportagem do jornal “O Século” em 1942⁷⁶ sobre a freguesia de Pataias chama pela primeira vez a atenção sobre as potencialidades da praia de Paredes da Vitória. Descrevendo a pitoresca viagem de duas horas, montado num burro, entre Pataias e o vale de Paredes atravessando as dunas e os pinhais, o jornalista não deixa de se surpreender com a beleza única do local fazendo referência às potencialidades turísticas das Paredes.

⁷⁶ O Século, 30 de agosto de 1942 in Jornal de Pataias nº172 de maio de 1995

Fotografia 21 – Paredes da Vitória em meados da década de 1950.

Fonte: Natividade (1960).



No entanto, somente quase duas décadas depois é que começa a ser pensado de forma mais séria um investimento e melhoria no litoral da freguesia. O primeiro passo foi dado com a abertura, em 1958, da estrada florestal que liga S. Pedro de Moel a Paredes da Vitória, seguindo-se no início dos anos de 1960 a ligação Paredes – Pataias. Estas duas vias, que atravessam em toda a sua extensão as Alvas de Água de Madeiros, da Senhora da Vitória, da Mina do Azeche e de Pataias, aumentaram exponencialmente a acessibilidade a Paredes da Vitória, quer em tempo, quer em comodidade.

Fotografia 22 – Abertura da estrada florestal de ligação a S. Pedro de Moel, c. 1958. Foto: desconhecido



No ano seguinte, em 1959, a Câmara Municipal de Alcobaça encomenda ao arquiteto Vaz Martins⁷⁷ um alegado plano de urbanização para Paredes da Vitória. Esse plano, apresentado em 1964 sob o nome de “Plano de arruamentos da Praia da Vitória” tem como objetivo *«permitir à Câmara Municipal de Alcobaça, o lançamento dos arruamentos e respectiva divisão em lotes para poder satisfazer as instantes solicitações que lhe são dirigidas»* (Martins, 1964, p.3). O Plano aludindo as *«esplêndidas condições que o local oferece para o estabelecimento duma zona de*

⁷⁷ Jornal a “Voz da Paróquia” nº61 de 1 de Fevereiro de 1959

veraneio» (Martins, 1964, p.1) estabelece a criação de duas áreas de expansão, uma norte e outra a sul de Paredes, prevendo ainda a construção, entre outros, de uma colónia de férias, estalagem, estabelecimento de banhos, igreja e escola primária. O mesmo plano refere ainda que «os condicionalismos que se indicam no mapa regulamento são mínimos, porquanto consideramos conveniente deixar liberdade de cada um apresentar o seu projecto, que assim ficará quasi só condicionado ao Regulamento Geral da Construção Urbana, aprovado oficialmente» (Martins, 1964, p.3).

No acompanhamento destes estudos, a Câmara Municipal de Alcobaça solicita a exclusão do regime florestal parcial de duas parcelas das Alvas da Senhora da Vitória (47.950m²) e da Mina do Azeche (89.300m²), o que acontece em 1965⁷⁸. Estes terrenos, onde não haviam sido executados trabalhos de arborização, são considerados indispensáveis à expansão de Paredes. No entanto, a sua demarcação não chega a ser feita, pelo que a transferência dos mesmos acaba por não se realizar⁷⁹. Em consequência, o denominado “Plano de arruamentos da praia da Vitória” acaba por não sair do papel.

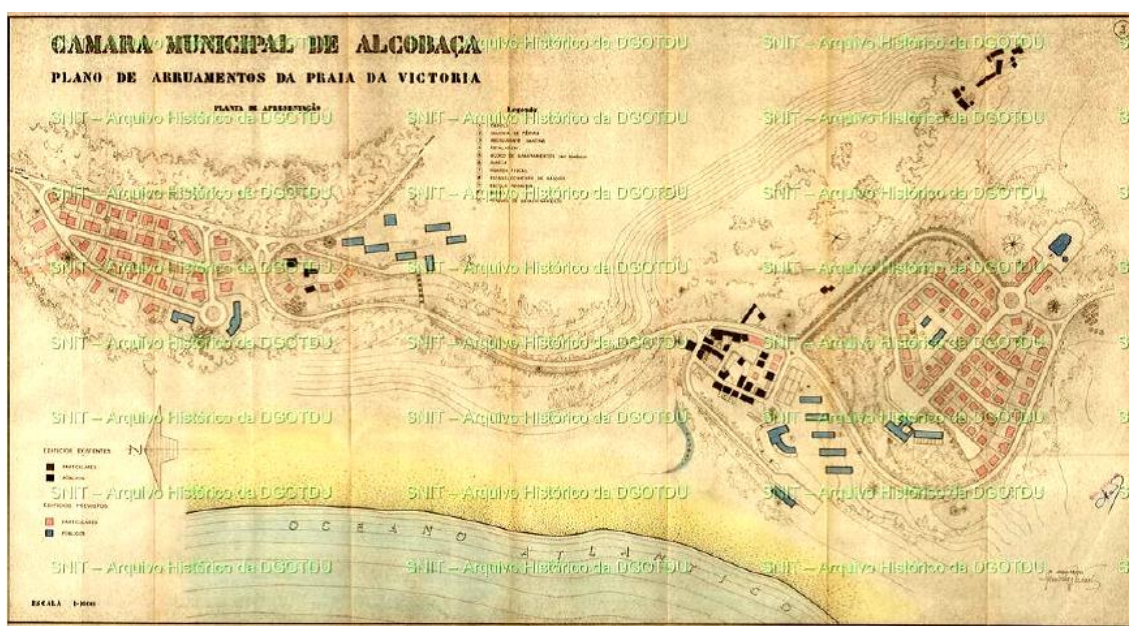


Fig. 19 – Plano de arruamentos de Paredes da Vitória, 1964. Fonte: www.dgotdu.pt

⁷⁸ Decreto nº46401 de 21 de junho de 1965

⁷⁹ Mais tarde, estes 8,9 hectares da Alva da Mina do Azeche serão finalmente demarcados e será aí que é instalado o parque de campismo.

Em 1968 surge um novo plano para o desenvolvimento de um empreendimento turístico na praia das Paredes. Um grupo económico alemão apresenta um plano⁸⁰ para ocupação de 58 ha das Alvas da Senhora da Vitória, Água de Madeiros e Mina do Azeche. Desta feita, a não desafetação destes terrenos do regime florestal parcial e a irredutibilidade de alguns particulares (moradores em Paredes da Vitória) em vender os seus terrenos, acabam por inviabilizar o projeto.

Assim, nos finais da década de 1960 e apesar dos estudos feitos e apresentados e das reconhecidas potencialidades para o desenvolvimento de um turismo balnear, Paredes da Vitória continua uma pequena aldeia isolada, que vive da agricultura, da silvicultura e da moagem de cereais.

No início da década de 1970 intensifica-se, contudo, a procura balnear na praia das Paredes. Se por um lado a praia continua a ser o destino preferido dos habitantes da freguesia de Pataias, por outro, as novas acessibilidades criadas pelas recém construídas estradas florestais trouxeram à praia novos veraneantes.

O caso mais sintomático é a instalação de uma colónia de férias em meados da década de 1960, para os trabalhadores da fábrica de cimentos de Maceira-Lis, no concelho de Leiria. Embora esta colónia não passasse de um grande parque de campismo “selvagem” sobre a praia e as dunas, o mesmo encontrava-se relativamente organizado, havendo inclusivamente uma zona de cozinhas-comuns e distribuição de água em chafarizes rudimentares. Esta “colónia” de férias da fábrica de cimento da Maceira⁸¹ rapidamente atraiu outras pessoas e durante a década de 1970, toda a praia se tornou um grande e gigantesco parque de campismo, que só seria mudado de local, e formalizado, em 1985.

⁸⁰ Grémio do Comércio do Concelho de Alcobaça (1968)

⁸¹ A fábrica de cimentos de Maceira-Lis faz hoje em dia parte da CMP – Cimentos de Maceira e Pataias, integrada no grupo Secil. Nos anos de 1960 era então propriedade de António Champalimaud que inclusivamente quis construir uma colónia de férias na praia e promoveu estudos para a instalação em Paredes de um terminal portuário para expedição do cimento, com uma linha de caminho-de-ferro que fizesse a ligação Paredes-Martingança-Maceira.



Fotografia 23 – Praia de Paredes da Vitória em Agosto de 1982. Foto: António Raimundo



Fotografia 24 – Praia de Paredes da Vitória em Julho de 2012.

Atendendo a estes desenvolvimentos, população e autarquia procuraram melhorar as condições do lugar. Assim, em novembro de 1971⁸² é inaugurado o abastecimento público de água e em agosto de 1972⁸³ é feita a eletrificação do lugar. Em 1973 realiza-se uma reunião⁸⁴ entre os moradores e a Câmara Municipal tendo em vista a urbanização do lugar e a demolição de algumas barracas que proliferavam pelo vale. No entanto, a Revolução de Abril e a instabilidade política que se lhe segue vai parar, uma vez mais, todos os planos existentes para o lugar.

⁸² Atas da Junta de Freguesia de Pataias, nº82 de 31 de Outubro de 1971 e nº83 de 28 de novembro de 1971. O abastecimento público de água é feito por iniciativa de 23 moradores de Paredes da Vitória que canalizam a água da Fonte dos Castanheiros até à povoação. O custo total da obra foi de 46 contos, cabendo a cada morador o pagamento de 2 contos (10 euros). É ainda fixado um pagamento anual de 60 escudos (30 cêntimos) à Junta de Freguesia de Pataias para manutenção da rede

⁸³ Ata da junta de Freguesia de Pataias nº92 de 26 de agosto de 1972

⁸⁴ Ata da Junta de Freguesia de Pataias, ata extraordinária de 26 de abril de 1973

Paralelamente, no período 1974-1984, inicia-se a ocupação intensiva e ilegal do litoral da freguesia e dos baldios públicos em DPM. A proliferação de aglomerados de barracas clandestinas na Polvoeira e nos Mijaretos⁸⁵ e da edificação ilegal nos lugares de Vale Furado, Légua e Falca vêm retirar alguma da pressão existente sobre as Paredes. As pessoas encontram nestes locais a resposta (é certo que de forma anárquica, clandestina e ilegal, mas não deixando de ser uma resposta) às suas necessidades e aspirações de habitação secundária para férias.



Fotografia 25 – Pormenor da Polvoeira, em meados da década de 1980. Foto: Desconhecido.

É também neste período que surgem as primeiras construções fora dos núcleos primitivos das Paredes (junto à praia) e dos Moinhos (na abertura do vale). Estas habitações ocupam as zonas de encosta, longe do fundo do vale e, ao contrário do que sucede no restante litoral da freguesia, apresentam o seu processo seguindo os normais trâmites legais. E se mais construção não existiu foi porque os moradores, proprietários de quase todos os terrenos existentes, não se desfaziam deles. Ou porque consideravam os valores envolvidos demasiado baixos, ou, mais importante, porque a sua economia diária e sobrevivência dependiam da produção agrícola dos férteis solos do vale de Paredes.

Ainda neste período, o número de ilegais, de clandestinos e a extensão da ocupação dos baldios públicos no litoral da freguesia começam a tomar tais dimensões que Junta de Freguesia e Câmara Municipal são obrigadas a agir. De tal forma que do diagnóstico da situação existente à época assumem especial relevância a ocupação das escarpas e das dunas pelos clandestinos, mas também a exploração de areiros nas dunas e na própria praia (Polvoeira); a ocupação urbana dos vales de Mina do Azeche,

⁸⁵ Ver subcapítulo da “Polvoeira”, pp. 103-106

Paredes e Água de Madeiros; a má implantação urbana na base e na crista das escarpas no vale de Paredes; a invasão do “chorão” (*Carpobrotus edulis*)⁸⁶ destruindo a vegetação local; situações de erosão eólica em Mina do Azeche, Paredes da Vitória e Água de Madeiros e ao abandono e consequente degradação das noras de Paredes e Água de Madeiros (PRJ, 1977).

Em 1977 a Câmara Municipal de Alcobaça encomenda um “Plano de Urbanização das Praias” (PRJ, 1977) para Paredes da Vitória, Polvoeira e Água de Madeiros. O plano aponta como motivos de intervenção «o crescimento acelerado do funcionamento clandestino através de grandes zonas da costa atlântica» (PRJ, 1977, p.1) apontando também para o campismo como os principais fatores de degradação do litoral «Estes dois tipos de ocupação [...] pelo perigo que representam na destruição do património nacional, quando não controlados, o mesmo é dizer, quando não acompanhados das infraestruturas apropriadas ao seu desenvolvimento e natural controlo» (PRJ, 1977, p.2). Neste plano, para além dos clandestinos e do campismo selvagem e de todos os problemas existentes e diagnosticados, pretendia-se promover a conservação do ciclo da água (definindo as bacias de receção e de recarga dos aquíferos), os ciclos de erosão e a manutenção da ocupação vegetal autóctone das dunas e assegurar a fertilidade dos solos agrícolas. Na sua intervenção, o plano defendia ainda um desenvolvimento linear limitado e perpendicular à costa, apontando como áreas prioritárias de intervenção as barracas na Polvoeira, o perigo de ligação entre clandestinos em Água de Madeiros e Mina do Azeche e a destruição de valores (patrimoniais, ambientais, litológicos, culturais, históricos, arquitetónicos) em Paredes da Vitória.

⁸⁶ Curiosamente, a invasão do chorão (*Carpobrotus edulis*) dá-se porque é destruída a vegetação autóctone e era necessário evitar a erosão. Assim, os mesmos clandestinos que eliminam a vegetação natural para construir as suas barracas de madeira nas dunas e nas escarpas usam o “chorão” para segurar as areias soltas que resultavam das suas intervenções. Sabe-se hoje que, apesar de formar extensos e contínuos tapetes, as suas raízes são demasiado curtas o que não ajuda ao suporte e fixação das areias dunares.



Fig. 20 – Plano de urbanização das praias do norte da freguesia de Pataias, 1977. Fonte:www.dgotdu.pt

Entre abril de 1981 e janeiro de 1982 são apresentados à Câmara Municipal de Alcobaça os respetivos planos de pormenor para Água de Madeiros, Polvoeira e Paredes da Vitória que, no entanto, nunca chegam a ser aprovados. Nos três casos, os planos previam a urbanização de terrenos públicos (as Alvas de Água de Madeiros e da Sra. da Vitória) onde não existiam quaisquer edificações. A relutância dos serviços florestais em desafetar esses terrenos do regime florestal parcial foi sempre um obstáculo, senão o maior, à execução destes planos

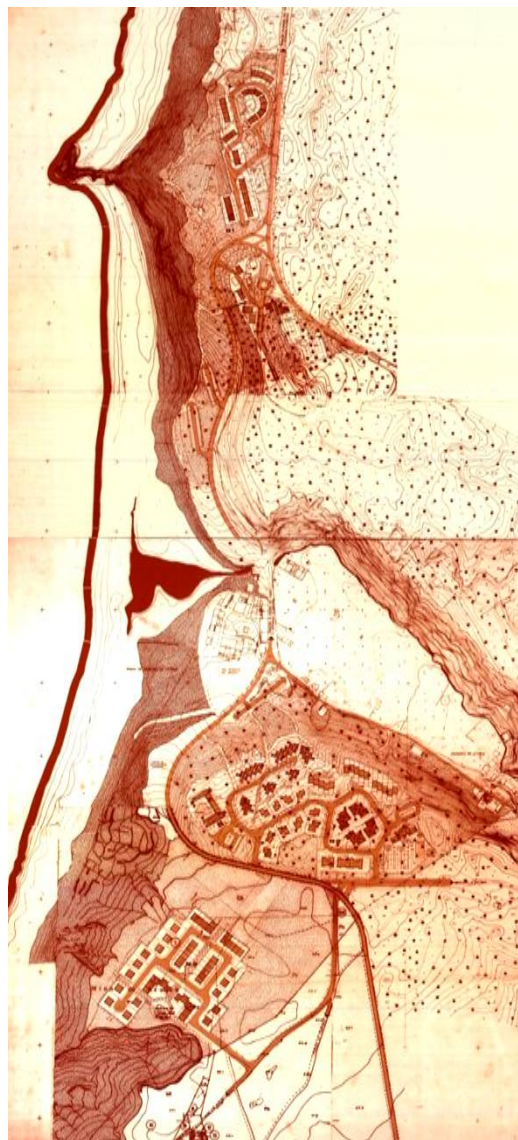
Paralelamente a este plano para o sector norte do litoral da freguesia de Pataias, a Câmara Municipal de Alcobaça encomenda um outro estudo para o sector sul: o “Estudo de ordenamento da Faixa Litoral a Sul de Paredes da Vitória”. Este documento visava a definição de *«uma estratégia global de ordenamento, de modo a preservar e consolidar as características naturais da zona, e a orientar iniciativas de ocupação [...e ainda...] definir em pormenor as medidas a tomar face aos núcleos de formação espontânea (e clandestina), de modo a controlar o seu crescimento e anular os efeitos da construção localizada anarquicamente»* (APP, 1983, p.0). O plano, apesar de referir que *«sendo esta zona um dos últimos redutos naturais com estas características na Europa, [e ser] necessário a todo o custo a sua preservação»* (APP, 1983, p.21) vai propor duas opções de reordenamento com densificação e expansão dos núcleos existentes, que na prática propõem uma frente urbana quase contínua ao longo de quase 6 km da orla costeira. Ao contrário do plano anterior, previsto para os terrenos públicos das Alvas, este decorria sobre uma larga maioria de terrenos privados.

No caso específico das Paredes, os planos propunham a contenção dos núcleos já existentes (junto à praia e nos Moinhos), libertando o vale de quaisquer construções. O

⁸⁸ Junta da Freguesia de Bateias, ata nº4 de 24 de junho de 1986

Também na década de 1980, em 1984, a Capitania do Porto da Nazaré determina a proibição de fazer campismo na praia⁸⁹. No entanto, quer devido à dificuldade em encontrar uma alternativa quer ao facto de a capitania permitir o acampamento, aos nazarenos, na praia durante o Círio à Nossa Senhora da Vitória, em Paredes⁹⁰, vai fazer com que a mudança do parque de campismo para a Alva da Mina do Azeche ocorra definitivamente em 1985. Embora os planos de urbanização não tivessem um valor legal, uma vez que nunca chegaram a ser aprovados pela Câmara Municipal e ratificados pela Assembleia Municipal, e nunca tivessem sido implementados, a Junta de Freguesia de Pataias vai aproveitar algumas das ideias existentes e instala um parque de campismo em cerca de 9ha da Alva da Mina do Azeche, onde os mesmos planos apontavam à instalação de um parque de campismo.

Fig. 21 – Proposta de Plano de Pormenor para Paredes da Vitória, 1987. Fonte: *Adaptado de CM Alcobaça*.



Em meados da referida década, Paredes da Vitória estava assim condicionada pela ausência de planos de urbanização, pela intransigência dos serviços florestais em

⁸⁹ Assembleia de Freguesia de Pataias, ata nº8 de 31 de janeiro de 1984; Jornal de Pataias, nº37 de fevereiro de 1984 e nº41 de junho de 1984.

⁹⁰ O Círio de Nossa Senhora da Vitória por parte dos nazarenos remonta ao século XVI aquando da migração da população de Paredes para a Pederneira, por destruição e assoreamento do porto de Paredes. Embora o Círio tenha sofrido algumas interrupções, o culto a Nossa Senhora da Vitória – padroeira da capela de Paredes – manteve-se sempre, pois era vista não só como protetora dos navegantes, como a capela era a única vista do alto mar entre a Figueira da Foz e Peniche. A tradição do Círio foi reforçada a partir de 1925 (depois de uma alegado milagre que impediu um naufrágio ao largo da praia de Paredes da Vitória), sendo que os pescadores nazarenos e as suas famílias desde então vêm em romaria e fixam residência em Paredes entre o domingo de Páscoa e a 5ª feira da Ascensão. Tradição que se mantém até aos dias de hoje.

procederem à exclusão de parcelas das Alvas do regime florestal parcial e por uma pequena população local conservadora, que não se desfazia dos seus terrenos nem procedia à sua urbanização. Mesmo assim, na segunda metade da década, a Câmara Municipal procede ao loteamento de uma urbanização, junto às arribas da Mina do Azeche, e apresenta planos para lotear os terrenos a sul das Paredes, sobre o vale. E começa aqui uma nova fase de grande caos devido às disputas da posse dos terrenos.

No final do verão de 1988 o loteamento da Câmara Municipal junto às arribas da Mina do Azeche é embargado por um particular que reclama a posse dos terrenos⁹¹. Determinante para o desfecho do processo são a inexistência, à época, dos limites precisos das Alvas (não só da Mina do Azeche, mas de todas as outras), a não delimitação dos terrenos excluídos do regime florestal parcial em 1965 (pelo decreto nº46401 de 21 de junho) e uma escritura de usucapião. A Câmara perde o processo em 1993⁹² e Paredes da Vitória continua assim sem uma zona de expansão urbana.



Fotografia 26 – Aspeto em julho de 2012 da urbanização feita nos finais dos anos de 1980 no planalto sobre as arribas entre Paredes e Mina do Azeche. Alegadamente na Alva da Mina do Azeche, a posse dos terrenos seria reclamada por particulares que ganhariam o processo em tribunal em 1993, inviabilizando o projeto de urbanização.

Apesar de todos os constrangimentos, alguma construção foi sendo autorizada e feita, nomeadamente na vertente sul do vale de Paredes, entre a praia e os Moinhos. Ao mesmo tempo, algumas barracas de madeira apareceram naquilo que era ainda um vale de intensa utilização agrícola.

No início da década de 1990, dois importantes (pela sua dimensão) empreendimentos urbanísticos surgem em Paredes. Em 1992, na vertente sul do vale junto à praia, um construtor apresenta a pretensão de construir um empreendimento com

⁹¹ Jornal de Pataias nº93 de outubro de 1988, nº 138 de julho de 1992

⁹² Jornal de Pataias nº145 de fevereiro de 1993, nº148 de maio de 1993

mais de 100 fogos. Depois de um parecer inicial positivo, a Câmara Municipal volta atrás na sua decisão e reclama a posse dos terrenos, alegando que os mesmos se encontram na área da Alva da Mina do Azeche⁹³. O processo vai arrastar-se por oito anos em tribunal, culminando com a derrota da Câmara Municipal. Uma vez mais, a indefinição dos limites das Alvas, a não delimitação dos terrenos excluídos do regime florestal parcial em 1965 (pelo decreto nº 46401 de 21 de junho), a ausência de um cadastro legalmente eficaz, a venda pela Junta de Freguesia de Pataias de terrenos baldios nas Paredes em 1920 e testemunhos de habitantes de sempre nas Paredes, são decisivos para o desfecho⁹⁴.

Também no início dos anos de 1990, uma outra urbanização, mais afastada da praia, nos limites da Alva da Mina com os terrenos particulares nas encostas do vale de Paredes tem início, sendo embargada pela Câmara Municipal em 1994 por não respeitar a REN⁹⁵ (fotografia 1, p.18).

O resultado prático de todas estas situações é que à entrada do ano 2000 Paredes da Vitória parecia parada no tempo. Ao visitante era oferecida a imagem idílica de uma pequena aldeia «*de casinhas todas brancas, todas viradas para o mar*»⁹⁶, de um belo vale autêntica paleta de magníficos tons verdes, onde o contacto com a natureza e a terra era uma constante diária, e ainda os Moinhos, autêntico portal do tempo que ainda transporta os seus visitantes para as épocas em que a moagem de cereais era uma importante indústria e fonte de rendimento da população local. As poucas construções novas estavam confinadas aos edifícios já existentes, quer através da reabilitação dos edifícios, quer da renovação. Assim, a oferta de alojamento, de comércio e de restauração continuava escassa.

⁹³ Jornal de Pataias nº137 de junho de 1992, nº138 de julho de 1992, ata da Junta de Freguesia de Pataias nº390 de 26 de maio de 1992

⁹⁴ Jornal de Pataias nº228 de janeiro de 2000. O processo vai no entanto arrastar-se até 2012, altura em que há um acordo extrajudicial entre Câmara Municipal e promotor, no que concerne aos limites dos terrenos, áreas de cedência e volumetria do edifício, entre outras questões.

⁹⁵ Jornal de Pataias nº162 de julho de 1994

⁹⁶ Refrão da letra da cantiga popular “Paredes” dedicada a Paredes da Vitória



Fotografia 27 – Moinhos, em Paredes da Vitória, julho de 2012.

Identificado no PDM de Alcobaça como o “núcleo histórico de Vale de Paredes”. No estreitamento mais significativo do vale e no local em que o rio apresenta o maior desnível ao longo do seu perfil longitudinal, apresenta um conjunto significativo de moinhos (em diferentes estados de conservação) destinados à moagem de cereais. Ao fundo, Paredes.

A mudança dá-se na primeira década do século XXI, assistindo-se ao “boom” urbanístico. O PDM estava aprovado e as questões legais sobre a propriedade de terrenos resolvidas em tribunal. Por um lado, o perímetro urbano definido para as Paredes começa a ser preenchido, por outro, os problemas legais com os grandes empreendimentos são resolvidos e mais casas começam a aparecer pelo vale. Este crescimento imobiliário vem finalmente dar resposta à procura de alojamentos que se faz sentir desde os finais da década de 1960, contribuindo decisivamente para o aumento da população residente (figura 11, p.63), para um acréscimo da população flutuante durante os fins de semana, para a abertura de novos espaços comerciais e para o crescimento da oferta de alojamentos.



Fotografia 28 – Empreendimento urbanístico em Paredes da Vitória, julho de 2012.

Com uma cêrcea que chega aos 5 pisos, quando em PDM estavam previstos apenas 2 e contestado pela CMA por alegadamente estar a ocupar as “Alvas”, o empreendimento trouxe uma oferta de alojamento e de espaços comerciais que não existiam

No entanto, tal crescimento urbanístico não seguiu nenhum dos planos de urbanização apresentados desde 1964. O sonho inicial de fazer das Paredes uma nova S. Pedro de Moel, com uma planta e um espaço urbano de qualidade e pensado de raiz, de baixa densidade de edificação, em parte direccionado para grupos sociais de maiores

posses económicas, depressa desapareceu. O crescimento urbano foi feito de uma forma quase anárquica, onde cada indivíduo apresentou e construiu o seu projeto, na sua parcela de terreno. Embora o PDM já estivesse em vigor desde 1997⁹⁷, o mesmo apenas definia os perímetros urbanos (à escala 1:25000) e os índices de construção. Como já referido anteriormente, o PDM identifica em Paredes um centro histórico (Vale de Paredes, correspondendo ao núcleo tradicional e localmente designado por “Moinhos”) e inclui todos os aglomerados urbanos do litoral da freguesia de Pataias no nível V, isto é, dominância de áreas habitacionais de baixa densidade e baixa altura e tipologia unifamiliar dominante. De acordo com o regulamento (artº 53 nº3), «[...] é permitida a construção [...] desde que sejam respeitados os seguintes condicionamentos: a) índice de construção líquido⁹⁸ máximo: 0,6; b) área de parcela mínima de 450 m²; c) respeito pelos alinhamentos existentes; d) cêrcea: a dominante das construções envolventes, não excedendo os dois pisos».

Em consequência, e na ausência de qualquer plano e de qualquer orientação urbanística ou arquitetónica, foram sendo aprovados projetos “avulsos” que no seu conjunto acentuaram a (já existente) descaraterização do lugar. Na maior parte das situações, o papel dos técnicos limitou-se a verificar a conformidade de cada um dos projetos com o estabelecido no regulamento do PDM, na ausência de planos de urbanização ou de pormenor. Mas apesar da existência do PDM, novas edificações surgiram fazendo tábua rasa das «áreas habitacionais de baixa densidade e baixa altura e tipologia unifamiliar dominante» (artº 63º do PDM de Alcobaça) defendido para o lugar – alegando “direitos adquiridos” antes do PDM ou a semelhança com outros edifícios já existentes–, ou barracas de madeira foram sendo progressivamente “melhoradas” nos solos de RAN do vale. Na prática, cada um construiu (quase) o que quis, (quase) como quis e (quase) onde quis, sem que a autarquia, apesar de alguns embargos, tivesse a capacidade de fazer reverter a situação. A ocupação urbana do vale é talvez a face mais visível do não cumprimento de quaisquer regras urbanísticas, quer aquelas que estavam previstas nos diversos planos de urbanização (que nunca foram implementados), quer aquelas que foram surgindo nos diferentes normativos legais, primeiro com a definição da REN e da RAN, e depois, com o próprio PDM.

⁹⁷ Resolução do Conselho de Ministros nº177/97 de 25 de Outubro

⁹⁸ Índice de construção líquido: quociente entre a superfície do pavimento e a área do terreno.

Em 2006 há a coincidência temporal de um conjunto de projetos⁹⁹. Ao abrigo do POOC Alcobaça-Mafra, é apresentado um projeto para requalificação total da praia de Paredes. No projeto estão previstas a remodelação dos bares e apoios de praia, a construção de passadiços suspensos sobre as dunas, ripado de proteção das mesmas para além da colocação de vegetação que ajude à sua fixação.

A empresa Águas do Oeste, lança a empreitada de construção de uma ETAR para servir o lugar de Paredes, da Mina do Azeche e o parque de campismo. Esta, aliás, era uma aspiração muito antiga da população, que via lançados diretamente no pequeno ribeiro os efluentes domésticos. Se durante o inverno, dada a dimensão do lugar e a ausência de veraneantes esse facto fosse quase negligenciável, durante o verão a degradação da qualidade da água era tal que era frequente a proibição de se banhar nas águas do rio, sendo mesmo responsável pela perda e retirada do galardão da Bandeira Azul, primeiro em 1992¹⁰⁰ e depois em 2001¹⁰¹.

Por seu turno, a Câmara Municipal empreende uma profunda reabilitação urbana, repavimentando os arruamentos, criando áreas de estacionamento, construindo passeios e jardins, colocando novo mobiliário urbano. Apesar de alguma contestação por parte dos moradores¹⁰² e do arrastar da obra para além dos prazos estabelecidos, a mesma vai trazer uma qualidade inegável ao espaço urbano e atenuar a cada vez mais crescente descaraterização urbanística e arquitetónica do lugar. As obras, com exceção dos arranjos exteriores da ETAR, seriam concluídas em Agosto de 2010 (2 anos depois do previsto), inauguradas pela Secretária de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades¹⁰³.

A intervenção teve um grande impacto na povoação. Se por um lado dotou finalmente toda aquela área com uma rede de saneamento básico e o tratamento dos respetivos efluentes, contribuindo para a melhoria significativa da qualidade da água (principalmente do rio que atravessa a praia), por outro, a reabilitação do espaço urbano contribuiu para minorar a descaraterização arquitetónica do lugar, embora nem todas as intervenções tenham resultado numa melhoria do espaço público (na ótica da sua

⁹⁹ Jornal de Pataias, nº300 dezembro de 2006

¹⁰⁰ Jornal de Pataias, nº136 de maio de 1992 e nº137 de junho de 1992

¹⁰¹ Jornal de Pataias, nº249 de novembro/dezembro de 2001

¹⁰² Junta de Freguesia de Pataias, ata nº197 de 1 de setembro de 2009

¹⁰³ http://sapinhogelasio.blogspot.pt/2010/08/inauguracao-da-requalificacao-das_23.html

utilização). O caso mais evidente foi na alteração do jardim das Paredes. A substituição de um largo calcetado por um jardim com relva, árvores, flores e plantas silvestres resultou, paradoxalmente, na drástica queda da sua utilização. Antes da intervenção era frequente ver famílias e crianças a usar o espaço, quer a jogar à bola quer a andar de bicicleta. Depois da intervenção, é apenas usado ocasionalmente por algumas pessoas. No entanto, de uma forma geral, toda a povoação se tornou mais acolhedora, com uma imagem mais cuidada e mais apelativa para os visitantes.



Fotografia 29A e 29B: Jardim de Paredes da Vitória, no verão de 1999 e em dezembro de 2011. (Fotos: Margarida Reis (29A) e Paulo Grilo (29B)).

O jardim de Paredes após a intervenção de reabilitação urbana. A substituição da calçada pela relva afastou os utilizadores regulares. Na fotografia 4A, de 1999, é ainda visível a vegetação nas vertentes do vale, entretanto substituída por empreendimento imobiliário.

Porém, as alterações mais significativas ocorreram precisamente na praia, nas suas acessibilidades e na sua fruição. A requalificação da praia de Paredes da Vitória, uma das primeiras a ser feita no âmbito do POOC Alcobaça-Mafra, resultou na construção de passadiços suspensos sobre as dunas para acesso à praia, na remodelação dos restaurantes e apoios de praia e na instalação de paliçadas para fixação das dunas. A intervenção traduziu-se numa melhoria significativa no uso e acesso à praia. No entanto, algumas tempestades de inverno e movimentações de areias na praia rebaixando o seu nível acabaram por destruir parte do trabalho feito, colocando ainda em causa, no futuro, quer as dunas já consolidadas, quer os próprios apoios de praia sobre elas instalados¹⁰⁴.

¹⁰⁴ Estes factos estão proficuamente relatados e documentados em <http://sapinhogelasio.blogspot.com>



Fotografia 30 - Paredes da Vitória, meados da década de 1990. Foto: desconhecido



Fotografia 31 – A requalificação da praia de Paredes, novembro de 2009.

Para além da reabilitação urbana, procedeu-se à intervenção sobre a praia. Novos apoios, passadiços sobre-elevados às dunas, estacaria e paliçada de proteção às dunas



Fotografia 32 – Paredes da Vitória, junho 2012.

As tempestades de inverno e a saída do rio do seu leito, assim como a falta de obras de manutenção e reparação foram determinantes para a destruição da proteção dunar e dos passadiços sobre-elevados de acesso à praia.

3. Vale Furado

«Alegre sítio com tão fermosa água e aprazível vista do mar; é merecedor de nele se edificarem muitos aposentos e casas de folgar» (Alão, 2001, p.144). Estas são as primeiras referências conhecidas a Vale Furado, ou Val de Belfurado, datadas de 1627. Em 1747 há a notícia da existência de um moinho no vale de Belfurado, aproveitando a pequena ribeira aí existente.

Em 1911, o Recenseamento Geral da População indicava a existência de 4 fogos e 18 habitantes e em 1940 de 26 habitantes e 5 alojamentos. O lugar, à semelhança de quase todos os outros lugares junto ao litoral na freguesia de Pataias, com exceção de Paredes e Água de Madeiros, veria a sua população diminuir de tal forma que no início da década de 1970 era dada como desabitada. A tal facto não será alheia a reduzida acessibilidade ao lugar e a qualidade de vida oferecida em Pataias, onde o emprego nas indústrias locais garantia maiores e mais seguros rendimentos que os parques proveitos de um velho moinho, das minúsculas veigas cultivadas no fundo do vale e dos frutos do mar arrancados às rochas nos períodos da baixa-mar.

A estrada de acesso a Vale Furado é feita apenas no início da década de 1960, aquando a abertura da estrada das matas de S. Pedro de Moel até Paredes da Vitória, obra concluída em 1958. O prolongamento da mesma, até ao extremo sul da Alva da Mina do Azeche, levou a estrada florestal até à proximidade de Vale Furado. A abertura, mais tarde, de uma pequena picada em terra batida com pouco mais de 1 km, pavimentando um antigo caminho no meio dos pinhais, permitiu a chegada do automóvel ao lugar. No entanto, apesar da abertura desta estrada, a distância por estrada entre Pataias e Vale Furado era de 12,5 km quando a mesma, em linha reta, é de pouco mais de 5 km.

Nos finais da década de 1960, início de década de 1970, é aberto o “carreiro das bicicletas de Belfurado”, um pequeno trilho pavimentado a *toutvenant* que ligava Pataias a Vale Furado, e que permitia que bicicletas e motorizadas fizessem com facilidade o trajeto entre as duas localidades pelo meio dos pinhais¹⁰⁵.

Esta melhoria, então significativa, das acessibilidades, conduziu ao redescobrir de Vale Furado e ao seu reconhecimento (local) como estância balnear. As

¹⁰⁵ Jornal de Pataias, nº15, abril de 1982

modificações sociais e económicas registadas na época, nas quais se destacava a melhoria do nível económico das famílias, a crescente motorização e a institucionalização das férias (mais tarde, pagas), aliada à existência de algumas velhas casas já existentes e à propriedade privada dos terrenos, fomentou o crescimento urbano do lugar, o início da construção das primeiras barracas e casas no ano de 1973¹⁰⁶ e, em 1976, à construção do parque de estacionamento, que obrigou a uma negociação entre a Junta de Freguesia de Pataias e os proprietários dos terrenos¹⁰⁷.

Estas habitações iniciais destinavam-se fundamentalmente a residências sazonais, muitas vezes apenas para ocupação durante os fins-de-semana estivais, de apoio às pequenas parcelas agrícolas ou para guardar as canas e os instrumentos de pesca (desportiva). Construídas sobre pequenas parcelas herdadas, a tipologia dos edifícios, muitas vezes barracas em madeira com coberturas em telhas de *lusalite*, é a do alojamento unifamiliar com um piso. Em alguns casos, porque existiam vários herdeiros, as parcelas de terreno foram objeto de uma divisão/partilha informal e cada um dos herdeiros erigiu a sua edificação (a maioria com cerca de 50m²). Se a maior parte delas era clandestina e ocupava o leito dos vales e estava sob, ou sobre, as arribas, outras procuravam alguma legitimidade ao serem registadas como «*construções ligeiras de um só piso respeitantes a explorações agrícolas*», como previsto no Decreto-Lei nº166/70 de 15 de Abril.

Como já referido anteriormente, à data (início da década de 1970), a administração urbanística era um processo rígido e moroso, centralizado e altamente burocratizado. Se a estes fatores se juntar uma legislação, apesar de tudo incipiente, a falta de regras quanto à ocupação da orla costeira, o desconhecimento generalizado do risco e dos problemas associados à linha de costa e o “espírito de Abril”, de liberdade individual e de um Estado repentinamente fraco, compreende-se esta rápida urbanização de Vale Furado.

O único tipo de infraestrutura realizada pelos proprietários das habitações foi a abertura de pequenos caminhos, de carreiros e escadarias, de acesso aos seus lotes. O declive do terreno, associado à ausência de qualquer plano de ocupação, conferiu aos acessos e à própria ocupação do espaço, um perfil bastante irregular e até pitoresco.

¹⁰⁶ Jornal de Pataias, nº15, abril de 1982

¹⁰⁷ Atas nº 146 de 23/06/1976 e nº147 de 30/06/1976 da Junta de Freguesia de Pataias

Fotografia 33 – “Barranco dos Tremoços”, Vale Furado, julho de 2012.

Edificações abarracadas, sob as arribas, construídas durante a década de 1970. Algumas possuem eletricidade.



No “Estudo de Ordenamento da Faixa Litoral a Sul de Paredes da Vitória”, encomendado pela Câmara Municipal de Alcobaça e com a data de 1983, referindo-se a Vale Furado dizia «VALE FURADO - Este aglomerado ainda possui algumas construções do reduto primitivo, com as características citadas em A¹⁰⁸, mas na restante área, é o conjunto que mais degradado se encontra. Desde moradias em madeira localizadas nas barreiras (ou arribas), até lotes com duas ou três construções abarracadas, tudo é possível aqui encontrar, dando a um local de inexcelável beleza o aspecto degradante que futuramente poderá vir a ser totalmente condenado. Em nosso entender, este local é o que reúne piores condições de salubridade e como imagem de ocupação.» (AAP, 1983, p.19).

O facto de estas habitações terem sido construídas com trabalho próprio e com algum sacrifício, atribui-lhes um elevado valor simbólico para os seus proprietários. Muitas destas habitações representam não só o investimento de pequenos capitais e poupanças mas também um fator de ascensão social: ser proprietário de uma segunda habitação, de uma casa de férias à beira-mar (o que se veio a valorizar ainda mais desde então). À medida que as casas se vão afastando da linha de costa, a sua tipologia vai-se também modificando. A pouco e pouco, e à medida que vão sendo construídos (cada vez mais longe da praia, das arribas e das magníficas vistas), os edifícios vão sendo maiores e a madeira e a *lusalite* substituídos pela alvenaria e pela telha de barro. Na maior parte destes casos, já com o devido licenciamento camarário.

¹⁰⁸ «A - construções em alvenaria de pedra e adobe, revestido a argamassa de cal e areia, com cobertura de telha de canudo, localizadas de forma dispersa e em número reduzido, que formariam primitivamente pequenos “casais” ligados à exploração agrícola em especial.» in AAP (1983) p.18

No entanto, os alojamentos de Vale Furado, embora de génese diferente da maioria dos ilegais da época (nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto) não deixam de apresentar as mesmas características daqueles (Matos, 1989): foram responsáveis pela destruição da paisagem; foram produtores de construções de má qualidade; são exemplos de uma forma de poupança que outros campos de investimento foram incapazes de captar; em alguns casos, foram suporte de pequenas empresas locais de construção; foram também a resposta a necessidades de alojamento (neste caso, de segunda habitação) que não encontrou no mercado legal uma solução compatível e finalmente, são causa de elevados investimentos necessários à construção de infraestruturas e equipamentos ou ações associadas aos custos da sua recuperação/proteção.

No início da década de 1980, a situação da ocupação urbana em Vale Furado era díspar de outras situações verificadas ao longo da costa da freguesia. Embora as edificações fossem na sua esmagadora maioria clandestinas, duas características faziam a distinção dos outros lugares: a propriedade do solo (não havia dúvidas a quem pertenciam os terrenos) e a ocupação de faixas de risco sobre as arribas. Atendendo a esta situação, a Câmara Municipal de Alcobaça delibera sobre a existência das construções clandestinas em Vale Furado (mas também na Légua e na Mina), dando um prazo de 30 dias para a regularização das mesmas¹⁰⁹. O que aconteceu é que, na altura, muitos dos proprietários limitaram-se a pagar as coimas e licenças pensando que estavam a legalizar as respetivas habitações, o que na realidade não fizeram. Hoje em dia, Vale Furado continua um aglomerado com um grande número de construções clandestinas. Se algumas estão implantadas em faixa de risco elevado e, consequentemente, dificilmente serão legalizadas, muitas outras não o foram porque os seus proprietários pensam tê-lo feito há 30 anos ao abrigo da tal deliberação camarária. Mas o facto é que as habitações continuam de pé, seja porque estão em terrenos privados, seja porque são locais de reduzida utilização (algumas semanas no verão e pontualmente durante o resto do ano), seja pelo sentimento de desejo de igualdade de tratamento dos proprietários face a outras construções que tendo sido embargadas e ordenada a sua demolição, tal nunca aconteceu. A dificuldade em fazer aplicar a lei por parte do Estado, o laxismo e até as relações sociais entre moradores/ proprietários/ autarquias poderão também explicar a sua continuidade até aos dias de hoje.

¹⁰⁹ Câmara Municipal de Alcobaça, edital nº15/81, publicado no Jornal de Pataias nº3 de abril de 1981

É certo que a maioria destes alojamentos surgidos em Vale Furado nas décadas de 1970/80 se destinaram a habitação própria, embora secundária. Poucos foram os alojamentos que surgiram (nestas datas) com o objetivo de serem feitas mais-valias financeiras com a sua venda. Verificando-se a inexistência de um PU ou PP, assistiu-se à densificação dos edifícios e à ausência de espaços verdes, à falta de equipamentos e de infraestruturas e ainda à pressão feita sobre a autarquia para o investimento público em novas estradas, eletrificação e água canalizada. Exemplos desta pressão sobre a autarquia são a construção do já referido parque de estacionamento ainda em meados da década de 1970¹¹⁰, da abertura das estradas Pataias-Vale Furado entre 1981 e 1985¹¹¹ ou Vale Furado-Mina do Azeche¹¹², e do abastecimento de água e da eletrificação¹¹³ na década de 1990. Pressão ainda maior quando a Câmara informou que a construção das infraestruturas eram da responsabilidade dos moradores e uma das condições para a legalização dos alojamentos¹¹⁴, ao abrigo do então recentemente criado Decreto-Lei nº 152/82 de 3 de maio¹¹⁵. A consequência deste último facto foi que os proprietários que ainda não tinham pago as coimas e iniciado o processo de legalização, já não o fizeram.

Não deixa também de se realçar que, mesmo tratando-se de residências secundárias, a infraestruturização de água e eletricidade foi feita para todos os edifícios, independentemente da sua clandestinidade/ilegalidade.

¹¹⁰ Junta de Freguesia de Pataias, atas nº146 de 23 de junho de 1976 e nº147 de 30 de junho de 1976

¹¹¹ Assembleia de Freguesia de Pataias, ata nº19 de 1 de setembro de 1981; Jornal de Pataias nº41 de junho de 1984. A estrada foi aberta em duas etapas. A primeira em 1981, fazendo o prolongamento da Rua de Nossa senhora da Vitória, em Pataias, até à estrada das matas de ligação às Paredes, sendo da responsabilidade da autarquia. A segunda em 1985, fazendo a ligação entre essa estrada das matas e Vale Furado. Esta segunda foi construída e suportada pelos particulares com interesses em Vale Furado, que ao fim-de-semana davam o seu trabalho e as suas viaturas e máquinas (camiões, máquinas de lagartas) para a execução da obra.

¹¹² Não é precisa a data de abertura da estrada. Em 1985 é solicitada a sua abertura (Junta de Freguesia de Pataias, ata nº163 de 2 de Dezembro de 1985) e em 1996 solicita-se já o seu arranjo (Junta de Freguesia de Pataias, ata nº549 de 4 de Junho de 1996). A estrada, paralela e próxima a uma arribas em recuo, encurtou a distância entre os dois lugares em cerca de 2,5km e foi aberta pela Junta de Freguesia sem o consentimento e participação da Câmara Municipal. Alegando também o facto de estar em zona de REN, a CCDR-LVT tem-se oposto à sua impermeabilização e consequente pavimentação.

¹¹³ Junta de Freguesia de Pataias, ata nº503 de 2 de maio de 1995; Assembleia de Freguesia de Pataias, atas nº 4 de 3 de junho de 1994, nº6 de 20 de dezembro de 1994, nº7 de 20 de abril de 1995.

¹¹⁴ Jornal de Pataias nº18 de julho de 1982

¹¹⁵ O Decreto-Lei nº152/82 de 3 de maio cria as áreas de desenvolvimento urbano prioritário e de construção prioritária. Embora este decreto estivesse diretamente relacionado com o fenómeno de expansão de construções clandestinas nas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa, encontra nesta faixa do território também razões válidas para a sua aplicação.

É ainda de destacar que o já citado *Estudo de Ordenamento da Faixa Litoral a Sul de Paredes da Vitória* (AAP, 1983) tinha como um dos objetivos controlar os núcleos de formação espontânea e anular os efeitos da construção anárquica e de preservar o ambiente a paisagem. No caso de Vale Furado, foi prevista a ligação à Mina do Azeche, a delimitação de um núcleo histórico e de zonas a proteger como as arribas e o vale. Sabemos que apesar de elaborado, como já referido anteriormente, o plano nunca foi implementado. Mesmo assim, alguns dos alinhamentos dados às construções surgidas já na segunda metade da década de 1980 respeitam os alinhamentos propostos pelo plano.

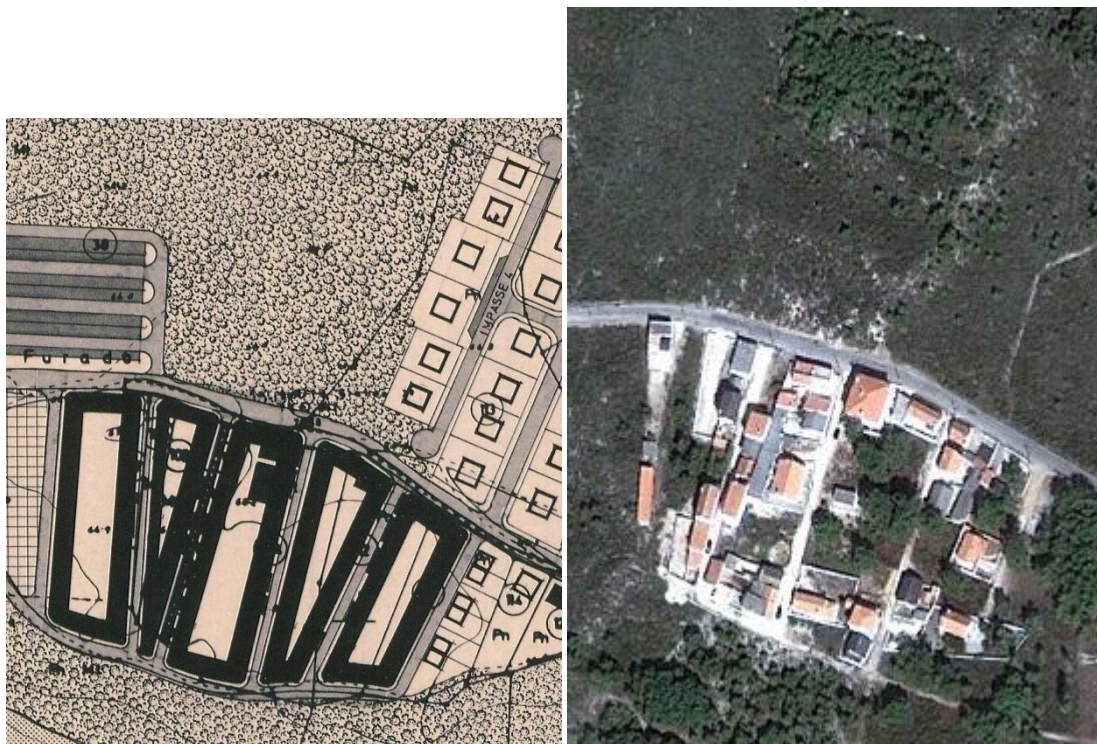


Fig. 23A e 23B – Definição de quarteirões em Vale Furado. À esquerda a proposta de quarteirões (pormenor) no Plano de Ordenamento da Zona Litoral Mina do Azeche-Falca (1984). À direita, a ocupação urbana em 2012. (Fonte: CM Alcobaca e GoogleEarth).

Na década de 1990, à semelhança de outros locais na faixa costeira da freguesia, há um aumento da construção e a pressão urbanística. Se durante as décadas anteriores a ocupação havia sido feita quase que exclusivamente pelos proprietários dos terrenos com pequenas construções, muitas delas com materiais de baixa qualidade, a partir do início dos anos de 1990 há a transação de terrenos com o objetivo de obter mais-valias financeiras com a construção de alojamentos destinados, fundamentalmente, a segundas residências. Embora se possa considerar, face aos IGT hoje existentes, que nas décadas de 1970 e grande parte da década de 1980 os instrumentos legais eram algo incipientes

e, por vezes, pouco precisos no que se refere à ocupação da faixa costeira, a partir de 1987 surge todo um conjunto de documentos que regulam já a sua ocupação¹¹⁶.

Apesar disso, em Vale Furado no início dos anos de 1990, arribas são destruídas e arrasadas com a abertura de caminhos e construção de edifícios localizados em zonas de risco e/ou em DPM. Apesar de embargos sucessivos e até de ordens do tribunal a obrigar a demolições, as edificações mantêm-se¹¹⁷ e inclusivamente entram no mercado imobiliário. A pouco e pouco outras edificações também vão aparecendo, outras vão sendo melhoradas e/ou acrescentadas, resultando numa paisagem urbana anárquica e pouco cuidada.

Fotografia 34 – Vale Furado, julho de 2012.

Em primeiro plano uma edificação que iniciou o seu licenciamento como sendo uma “arrecadação agrícola”. A abertura do acesso obrigou à destruição significativa de parte da arriba.



No início do ano 2000, Vale Furado refletia 30 anos de ocupação anárquica, desordenada e ilegal do território. Se é certo que a partir de 1997 com a aprovação do PDM algum travão foi colocado à ocupação anárquica do território, não deixa de ser verdade que, na sua maioria, todos os terrenos já haviam sido ocupados antes dessa data. As situações de clara ilegalidade, quer pela ocupação de faixas de risco sobre as

¹¹⁶ São exemplos a Lei nº11/87 de 7 de abril, o Decreto-Lei nº93/90 de 19 de março, o Decreto-Lei nº302/90 de 26 de setembro, o Decreto-Lei nº201/92 de 29 de setembro, Decreto-Lei nº309/93 de 2 de setembro

¹¹⁷ Apesar da existência de um considerável número de habitações clandestinas, os embargos mais mediáticos à construção surgem apenas na década de 1990. O Jornal de Pataias (nº139 de julho de 1992, nº 141 de setembro de 1992, nº 148 de maio de 1993, nº 152 de setembro de 1993, nº 162 de julho de 1994, nº 175 de agosto de 1995) e as atas da Junta de Freguesia de Pataias (nº390 de maio de 1992) são pródigos em relatar as situações. Apesar de sentenças do tribunal a ordenar, inclusivamente, demolições, estas nunca ocorrem, sem que a Câmara tenha a capacidade, ou a vontade, de inverter as situações.

Num dos casos, em julho de 1994 a autarquia afirmava que «a Câmara deu um prazo de 60 ou 90 dias para deitar abaixo o edifício [...] caso o proprietário não execute a decisão, a Câmara encarregar-se-á de cumprir os princípios estabelecidos, dentro das prescrições da lei». No entanto, em 1996, a Câmara referia-se ao mesmo assunto dizendo que «a casa foi vendida... e aqui põem-se alguns problemas legais». O edifício nunca foi demolido.

arribas, quer da ocupação de terrenos privados no domínio público marítimo, continuaram sem que se encontrasse uma solução para os problemas. A identificação pelo INAG, em 2006, das arribas de Vale Furado como uma situação de risco¹¹⁸ apenas veio confirmar o que todos os intervenientes já sabiam: Vale Furado é uma bomba relógio, uma catástrofe anunciada à espera de acontecer.



Fotografia 35 – Vale Furado, março de 2001. Foto: SIARL/IGP

4. Pedra do Ouro

São poucas as referências históricas à Pedra do Ouro. Tradicionalmente o local era conhecido por “Pintanheira”, havendo aí registos da existência de fornos para a cozedura de cal e cimento e de um moinho de vento para a moagem dos materiais daí resultantes. O topónimo “Pedra do Ouro” surge pela primeira vez numa carta do primeiro quartel do século XX onde se assinalam as Alvas da freguesia de Pataias¹¹⁹. Não se sabendo a origem de ambos os topónimos, é comum associá-los às características geológicas do lugar: a presença de fósseis de amonites piritizadas. Estas dão às arribas locais o aspeto de estarem cheias de “pintas”, ou olhando com mais pormenor, em alguns locais, da existência de folhas de “ouro” (Santos, 2010). Durante a década de

¹¹⁸ Jornal de Pataias, nº duplo 296/297 de junho/julho de 2006

¹¹⁹ Referir o mapa das alvas

1970, com o início do processo de urbanização do lugar, é abandonada definitivamente a designação de “Pintanheira” e adotada a de “Pedra do Ouro”¹²⁰.

Fotografia 36 – Pormenor das arribas da Pedra do Ouro, ricas em fósseis piritizados, junho de 2010.



O lugar de Pedra do Ouro encontra-se entre as Alvas de Água de Madeiros e da Senhora da Vitória. Na sua génese estão terrenos particulares adquiridos nos inícios da década de 1920 dando origem a uma grande propriedade designada de “Pinhalinho”¹²¹, cujo objetivo era a produção florestal.

Em meados da década de 1960 surgem as primeiras habitações no lugar da Pedra do Ouro. Uma associada a um médico belga que prestou cuidados a Oliveira Salazar nos últimos anos da sua vida (e que ficou conhecida como “Quinta dos Belgas”), outra, de um padre que construiu uma pequena colónia de férias. Em 1965 inicia-se o primeiro loteamento da Pedra do Ouro. A partir dessa data e até meados da década de 1970, ao abrigo dos Decretos-Lei nº46673 de 29 de novembro de 1965 e nº289/73 de 6 de junho, o restante terreno, de grandes dimensões, foi sendo loteado pelo dito padre beneficiando de grande empatia (mútua) com o então diretor de serviços da Câmara Municipal de Alcobaça. A reduzida pressão urbanística (à data) sobre o local, o difícil acesso e o seu relativo afastamento de outros locais (era então um local remoto), facilitou todo o processo de loteamento e de legalização das construções. De tal forma que dos lotes então criados, nenhum deles tem o mesmo tamanho. Isto é, de acordo com a vontade do

¹²⁰ Este facto estará relacionado com a designação popular, e brejeira, que os locais atribuíam ao lugar: “pintelheira”. A construção de habitações associadas a uma classe social média e alta contribuiu definitivamente para a adoção de um nome mais distinto: “Pedra do Ouro”.

¹²¹ <http://sapinhogelasio.blogspot.pt/2010/11/o-pinhalinho.html>

comprador e com a anuência do loteador e dos serviços da CMA, o lote era feito “à medida”, o que significava mais um metro para a esquerda ou mais dois para a direita, de forma a acomodar o edifício que se pretendia construir.

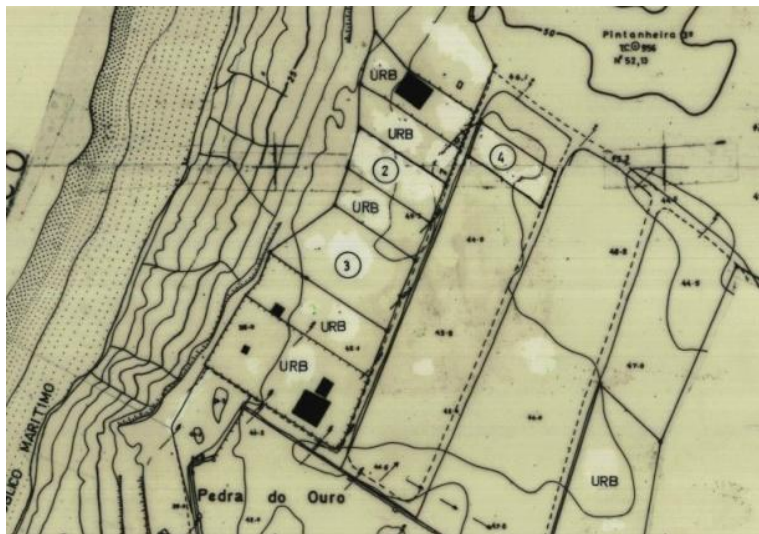


Fig. 24 – Cadastro da Pedra do Ouro nos finais da década de 1960. Atente-se ao tamanho dos lotes, todos de diferentes formas e tamanhos. Fonte: www.igeo.pt

Ao contrário do que então sucedia por toda a faixa costeira da freguesia de Pataias (da qual a ocupação ilegal dos terrenos na Polvoeira e Mijaretas e os clandestinos na Mina do Azeche, Vale Furado e Légua são os principais expoentes), as poucas habitações que iam surgindo na Pedra do Ouro obedeciam a todos os normativos legais então existentes. A questão da formalidade e da legalidade da Pedra do Ouro era tal que aquando da realização dos estudos e planos de urbanização para o norte da faixa costeira da freguesia de Pataias¹²², nos finais dos anos de 1970/ início de 1980, a Pedra do Ouro nem sequer foi mencionada.

Este loteamento da Pedra do Ouro correspondeu à primeira fase do crescimento do lugar.

A segunda fase corresponde ao loteamento feito na segunda metade dos anos de 1980. Nesta fase, a Pedra do Ouro “saltou” das moradias para os condomínios. De acordo com técnicos da Câmara Municipal de Alcobaça, esta segunda fase corresponde ao primeiro e melhor exemplo de loteamento de todo o concelho, com a construção de infraestruturas, caixas de espera, arruamentos. Tudo foi feito antes de fazer os lotes e de

¹²² Sabendo-se que um dos motivos da intervenção dos planos, senão o único, era resolver o acelerado crescimento clandestino na zona e os problemas daí decorrentes

se começar a construir. Os próprios serviços admitem que o segundo loteamento da Pedra do Ouro foi uma boa exceção às práticas de loteamento na época.

Fotografia 37 – Pedra do Ouro, pormenor de arruamento da 2ª fase de loteamento urbano, julho de 2012.



Mas o que tão bem começou, veio mais tarde a desorganizar-se. Na ocupação dos lotes então definidos assistiu-se, entre outros, a um excesso generalizado da volumetria das edificações e à ocupação dos espaços destinados aos equipamentos. À semelhança de tantas outras urbanizações, os lotes mais apetecidos – neste caso, sobre a arriba com uma visão privilegiada para o mar – são deixados para o fim. No final dos anos de 1990 são denunciadas aberturas de caminhos na arriba e a construção de casas sobre as mesmas, à revelia do PDM¹²³. Em alguns casos, a Câmara depois de pareceres prévios concordantes com as propostas, decide-se pela não autorização dos empreendimentos. Os promotores imobiliários contestam em tribunal estas novas posições da autarquia e fazem valer as suas pretensões apesar dos pareceres técnicos contrários e das evidências apresentadas relativas à erosão das arribas e da necessidade da existência de uma faixa *non aedificandi* de proteção¹²⁴.

Na prática, a segunda fase de loteamento da Pedra do Ouro, que começou por ser um exemplo de excelência, tornou-se um exemplo típico do que não deve ser feito na ocupação do litoral: volumetria excessiva, ausência de espaços públicos e de equipamentos, descaraterização arquitetónica e construção em faixa de risco sobre as arribas.

¹²³ Junta de freguesia de Pataias, ata nº24 de 21 de julho de 1998

¹²⁴ Jornal de Pataias nº245 de junho de 2001 citando o jornal Público de 29 de junho de 2001



Fotografia 38 – Pedra do Ouro, edifício sobre as arribas, julho de 2012.

Apesar de contestado por moradores e associações ambientalistas, o edifício foi erigido sobre a crista de arribas pouco consolidadas, atacadas pelo mar na sua base durante os invernos.

O crescimento demográfico da Pedra do Ouro reflete também esta situação. O lugar da Pedra do Ouro apenas em 1991 surge nos Recenseamentos Gerais da População feitos pelo INE com 48 alojamentos, mas sem residentes permanentes. Em 2011 regista 518 alojamentos mas apenas 103 habitantes (figura 11 p.63 e fig. 14 p.65).

Depois de consolidada a malha urbana e praticamente construídos todos os lotes da segunda fase de loteamentos da Pedra do Ouro, no ano de 2000 a Região de Turismo Leiria-Fátima defende a instalação de campos de golfe na freguesia de Pataias¹²⁵. Embora existam, desde logo, algumas restrições ao projeto¹²⁶, a ideia vai avançar e em 2005 é feita uma apresentação pública do projeto “Pinhal Golfe Atlântico” com os altos patrocínios da Câmara Municipal de Alcobaça e Junta de Freguesia de Pataias¹²⁷. No entanto, a não apresentação do respetivo plano de pormenor até 30 de abril de 2011¹²⁸, aliada à atual conjuntura e crise económica que afeta a construção civil e o setor imobiliário, poderão ter inviabilizado a concretização do mesmo.

¹²⁵ Jornal de Pataias nº238 de novembro de 2000

¹²⁶ Jornal de Pataias nº249 de novembro/dezembro de 2001

¹²⁷ Jornal de Pataias nº291 de agosto de 2005 e nº294/295 de fevereiro/março de 2006

¹²⁸ Data limite imposta pela CCDRLVT

Fig. 25 – Pinhal Golfe Atlântico.
Fonte: www.joaopaciencia.com.

Um projeto imobiliário de 736ha para a Pedra do Ouro, com enquadramento no PROTOVT ao abrigo dos NDT – Núcleo de Desenvolvimento Turístico.



Na tentativa de aproveitar as sinergias de um projeto que previa a instalação de um campo de golfe com 36 buracos, assim como as áreas de expansão urbanas previstas em PDM, é lançado uma 3ª fase de loteamento urbano no lugar da Pedra do Ouro. Este novo empreendimento inserido numa parte da propriedade florestal conhecida por “Pinhalinho” apresenta mais de 200 lotes distribuídos por 15,3ha¹²⁹.



Fotografia 39 – Pedra do Ouro, empreendimento “Atlantic Village”, julho de 2012.

Corresponde à 3ª fase de loteamentos, impulsionado pela possível instalação de um campo de golfe.

Não deixa de ser curioso o facto de se ter impulsionado esta nova urbanização¹³⁰ com o pretexto de um grande empreendimento turístico, sem que o mesmo estivesse construído. Atualmente, mais de metade dos lotes encontram-se por vender ou urbanizar, cabendo à CMA a responsabilidade, e despesa, de gerir e cuidar dos espaços verdes e públicos da urbanização, já totalmente construídos.

¹²⁹ <http://www.atlanticovillage.com/> acedido em 4 de julho de 2007

¹³⁰ O projeto “Pinhal Golfe Atlântico” mereceu inclusivamente uma apresentação pública em Pataias, nos finais de 2005, onde lado a lado estiveram os promotores e a autarquia, com a promessa, entre outros, da criação de 2000 postos de trabalho.

5. Os outros locais

5.1. Água de Madeiros

O aglomerado urbano de Água de Madeiros (fotografia 7, p.36), juntamente com Paredes da Vitória, é o mais antigo da faixa costeira da freguesia de Pataias, embora a sua ocupação seja relativamente tardia (segunda metade do século XVIII). À semelhança dos outros locais no litoral da freguesia, a sua ocupação está diretamente relacionada com a existência de um pequeno vale agricultável e de moinhos de água.

No início da década de 1970, são dados os primeiros sinais de desejo de urbanização do lugar com a inscrição no plano de atividades da Câmara de uma verba para o respetivo plano de urbanização¹³¹. É mesmo esta promessa, com a ação vigilante dos moradores, que vão impedir que nos anos seguintes, os fenómenos das barracas de madeira clandestinas que tomam de assalto outras praias (Polvoeira, Mijaretes em Paredes da Vitória, Vale Furado e Légua) se instalem nos terrenos da Alva de Água de Madeiros. Esta ação é tanto mais decisiva quanto se observar o fenómeno que ocorre do outro lado do vale, já em território do concelho da Marinha Grande, onde as barracas de madeira se estendem de Água de Madeiros (Pedra Lisa) quase até S. Pedro de Moel e ainda na Praia Velha e Pedra Negras.

O Plano de urbanização de Água de Madeiros chega mesmo a ser feito (PRJ, 1981) e é entregue à Câmara Municipal em abril de 1981, chegando a estar em exposição pública na sede da Junta de Freguesia de Pataias, em 1985¹³². No entanto, à semelhança de outros planos, nunca chega a ser implementado e a ter força legal. Entretanto, fora da zona da Alva de Água de Madeiros e em terrenos contíguos à estrada de acesso surgem algumas edificações, que tornearam as limitações locais relativas à edificação. No entanto, o crescimento urbano é relativamente contido devido à falta de terrenos disponíveis.

¹³¹ Junta de Freguesia de Pataias, ata extraordinária de 22 de novembro de 1972

¹³² Jornal de Pataias nº48 de janeiro de 1985

Fig. 26 – Plano de Pormenor de Água de Madeiros, 1981. Fonte: Câmara Municipal de Alcobaça

O Plano previa a ocupação de 40ha da Alva de Água de Madeiros, com 478 novos fogos, 2080 habitantes e a instalação de equipamentos hoteleiros.



Entre os anos de 2002 e 2004 é chamada a atenção para a crescente erosão das arribas de Água de Madeiros, que conduz inclusivamente à perda da Bandeira Azul¹³³ e ser reconhecida como praia de risco pelo Ministério do Ambiente em 2006¹³⁴. Ao abrigo do POOC Alcobaça-Mafra é apresentado à autarquia o projeto de requalificação da praia em 2009¹³⁵, que à data ainda não foi implementado.

5.2. Polvoeira

A praia da Polvoeira foi o palco de uma das maiores ocupações ilegais quer da faixa de DPM, quer de terrenos públicos no litoral centro do país. A ocupação por barracas de madeira, iniciada por alguns naturais da freguesia de Pataias no início da década de 1970, rapidamente tomou dimensões gigantescas.

Em 1976, nas primeiras reuniões plenárias da Junta de Freguesia de Pataias pós-revolução, o problema das barracas clandestinas foi já intensamente debatido¹³⁶. Como forma de resolver o problema, a Câmara Municipal procede ao já referido Plano de Urbanização das Praias (PRJ, 1977), apresentando um plano de pormenor para a Polvoeira (PRJ, 1982).

¹³³ Junta de Freguesia de Pataias, ata nº 76 de 17 de setembro de 2004

¹³⁴ Jornal de Pataias nº296/297 de junho/julho de 2006

¹³⁵ Junta de Freguesia de Pataias, ata nº185 de 3 de fevereiro de 2009

¹³⁶ Junta de Freguesia de Pataias, atas nº145 de 18 de junho de 1976 e nº148 de 7 de julho de 1976

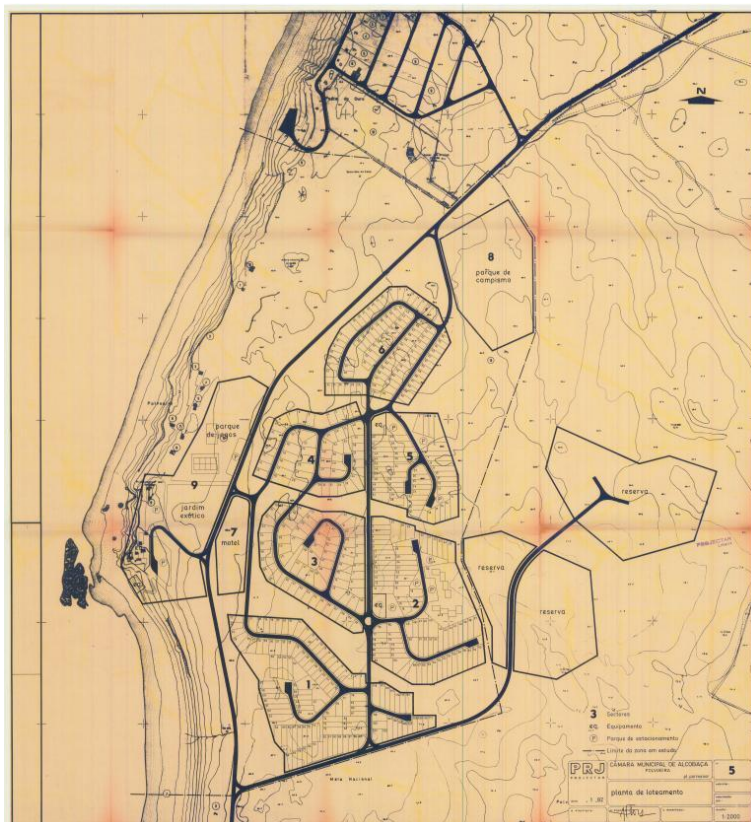


Figura 26 – 1º Plano de Pormenor da Polvoeira, 1981. Fonte: Câmara Municipal de Alcobaça

O plano que previa a ocupação de 83,5 ha da Alva da Senhora da Vitória, 630 fogos e 252º habitantes, libertava de construção os terrenos entre a estrada florestal e a praia.

Apesar da existência do plano, a autarquia não conseguiu travar o aparecimento de novas barracas, sendo forçada a demolir as mesmas. Em 1984, as barracas de madeira (alegadamente, pois muitas delas eram construídas em alvenaria e forradas exteriormente a madeira de pinho pintada com óleo queimado) eram mais de 700. Um conjunto de deliberações da Câmara Municipal com o assentimento da Assembleia Municipal resultaram na demolição de cerca de 400 barracas em 1984¹³⁷, apesar da contestação dos proprietários das barracas¹³⁸ que inclusivamente chegaram a constituir uma cooperativa de habitação¹³⁹. Mesmo assim, ficaram mais de 300 barracas em pé, algumas delas com eletricidade da rede pública¹⁴⁰ (puxada desde a Pedra do Ouro) e até telefone¹⁴¹. O lugar chegou a ter recolha do lixo, uma capela, uma discoteca e até distribuição de água canalizada, pois os residentes (a grande maioria provenientes de

¹³⁷ Jornal de Pataias, nº20 de setembro de 1982, nº21 de outubro de 1982, nº25 de fevereiro de 1983, nº 26 de março de 1983, nº39 de abril de 1984, nº41 de junho de 1984; Junta de Freguesia de Pataias, ata nº79 de 23 de abril de 1984.

¹³⁸ Junta de Freguesia de Pataias, ata nº9 de fevereiro de 1983

¹³⁹ Jornal de Pataias nº94 de novembro de 1988

¹⁴⁰ Jornal de Pataias nº58 de novembro de 1985

¹⁴¹ Jornal de Pataias nº73 de fevereiro de 1987

locais fora dos concelhos limítrofes de Alcobaça) chegaram a fazer um furo artesiano e a construir uma torre com um depósito.

Após a demolição muito contestada das 300 barracas o controle sobre o aparecimento de novas barracas foi feito, uma vez mais, pelos “moradores” já existentes. Sob a promessa do Plano de Urbanização da Polvoeira e da preferência sobre o número limitado de lotes disponíveis (quantas mais barracas existissem, menores possibilidades haveria de conseguirem um lote), o número de barracas mantém-se estável até 1987.

Em 1987, o então Secretário de Estado do Ambiente Carlos Pimenta, visita o litoral da freguesia de Pataias¹⁴² determinando a demolição imediata das restantes barracas, o que ocorre até finais de novembro desse ano¹⁴³.

Figura 28 – Plano de Pormenor da Polvoeira, 1987.
Fonte: Câmara Municipal de Alcobaça.

O Plano estabelecia a ocupação de toda a faixa litoral entre a estrada e o mar. Na prática, correspondia a uma ocupação formal de todo o aglomerado clandestino que eram as barracas da Polvoeira, apresentando-se dividido em 208 lotes (quando chegaram a ser mais de 700 os alojamentos clandestinos na Polvoeira).



A praia, já sem as barracas, recebeu o galardão da Bandeira Azul entre 1992 e 2003. Ao abrigo do POOC Alcobaça-Mafra foi elaborado um plano de praia que se encontra ainda em execução.

¹⁴² Jornal de Pataias nº70/71 de novembro/dezembro de 1986; Junta de Freguesia de Pataias, ata nº248 de 2 de fevereiro de 1987

¹⁴³ As últimas barracas são demolidas a 25 de novembro de 1987 (Jornal de Pataias nº quádruplo 78/79/80/81 de julho/outubro de 1987)



Fotografia 40 – Polvoeira, julho de 2012.

A praia aguarda a conclusão das intervenções previstas no POOC, nomeadamente na regularização dos acessos à praia, proteção dunar e estacionamento.

5.3. Mijarettes – Praia das Paredes

Mijarettes era (é ainda hoje) o nome dado à zona da arriba, em pleno DPM, situada entre as Paredes e a Mina do Azeche. A zona foi também ocupada nos finais da década de 1970, dando origem a um pequeno aglomerado com mais de 60 barracas de madeira e *lusalite*. Ao contrário da Polvoeira, o acesso às barracas era difícil e feito apenas a pé e os proprietários das barracas eram quase exclusivamente moradores na freguesia de Pataias.

As barracas eram mais modestas que na Polvoeira, quer no tamanho, quer nas comodidades (não havia paredes de cimento, eletricidade ou telefone). O acesso à água era feito através de um poço e mais tarde, quando este secou, através da extensão de um tubo de água das Paredes que fazia a distribuição através de duas ou três torneiras improvisadas em fontanários ou chuveiros¹⁴⁴.



Fotografia 41 – As barracas dos Mijarettes, na vertente sul da arriba da praia das Paredes, no início da década de 1980. Foto: Anselmo Coutinho.

¹⁴⁴ Junta de Freguesia de Pataias, atas nº208 de 16 de junho de 1986 e nº210 de 23 de junho de 1986; Assembleia de Freguesia de Pataias, ata nº4 de 24 de junho de 1986; Jornal de Pataias nº65 de junho de 1986

A demolição das barracas ocorreu (sem contestação e pelos próprios proprietários) apenas numa única fase, no final do verão de 1987, depois da visita do Secretário de Estado Carlos Pimenta, mas somente após o início da demolição definitiva da Polvoeira.

5.4. Mina do Azeche

O lugar de Mina do Azeche deve o seu nome ao local de exploração dos primeiros hidrocarbonetos no país, em 1844 (Inácio, 2012). À semelhança da maioria dos locais na faixa costeira da freguesia de Pataias, o lugar da Mina sofreu um despovoamento total durante grande parte do século XX, apenas recuperando população ao longo da década de 1980.

Também o lugar da Mina do Azeche, após o 25 de Abril de 1974, sentiu um surto de clandestinos. Uma vez que a propriedade era privada e o acesso mais facilitado devido à proximidade da estrada de Paredes da Vitória, algumas habitações em alvenaria e cobertura de telha foram surgindo, algumas delas como “*apoio às explorações agrícolas*”, outras, devidamente licenciadas. Essas habitações, tal como em Vale Furado, foram passíveis de legalizar após pagamento das respetivas coimas¹⁴⁵.

É junto à Mina do Azeche que a Câmara Municipal procede efetivamente, em finais de 1980, ao primeiro loteamento para expansão do núcleo urbano das Paredes, o que não se vem a concretizar¹⁴⁶. Em meados da década de 1990, um enorme empreendimento urbanístico é feito em plena crista da arriba sobre uma linha de água, levando ao embargo do mesmo¹⁴⁷. A verdade é que a situação se arrasta no tempo e novos embargos se vão sucedendo, ora porque os acessos à praia são cortados, ora porque os espaços verdes ou destinados a equipamentos não existem, ou porque são vedados ao uso público. Apesar das sentenças em tribunal, os promotores não cumpriram os compromissos estabelecidos¹⁴⁸.

¹⁴⁵ Câmara Municipal de Alcobaça, edital nº15/81, publicado no Jornal de Pataias nº3 de abril de 1981

¹⁴⁶ Como já foi descrito no sub-capítulo referente a Paredes da Vitória (pp. 70-88)

¹⁴⁷ Jornal de Pataias nº162 de julho de 1994; Junta de Freguesia de Pataias, ata nº499 de 28 de março de 1995.

¹⁴⁸ Junta de Freguesia de Pataias, ata nº45 de 16 de setembro de 2003



Fotografia 42 – Empreendimento urbanístico na Mina do Azeche, julho de 2010.

A contestação ao projeto incidiu na localização sobre as arribas (margosas), na construção sobre uma linha de água, na volumetria (que entre outros, impede a vista do oceano a todas as casas já existentes), no corte do acesso público à praia e na inexistência ou proibição de fruição dos espaços públicos e de equipamentos.

Atualmente a Mina do Azeche é um espaço incaraterístico, de má qualidade arquitetónica e urbanística, com ausência de espaços verdes ou outros espaços públicos de qualidade, para além de um número significativo de edificações em plena crista das arribas de materiais brandos e argilosos¹⁴⁹.

5.5. Légua e Falca

A Légua e a Falca são dois lugares diferentes e de génese distinta, mas a grande proximidade geográfica faz com surjam sempre a par quando referidos. As primeiras referências à Falca surgem também no século XVIII, uma vez mais associadas à existência de um moinho de água e ao dízimo pago à Confraria de Nossa Senhora da Nazaré¹⁵⁰. À semelhança de outros lugares, também estes sofrem um despovoamento intenso durante a maior parte do século XX, sendo que em 1981 registavam apenas 1 morador.

A génese das habitações da Falca está associada a um parcelamento ilegal de uma propriedade do único habitante do lugar nos anos de 1980. Se na Pedra do Ouro, os lotes foram sendo constituídos à medida que eram precisos, na Falca assistiu-se a uma

¹⁴⁹ Está prevista no POOC a UOPG 2 – Mina (consultar a p.37)

¹⁵⁰ Documentos existentes no Arquivo Distrital de Leiria, consultados e disponibilizados por Humberto Santos para trabalho ainda não publicado

simples divisão da propriedade de uma parcela, à semelhança do que foi feito na construção de muitos bairros clandestinos na Área Metropolitana de Lisboa. Nas edificações existentes «a volumetria, é predominantemente de 2 pisos, havendo no entanto casas com mais um piso em cave, notando-se que nenhuma das casas assume a forma abarracada, apesar da má qualidade arquitectónica apresentada» (APP, 1983, p.18).

A génese da Légua é semelhante à de Vale Furado: no início da década de 1970, pequenas parcelas de terreno são ocupadas com barracas de madeira, destinadas a segunda habitação na época balnear e fins-de-semana. A pouco e pouco, as barracas de madeira foram substituídas por edificações em alvenaria e nos últimos anos, após a instalação de água e eletricidade e a abertura das estradas de ligação à EN242¹⁵¹ e da Estrada Atlântica, surgiram edifícios em banda e conjuntos de apartamentos.

Fotografia 43 – Légua, setembro de 2012.

O crescimento do aglomerado teve a sua génese numa ocupação clandestina. São visíveis ainda algumas das primeiras edificações surgidas na década de 1980.

A requalificação da sua praia está classificada como de prioridade elevada no Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral 2012-2015.



A praia da Légua ao abrigo do POOC Alcobaça-Mafra tem em execução o respetivo Plano de Praia apresentado publicamente em 2009¹⁵².

¹⁵¹ Junta de Freguesia de Pataias, atas nº 211 de 30 de junho de 1986, nº214 de 19 de julho de 1986, nº238 de 15 de dezembro de 1986 e nº299 de 15 de fevereiro de 1990

¹⁵² Assembleia de Freguesia de Pataias, ata nº50 de 25 de junho de 2009

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo uma análise retrospectiva das últimas 5 décadas no litoral de Pataias, facilmente se chega à conclusão que não foi pela inexistência de planos, embora alguns nunca chegassem a ter força legal, que o litoral apresenta a realidade atual.

De facto, observando os diversos planos propostos, estes remontam a 1964, prolongando-se até aos finais da década de 1980, data em que se iniciaram os estudos para o PDM.

Quadro 9 – Planos e estudos previstos para o litoral da freguesia de Pataias, mas nunca implementados

Data	Plano	Elaboração
1964	Plano de Arruamentos da praia da Vitória	João Vaz Martins / CMA
1968	Plano de Estudo para importante empreendimento turístico, que poderoso grupo financeiro internacional se propõe promover na praia de Paredes da Vitória (Pataias), no concelho de Alcobaça	Grémio do Comércio do Concelho de Alcobaça
1977	Plano de urbanização das praias	PRJ Projectar / CMA
1981	Plano de Pormenor de Água de Madeiros	PRJ Projectar / CMA
1982	Plano de Pormenor da Polvoeira	PRJ Projectar / CMA
1982	Plano de Pormenor de Paredes da Vitória	PRJ Projectar / CMA
1983	Estudo de ordenamento da faixa litoral a sul de Paredes da Vitória	AAP Atelier de Arquitectura e Planeamento / CMA
1987	Plano de Pormenor da Polvoeira	AAP Atelier de Arquitectura e Planeamento / CMA
1988	Plano de Pormenor das Alvas	AAP Atelier de Arquitectura e Planeamento / CMA

Fonte: CMA, DGOTDU, BNP

Em comum, os diversos planos propunham a urbanização das Alvas, a não ocupação dos leitos dos vales, especialmente no lugar de Paredes e o ordenamento urbanístico e controlo das construções clandestinas surgidas na primeira metade da década de 1970.

Se numa escala de análise mais restrita era possível observar, em cada um dos planos de pormenor, um cuidado com o desenho urbano e a definição de uma tipologia de edifícios que permitisse o aparecimento de novos aglomerados com a qualidade urbanística de S. Pedro de Moel, numa escala mais vasta, foi evidente uma tentação expansionista e massificadora, que se traduzia na ocupação generalizada de toda a faixa litoral da freguesia, numa frente urbana (quase) contínua de 11 km.

Por motivos diversos, desde a não desafetação das Alvas (Planos de Pormenor de Água de Madeiros e da Polvoeira), passando pela posse privada dos terrenos (Plano de Pormenor das Alvas – Nossa Senhora da Vitória e Mina do Azeche) ou pela ausência vontade política em fazer aprovar os planos (Planos de Urbanização das Praias e Estudo de ordenamento da faixa litoral a sul de Paredes da Vitória), o que é certo é que, até à entrada em vigor do PDM em 1997, na realidade, nada havia sido feito para regular e ordenar a ocupação urbanística da faixa costeira da freguesia de Pataias.

No entanto, a elaboração do PDM teve em consideração algumas das propostas que foram sendo apresentadas nos diversos planos anteriores. As mais representativas encontram-se com a criação das UOPG's 10 e 11, que preveem, respetivamente, os Planos de Pormenor da Polvoeira e de Água de Madeiros. A delimitação dos perímetros urbanos de Água de Madeiros e Pedra do Ouro, na sequência destes projetos de urbanização nunca implementados, permitiu já na década de 2000 o desenvolvimento de um grande projeto imobiliário. Mas outros exemplos podem ser encontrados como a delimitação dos centros urbanos em Paredes (na praia e no chamado “centro histórico”), que alegadamente deixam o vale livre de edificações; nos alinhamentos de algumas ruas dados em Vale Furado; e na definição dos diversos núcleos e espaços urbanizáveis do litoral classificados como nível V, isto é, áreas habitacionais de baixa densidade e tipologia familiar dominante.

A elaboração e aprovação posterior de outros planos coincidentes no espaço trouxeram um conjunto de orientações com o objetivo evidente de ordenar e valorizar a faixa litoral. O mais evidente foi o POOC Alcobaça-Mafra. Por um lado, tipificou as praias existentes e determinou a sua capacidade de carga, por outro, procedeu à elaboração dos respetivos planos de praias. Mas o POOC foi ainda mais longe, ao definir também UOPG's na faixa costeira. Ao contrário do que havia sucedido aquando a elaboração do PDM, estas novas UOPG's não se destinavam a acolher antigos planos ou a deixar espaços para desenvolvimentos futuros, mas pretendem resolver problemas

imediatos. Estas UOPG's (previstas para os aglomerados de Água de Madeiros, Mina do Azeche e Vale Furado) pretendem resolver os problemas das edificações incluídas em faixa de risco, determinar a capacidade de carga das arribas, revitalizar/ reconverter os espaços urbanos e em alguns casos, resolver as situações dos clandestinos. Mas a falta de elaboração e de execução dos respetivos PP faz delas apenas meras intenções.

Mas outros planos têm também expressão no território. O PROTOVT faz uma análise das potencialidades e constrangimentos da zona. A qualidade paisagística e a diversidade da faixa litoral são fatores determinantes para o desenvolvimento da região, ameaçada também pelos riscos de erosão e pelo crescimento urbano difuso. Porém tão importante como este diagnóstico é o facto do PROTOVT não só definir a proteção da floresta, conservação da biodiversidade e riqueza paisagística, de impedir a ocupação urbana e edificada em áreas de risco e de erosão litoral mas também de prever os NDT's, de que o projeto imobiliário-turístico do “Golfe do Camarção/ Pinhal Golfe Atlântico” é um exemplo.

Apesar da existência de mais de 14 planos em vigor no território do concelho de Alcobça, apenas 6 têm um impacto direto na faixa litoral da freguesia de Pataias, que mesmo assim apresenta hoje um conjunto de problemas relativos à sua ocupação. Ao longo dos seus 11km são comuns as edificações em zonas de risco (Água de Madeiros, Pedra do Ouro, Mina do Azeche, Vale Furado), edificações clandestinas e ilegais (Mina do Azeche, Vale Furado, Légua e Falca), excesso de volumetria e exagero da ocupação (Pedra do Ouro, Paredes da Vitória, Mina do Azeche), ocupação dos espaços destinados aos equipamentos (Pedra do Ouro), embargos sobre novas edificações (um pouco ao longo de toda a faixa de costa) e construção em solos REN ou RAN.

É ainda de salientar que a ocupação humana deste território, apesar de antiga, sempre foi diminuta e localizada. Na realidade, até à década de 1990 apenas dois lugares apresentaram de forma consistente alguma população residente, com destaque para o lugar de Paredes da Vitória. No entanto, esta situação sofreu algumas alterações nos últimos anos, nomeadamente em virtude do aparecimento/ crescimento do lugar da Pedra do Ouro, que é atualmente o maior lugar do litoral da freguesia. Destaca-se ainda o facto das taxas de crescimento demográfico nesta faixa do território serem não só muito superiores ao da freguesia e concelhos em que se insere, mas também aos dos lugares próximos localizados na orla costeira.

Quanto ao número de alojamentos, o seu aumento constata-se a partir do início da década de 1970, embora na sua maioria fosse de origem clandestina. Em meados da década de 1980, o número de alojamentos era semelhante ao número atual. No entanto, mais de 60% eram construções abarracadas, edificadas em DPM e que foram demolidas no final da década. Também as taxas de crescimento do número de alojamentos, quando comparadas com os espaços limítrofes, apresentam valores muito elevados, com a particularidade de se poderem identificar duas épocas de expansão: até aos anos de 1990 os alojamentos apareciam fundamentalmente em Vale Furado, Légua/Falca e Água de Madeiros, e a partir dessa data, quase apenas surgem, de forma quase exclusiva em Paredes da Vitória, Mina do Azeche e Pedra do Ouro.

Muitos dos problemas hoje em dia identificados ao nível dos edifícios e dos alojamentos tiveram origem ainda antes, quer do crescimento da população, quer da implementação dos planos, caso da edificação dos clandestinos em Vale Furado. Outros, apesar da existência já de planos em vigor, advêm daquilo a que normalmente se chamam de “direitos adquiridos” reclamados em tribunal, resultando em edificações que não cumprem os pressupostos legais existentes, de que são exemplo algumas construções em Paredes da Vitória ou na Pedra do Ouro.

São históricas as demolições das barracas clandestinas nos finais da década de 1980 na Polvoeira e Mijaretas. Ao todo, quase mil edificações clandestinas foram demolidas até 1988. Mas estas demolições foram a exceção que confirma a regra: mais nenhuma demolição no litoral foi feita desde então. Em alguns casos, localmente famosos e bem documentados, principalmente em Paredes da Vitória e em Vale Furado, apesar dos embargos e das sentenças dos tribunais, as edificações continuam de pé, são transacionadas no mercado imobiliário e até possuem água e eletricidade. As regras do urbanismo são constantemente quebradas sem que haja consequências para os prevaricadores.

O início da década de 1990 foi ainda marcado pelas ligações entre construtores e autarcas, ora porque foram feitas e autorizadas construções em zonas de risco, ora porque partilharam aspirações políticas nos momentos eleitorais¹⁵³. Mas estas ligações estenderam-se também aos técnicos, que por vezes executaram projetos concorrentes

¹⁵³ Na primeira metade da década de 1990, ficou famosa a afinidade entre um construtor e um dos vereadores da CMA, que acabaram por concorrer, nas listas do mesmo partido, à presidência da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia. Ambos saíram derrotados do ato eleitoral. Jornal de Pataias, 1993.

entre si, para a autarquia e para os particulares. Mas para além destes alegados conflitos de interesses, há ainda sentenças em tribunal, onde apesar das testemunhas, dos factos e das evidências, a Câmara tem perdido os processos e tem sido obrigada a permitir a edificação em faixas de risco, sempre ao abrigo dos “direitos adquiridos”. E há ainda os casos, que apesar da vigência do PDM e dos planos de urbanização elaborados, a Câmara acabou por permitir a ocupação de espaços destinados aos equipamentos, à densificação e excesso de volumetria das habitações ou à sua implantação em locais de REN ou faixas de risco.

Mas o não cumprimento dos planos e das suas diretrizes também têm as suas exceções. O POOC Alcobaça-Mafra, apesar de evidenciar alguma rigidez, lacunas e espartilhamentos no que se refere à sua articulação e implementação, acabou por se traduzir numa melhoria significativa nas condições de utilização balnear. O caso mais evidente é o de Paredes da Vitória, onde a execução do respetivo Plano de Praia se traduziu numa melhoria significativa quer do espaço, quer das condições de fruição da praia, mas também das arribas e áreas envolventes. Se a esta ação se juntarem as obras da ETAR (apesar de implantada em plena duna na praia) e respetiva rede de saneamento e de reabilitação/requalificação urbana, Paredes da Vitória foi transformada num local com todas as condições para uma excelente oferta balnear. A implementação dos restantes planos de praia previstos, quando concretizada, deixa antever uma melhoria significativa das condições balneares em toda esta faixa litoral. Fator determinante também para esta qualidade têm sido os bons resultados das análises das águas balneares, traduzidos na nomeação de algumas praias como “Praias Douradas” ou na existência do galardão “Bandeira Azul”.

Quadro 10 – Potencialidades e constrangimentos do litoral da freguesia de Pataias

Factores	Positivos	Negativos
Externos	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> -Implementação do POOC Alcobaça-Mafra e do PROT-OVT -Revisão do PDM de Alcobaça -Estrada Atlântica e ciclovia Nazaré/S. Pedro de Moel/ Figueira da Foz -Proximidade geográfica de Leiria, Marinha Grande, S. Pedro de Moel, Nazaré e saídas da A8 -Promoção de eventos desportivos em Pataias 	<ul style="list-style-type: none"> -Concorrência com S. Martinho do Porto -Não aprovação do projeto de Golfe do Camarçã -Subida do nível médio das águas do mar e tempestades de Inverno -Diminuição da areia nas praias
Internos	Pontos Fortes	Pontos Fracos
	<ul style="list-style-type: none"> -História -Requalificação urbana de Paredes da Vitória -Beleza natural e diversidade paisagística -Extensão e qualidade dos areais -Qualidade das águas balneares -Segurança e Tranquilidade -Aumento de população -Restauração -Parque de Campismo 	<ul style="list-style-type: none"> -Comércio -Instalações hoteleiras -Animação -Frequência de nevoeiros e vento (nortada) no Verão -Falta de estacionamento (no Verão) -Falta de ordenamento urbanístico e do território

Fonte: Adaptado de Raimundo, Santos e Neffe, 2011

É de salientar ainda que esta é uma faixa costeira onde as potencialidades existentes são superiores aos constrangimentos. Nestes, os maiores problemas estão relacionados com a gestão urbanística e o ordenamento do território, com uma vasta extensão do território com edificações em faixa de risco ou em que os critérios urbanísticos não foram cumpridos. Se estes problemas podem ser ultrapassados com uma ação mais determinada do Estado (quer através da autarquia, quer dos organismos centrais e dos tribunais), outros apresentam uma solução mais difícil, devido à sua componente abiótica (subida do mar, tempestades, vento e nevoeiros). Inegável é a existência de uma grande margem de progressão (e de investimento) em áreas relacionadas com o comércio, a animação, a hotelaria e o desporto-aventura, associados à preservação ambiental e paisagística da faixa costeira. A melhoria das acessibilidades (introduzida pela A8 e A17) e a proximidade de atrações turísticas (Nazaré, Alcobaça, Batalha, Fátima) ou de cidades emergentes (Leiria) podem atrair investimento e catapultar a área para níveis de desenvolvimento e de crescimento económico muito

interessantes, contribuindo para a diversificação do emprego e da economia, até agora sustentados pelas indústrias locais.

Mas não será fácil. A história e a sequência dos eventos têm deixado evidenciar a falta de estratégia de uma autarquia para a faixa costeira. Exemplos desta (in)ação são o pós-demolição das barracas, nos finais dos anos de 1980. Poderiam ter sido implementados os diversos planos então existentes, mas a clara falta de vontade política impediu-o. Mas não só. A falta de decisão e de uma tomada de posição firme, o deixar arrastar situações, os deferimentos tácitos, a apreciação meramente burocrática dos processos de licenciamento, sem que haja discussão sobre as opções urbanísticas ou arquitetónicas, traduzem-se na prática, na imposição da vontade individual dos requerentes em detrimento do interesse público, alegadamente representado pela autarquia. Aqui, o território tem sido desenhado por juristas e não por técnicos. Há, aparentemente, uma falta de coragem de tomar decisões que de alguma forma sejam contrárias aos desejos dos diferentes promotores e proprietários.

O litoral da freguesia de Pataias, apesar das suas potencialidades, é hoje uma amálgama de experiências, de circunstâncias históricas, de decisões judiciais, da falta de planeamento e ordenamento urbanístico e da inação da autarquia e do Estado. Atualmente não são a falta de planos que impedem um desenvolvimento harmonioso da paisagem e do território, mas antes, uma apreciação crítica dos mesmos, a falta de uma ideia estratégica de desenvolvimento, a imagem idealizada do que se quer para a faixa costeira e a vontade de executá-la. Estes factos têm produzido não só um espaço pobre em termos de qualidade ambiental, urbanística e arquitetónica como não têm sido capazes de travar essa mesma degradação.

A forma como se processou a evolução e ocupação urbana deste litoral, pequeno e desconhecido, não será substancialmente diferente do que se passou no resto do país, onde outros atores, em áreas muito mais apetecíveis e com interesses económicos muito superiores têm exercido uma pressão exacerbada sobre o litoral, que coloca em causa a sua própria sustentabilidade ambiental, mas também social e económica.

BIBLIOGRAFIA

- AAP – ATELIER DE ARQUITECTURA E PLANEAMENTO. (1983). *Estudo de ordenamento da faixa litoral a sul de Paredes da Vitória, concelho de Alcobaça*. Câmara Municipal de Alcobaça (policopiado). 27 pp.
- ALÃO, M.B. (2001). Antiguidade da sagrada imagem de Nossa Senhora da Nazaré. Edição de Pedro Pentead. Edições Colibri/ Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, Lisboa, 194 pp.
- ALBERGARIA, C.A.S. (2006). *Um olhar crítico sobre o conceito e a prática da Reserva Ecológica Nacional*. Tese de mestrado em Engenharia do Ambiente – ramo Geoambiente. Faculdade de Engenharia – Universidade do Porto, Porto, 129 pp.
- ALVEIRINHO DIAS, J.M. (1993). Estudo de avaliação da situação ambiental e proposta de medidas de salvaguarda para a faixa costeira portuguesa (geologia costeira). Liga para a Protecção da Natureza. s.l..pp.137
- ALVEIRINHO DIAS, POLETTE, M., CARMO, J.A. (2008). A ocupação e exploração do Litoral. Reflexões para um desenvolvimento sustentável. *Revista de Gestão Costeira Integrada* 8(1):5-7
- ANDRÉ, J.N. et al. (2009). Características geomorfológicas e interpretação da evolução do campo dunar eólico na zona costeira entre a Figueira da Foz e a Nazaré, *Publicações da Associação Portuguesa de Geomorfólogos*, Volume VI, APGEOM, Braga, p. 39-44.
- APA – AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE. (2012). *Plano de ação de proteção e valorização do litoral 2012-2015*. APA/MAMOT, Lisboa, 88 pp.
- ARALA PINTO, A. (1938). *O pinhal o rei. Subsídios I*. (policopiado).
- ARALA PINTO, A. (1939). *O pinhal do rei. Subsídios II*. (policopiado).
- ARH TEJO. (2009a). Tágides – Estratégia para protecção e valorização do litoral. Tágides, 2. ARH Tejo/MAOTDR.
- ARH TEJO. (2009b). Tágides – Os Planos de Ordenamento da Orla Costeira: balanços e reflexões. Tágides, 5. ARH Tejo/MAOT

- ARH TEJO. (2011). *Avaliação dos POOC da área de jurisdição da ARH do Tejo, I.P.. Definição de objetivos e conteúdos para a sua revisão – Análise e avaliação da implementação das acções preconizadas nos Planos de Praia*. ARH Tejo, Lisboa, 67 pp.
- ARH TEJO. (2012a). *Praia de Água de Madeiros: Perfil de Água Balnear*. ARH Tejo/MAMAOT/APA, Lisboa, 7pp.
- ARH TEJO. (2012b). *Praia da Légua: Perfil de Água Balnear*. ARH Tejo/MAMAOT/APA, Lisboa, 7pp.
- ARH TEJO. (2012c). *Praia de Paredes da Vitória: Perfil de Água Balnear*. ARH Tejo/MAMAOT/APA, Lisboa, 7pp.
- ARH TEJO. (2012d). *Praia da Pedra do Ouro: Perfil de Água Balnear*. ARH Tejo/MAMAOT/APA, Lisboa
- ARH TEJO. (2012e). *Praia da Polvoeira: Perfil de Água Balnear*. ARH Tejo/MAMAOT/APA, Lisboa
- BORGES, P., LAMEIRAS, G., CALADO, H. (2009). A erosão costeira como factor condicionante da sustentabilidade. *Actas do 1º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde/ 15º Congresso APDR*, 66-75, Unipiaget, Cidade da Praia.
- CAMPOS, I. (2008). *Leonor Teles, uma mulher de poder?* Tese de mestrado em História Medieval de Portugal. Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa, Lisboa. 259 pp.
- CCDRLVT (2006), *Ocupação das Faixas de Risco e áreas do Domínio Hídrico sob Jurisdição da CCDR-LVT na área de Intervenção do POOC Alcobaça – Mafra – Nota Técnica*, MAOTDR/CCDRLVT, Lisboa, 13 p.
- COMISSÃO EUROPEIA. (1999). *Lessons from the European Commission's Demonstration Programme on Integrated Coastal Zone Management, 1997-1999*.
- CONFÉRENCE DES RÉGIONS PÉRIPHÉRIQUES MARITIMES. (1981). *Charte européenne du littoral*. Conférence des Régions Périphériques Maritimes de la CEE.

- COUSEIRO, ou memórias do bispado de Leiria. (2011). Transcrição da edição de 1898. Textiverso. LEiria. 464 pp.
- DELGADO, L. (2001). *A pressão humana no litoral português. Análise ambiental. Estudo dos casos de Pedrógão e Praia da Vieira*. Tese de mestrado em Geografia - Ordenamento do Território e Desenvolvimento. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra. 313 pp.
- DGOTDU/MAOTDR (2007). *Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território - Relatório*. 149 pp.
- DGOTDU. (2008). *Proposta de projecto de decreto regulamentar que estabelece conceitos técnicos a utilizar nos instrumentos de gestão territorial – documento final*. DGOTDU, Lisboa, 94 pp.
- EEA. (2006a). *Degradação contínua das costas ameaça níveis de vida europeus*. EEA Briefing nº3/2006. Agência Europeia do Ambiente, Copenhagen. 4 pp.
- EEA. (2006b). *The changing faces of Europe's coastal areas*. EEA Report nº6/2006, Copenhagen: European Environmental Agency, 112 pp.
- FIGUEIREDO, L. (2009). *Factores de (in)sustentabilidade das zonas costeiras: o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Alcobaça-Mafra*. Tese de mestrado em Gestão do Território – Planeamento e Ordenamento do Território. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 197pp.
- FONSECA, L. (2007). A saga do litoral português (ou só mais um capítulo do infortúnio lusitano). *Revista de Gestão Costeira Integrada* 7(1):5-16
- FORTUNATO, A.B. et al (2008). Dinâmica Fisiográfica da Orla Costeira: Estudos de Reabilitação e Protecção. *Revista da Gestão Costeira Integrada* 8(1):45-63
- FREITAS, J.G. (2007). O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado. *Revista da Gestão Costeira Integrada* 7(2): 105-115
- FREITAS, J.G. (2009). Episodes of coastal erosion in the second half of the XIX century and it's relation with the development of the coast for bathing use - the cases of Espinho, Nazaré and Ericeira. *Journal of Coastal Research*, Special Issue56, p.622-626

- FREITAS, J.G. (2010). *O litoral português na época contemporânea: representações, práticas e consequências. Os casos de Espinho e do Algarve (c. 1851 a c. de 1990)*. Tese de doutoramento em História, especialidade de História Contemporânea. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 421pp.
- GARRIDO, D. e COSTA, R. (1996). *Dicionário breve de Geografia*. Editorial Presença, Lisboa, 239pp.
- GRÉMIO DO COMÉRCIO DO CONCELHO DE ALCobaça. (1968). *Plano de estudo para importante empreendimento turístico, que poderoso grupo financeiro internacional se propõe promover na praia das Paredes da Vitória (Pataias), no concelho de Alcobaça*. Alcobaça. 8pp.
- GODINHO, M.M. e SOARES, A.F. (1978), Sobre a ocorrência de copiapite na orla meso-cenozóica ocidental de Portugal, *Ciências da Terra (UNL)*, N°4, Lisboa, pp. 179-190
- GOMES, F.V. (2007), A Gestão da Zona Costeira Portuguesa, *Revista da Gestão Costeira Integrada* 7(2), pp.83-95
- INÁCIO, T. (2012). *Mina do Azeche, património à beira-mar esquecido*. Edição de autor, Pataias. 105 pp.
- INAG. (2006). *Execução da recomendação sobre gestão integrada da zona costeira em Portugal – relatório de progresso*. INAG-MAOTDR, Lisboa, 146 pp.
- INAG. (2009a). *Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira*. INAG, Lisboa.
- INAG. (2009b). *Plano de acção para o litoral 2007-2013 – Ponto de situação 31 de Agosto de 2009*. (policopiado).
- INE. (s.d.a). *X Recenseamento Geral da População – 1960. Resultados provisórios*. INE, Lisboa.
- INE. (s.d.b). *11º Recenseamento da População, 1º Recenseamento da Habitação – 1970. População e alojamentos por lugares*. INE, Lisboa.
- INE. (1952). *IX Recenseamento Geral da População – 1950*. Tomo I. INE, Lisboa.
- INE. (1964a). *X Recenseamento Geral da População – 1960*. Tomo I, Vol. 2. INE, Lisboa.

- INE. (1964b). *X Recenseamento Geral da População – 1960*. Tomo II. INE, Lisboa.
- INE. (1982). *XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação – 1981. Resultados provisórios – distrito de LEiria*. INE, Lisboa.
- INE. (1983). *XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação – 1981. Resultados definitivos – distrito de LEiria*. INE, Lisboa.
- INE. (1992). *Censos 91: Resultados provisórios – Lisboa e Vale do Tejo*. INE, Lisboa.
- INE. (2001). *Censos 2001: XIV Recenseamento Geral da População, IV Recenseamento Geral da Habitação – Resultados preliminares, região Centro*. INE, Lisboa.
- INE. (2001). *Censos 2001: Resultados definitivos. Região Centro*. INE, Lisboa.
- INE. (2011). *Censos 2011: XV Recenseamento Geral da População, V Recenseamento Geral da Habitação – Resultados provisórios*. INE, Lisboa
- KULLBERG, J.C. e tal (2006), *A Bacia Lusitaniana: Estratigrafia, Paleogeografia e Tectónica* in *Geologia de Portugal no contexto da Ibéria*, Univ. Évora, pp. 317-368
- LEITE, N. (2008). *Turismo e território: um estudo sobre a turistificação de Portimão (Algarve/Portugal) a partir da Geografia do Turismo*. Tese de mestrado em Geografia – Urbanização e Ordenamento do Território. Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 170 pp.
- LOPES, R. (2010). *Transformação do uso de solo urbano em áreas litorais do continente*. Tese de Mestrado em Planeamento do Território – Ordenamento da Cidade. Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro, Aveiro. 117 pp.
- MACHADO, H. (2000). A construção social da praia. *Sociedade e Cultura I, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia*, vol.13 (1), pp.201-218
- MAOTDR. (2006). *Bases para a Estratégia Nacional da Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional – Versão para discussão pública*. MAOTDR, Lisboa
- MAOTDR. (2007). *Bases para a Estratégia Nacional da Gestão Integrada das Zonas Costeiras*. MAOTDR, Lisboa.
- MARQUES, M. (1994). *Por terras dos antigos coutos de Alcobaça*. Edição de autor. Alcobaça. 233 pp.

- MARTINS, J. (1964). *Plano de arruamentos da Praia da Vitória, Alcobaça – memória descritiva*. Câmara Municipal de Alcobaça (policopiado). 4 pp.
- MARTINS, J. (1965). *Plano de arruamentos da Praia da Vitória – Aditamento*. Câmara Municipal de Alcobaça (policopiado). 1 pp.
- MATOS, F. (1987). Mercado habitacional e habitação clandestina. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. I Série, Vol. 03, Porto, p.257 a 260.
- MATOS, F. (1989). Breve análise da construção clandestina – o caso do concelho de Vila Nova de Gaia. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*. I Série, Vol.V, Porto, p.61 a 81.
- MAURÍCIO, M. (2005, Julho). Círio de Nossa Senhora da Vitória: cinco séculos de culto. *Nazaré Informa – revista de informação municipal*. 2 : 5-10
- MEDEIROS, C. (coord.). (2005). *Geografia de Portugal*. 4 Vols., Círculo de Leitores, Rio de Mouro.
- MENDES, L. (2008). Urbanização clandestina e fragmentação sócio-espacial urbana contemporânea: o bairro da Cova da Moura na periferia de Lisboa. *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, Universidade do Porto, II Série, vol.II, pp.57-82
- MOURÃO, J. (1997). *O sector litoral de S. Pedro de Moel. Desenvolvimento sustentável do turismo: recursos e potencialidades para o ecoturismo*. Tese de mestrado em Geografia – Gestão do Território. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. 299 pp.
- NATIVIDADE, M.V. (1960). *Mosteiro e coutos de Alcobaça*. Alcobaça.
- ORTIGÃO, Ramalho (1876). *As praias de Portugal*. Magalhães e Moniz Editores, Porto.
- PAIS, J., CUNHA, P.P. & LEGOINHA, P. (2010). Litostratigrafia do Cenozóico de Portugal. In Neiva, J. M. C., Ribeiro, A., Victor, L. M., Noronha, F. & Ramalho, M. (edit.) - *Ciências Geológicas: Ensino e Investigação*. Vol. I: 365-376
- PEREIRA, M. (2003). Os Próximos Desafios do Planeamento Municipal. *GeoINova – Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional* , n.º 7, pp. 179-199.

- PINTO, P. (2008). *Sistema de apoio à gestão das zonas costeiras – aplicação de um modelo para simulação do crescimento urbano no trecho Ovar-Mira*. Tese de mestrado em Ciência e Sistemas de Informação Geográfica. Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 96 pp.
- PINTO, P. et al (2009). Urban growth on coastal erosion vulnerable stretches. *Journal of Coastal Research*, Special issue 56, pp.1567-1571.
- PRJ – PROJECTAR. (1977). *Plano de urbanização das praias – memória descritiva*. Câmara Municipal de Alcobaça (policopiado). 19 pp.
- PRJ – PROJECTAR. (1981). *Plano de pormenor de “Água de Madeiros” – memória descritiva*. Câmara Municipal de Alcobaça (policopiado). 11 pp.
- PRJ – PROJECTAR. (1982). *Plano de pormenor da Polvoeira – memória descritiva*. Câmara Municipal de Alcobaça (policopiado). 11 pp.
- RAIMUNDO, A., SANTOS, P. e NEFFE, S. (2011). *Paredes da Vitória, a percepção e alteração dos usos da praia (pelos seus habitantes e utilizadores)*. Trabalho no âmbito da disciplina de "Ordenamento e Gestão da Zona Costeira" do mestrado em Gestão do Território, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. 38 pp.
- RAMOS-PEREIRA, A. (2008). Sistemas litorais: dinâmicas e ordenamento. *Finisterra*, XLIII, 86, pp. 5-29
- ROCA, M.N., LEITÃO, N. (2008). Segundas residências em meio rural: o caso da região oeste, Portugal. *Actas do XI Colóquio Ibérico de Geografia*, 1 a 4 de Outubro, Alcalà de Henares
- ROCA, M.N. et al. (2012). Second home tourism in the Oeste region, Portugal: features and impacts. *European Journal of Tourism, Hospitality and Recreation*, Volume 3, Issue 2, pp. 35-55.
- SANTOS, P. (2010). *Roteiro Geológico, Histórico e Geográfico do litoral da freguesia de Pataias*. Trabalho no âmbito da ação de formação “Histórica geológica e geologia na história: roteiros geológicos”, Centro de Formação das escolas dos concelhos de Alcobaça e Nazaré. 41 pp.

- SILVA, J.B.A. (1815). *Memória sobre a necessidade e utilidades do plantio de novos bosques em Portugal*. Typographia da Academia Real das Sciencias, Lisboa, 187 pp.
- SILVA, C.M. (coord.) (2001). *Roteiro cultural da região de Alcobaça – a Oeste da Serra dos Candeeiros*. Câmara Municipal de Alcobaça. Alcobaça. 395 pp.
- SILVA, C.P. (2002). *Gestão litoral. Integração de estudos de percepção da paisagem e imagens digitais na definição da capacidade de carga de praias - o troço litoral S. Torpes - Ilha do Pessegueiro*. Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Regional e novas tecnologias em Geografia. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa. 361 pp.
- SOARES, L.B. (1985). Urbanização clandestina na Área Metropolitana de Lisboa, *Sociedade e Território*, 1 (3).
- SOEIRO DE BRITO, R. (coord.). (1994). Portugal perfil geográfico. Referência/Editorial Estampa, Lisboa.
- VAZ, B. (2008). *Contributos para a avaliação e gestão de praias: a importância da percepção dos seus utilizadores*. Tese de mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa. 153 pp.
- WORLD BANK. (1994). *Coastal Zone Management and Environmental Assessment*, World Bank. Washington DC.

REFERÊNCIAS NA INTERNET

Artigos e textos

- AECOPS. (2007). *Ordenamento da costa conta com 35 milhões em 2007*. Acedido em 18 de maio de 2011 em:
http://prewww.aecops.pt/pls/daecops3/pnews.build_page?text=20622640
- ALVEIRINHO DIAS, J.M. et al. (2005). Estudo Sintético de Diagnóstico da Geomorfologia e da Dinâmica Sedimentar dos Troços Costeiros entre Espinho e Nazaré. Edição electrónica: <http://w3.ualg.pt/~jdias/JAD/ebooks>.

- ALVEIRINHO DIAS, J.M., FERREIRA, O. (2009). Nota pública sobre a derrocada na praia Maria Luisa de 21 de Agosto de 2009, acedido em 11 de Março de 2011 em:
http://www.arhalgarve.pt/site/parameters/arhalgarve/files/File/upload/R_H_Litoral/Nota_Publica_da_Universidade_do_Algarve.pdf
- AZEREDO, A. (s.d.), *Corte Geológico de Água de Madeiros* in Geo-Sítios – Inventário de Sítios com Interesse Geológico, LNEG, e-Geo Sistema Nacional de Informação Científica. Acedido a 22 de maio de 2010 em: <http://e-geo.ineti.pt/bds/geositios/geositios.aspx>
- CORRÊA, R. (1995). *O espaço urbano*. Acedido a 3 de maio de 2012 em:
<http://www.uft.edu.br/palmasemfoco/artigos/02.pdf>
- CUNHA, P., PAIS, J. e LEGOINHA, P. (2009). Evolução geológica de Portugal continental durante o Cenozóico - sedimentação aluvial e marinha numa margem continental passiva (Ibéria ocidental), *6º Simposio sobre el Margen Ibérico Atlántico* MIA09 1-5 de diciembre de 2009 Oviedo. Acedido a 25 de maio de 2010 em: <http://dspace.fct.unl.pt/dspace/bitstream/10362/2351/3/Mia09-PCunha%20et%20al.pdf>
- DIAS, FERREIRA e PEREIRA (1994), *Estudo Sintético de Diagnóstico da Geomorfologia e da Dinâmica Sedimentar dos Troços Costeiros entre Espinho e Nazaré*, Edição electrónica (2005) acedida em 23 de maio de 2005 em:
<http://w3.ualg.pt/~jdias/JAD/ebooks>
- DUARTE, L.V. e SOARES A.F. (2002), *Listostratigrafia das séries margo-calcárias do Jurássico Inferior da Bacia Lusitânica (Portugal)*, Comunicações do Instituto Geológico e Mineiro, Ministério da Indústria e Energia, Secretaria de Estado da Indústria, Instituto Geológico e Mineiro, Lisboa, t.89, pp. 135-154. Acedido em 17 de Junho de 2010 em:
http://oficinaexperimental.wikispaces.com/file/view/Litostratigrafia_Lias_bacia_lusitaniana.pdf
- GERALDES, H. (2011). *Mais de 90 por cento das praias portuguesas têm uma excelente qualidade da água*. Acedido em 1 de junho de 2006 em:
<http://ecosfera.publico.pt/noticia.aspx?id=1496931>

- GOMES, F. V. (1998). Ordenamento e protecção do litoral. *Actas do 4º Congresso da Água*. Acedido em 3 de março de 2011 em:
<http://www.aprh.pt/congressoagua98/files/com/c31.pdf>
- LOPES, A.M. (2009). As ferramentas de informação no planeamento e gestão do litoral. *Sessão de debate sobre os POOC da área territorial da ARH Tejo, I.P.*, Lisboa, 11 de setembro de 2009. Acedido em 2 de dezembro de 2011 em:
http://www.arhtejo.pt/c/document_library/get_file?p_l_id=21210&folderId=151519&name=DLFE-6950.pdf
- MOREIRA Jr., E. (2005). *Zona costeira em Portugal – uma reflexão crítica*. Acedido a 26 de outubro de 2011 em: http://www.fc.up.pt/pessoas/ptsantos/azc-docs/Moreira-Zona_costeira_Portugal_litoral_2005.pdf
- Plano de Acção para o litoral 2008-2013 – Ponto de situação 31 de agosto de 2009*. (2009). Acedido em 18 de maio de 2011 em: http://edbl.drapc.min-agricultura.pt/base/documentos/plano_accao_litoral.pdf
- TAVARES, A.O., DUARTE, L.V., DUARTE, C. (2010). Avaliação da susceptibilidade a movimentos de massa nas arribas costeiras entre S. Pedro de Moel e a Praia da Polvoeira. VIII Congresso Nacional de Geologia. *e-Terra, Revista Electrónica de Ciências da Terra*, vol.9(6). Acedido a 30 de julho de 2010 em:
<http://metododirecto.pt/CNG2010/index.php/vol/article/viewFile/189/205>
- TINTA FRESCA. (2007). *Requalificação urbana de Paredes da Vitória dá primeiros passos*. Acedido em 18 de maio de 2001 em:
<http://www.tintafresca.net/News/newsdetail.aspx?news=ed4d5813-9f59-4d7d-8d01-f2784be778ed&edition=76>
- TINTA FRESCA. (2010). *1.ª fase da Obra de Requalificação de Paredes da Vitória inaugurada no dia 20 de Agosto*. Acedido em 18 de maio de 2011 em:
<http://www.tintafresca.net/News/newsdetail.aspx?news=11a740bd-6404-4c46-b2af-6e558bf8f7ba&edition=118>

Sítios na internet

<http://62.48.187.122/destaques.aspx> sítio do *SIARL - Sistema de Administração do Recurso Litoral*

<http://dre.pt> sítio do *Diário da República Eletrónico*

<http://sapinhogelasio.blogspot.com> blogue relativo à freguesia de Pataias

<http://www.abae.pt> sítio da *Associação Bandeira Azul da Europa*

<http://www.afn.min-agricultura.pt> sítio da *Autoridade Florestal Nacional*

<http://www.arhtejo.pt> sítio da *Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.*

<http://www.atlanticovillage.com> sítio promocional de empreendimento urbanístico no lugar de Pedra do Ouro

<http://www.cidadessustentaveis.info/> sítio de divulgação do *Agenda 21 Local - Portugal*

<http://www.cm-alcobaca.pt> sítio da *Câmara Municipal de Alcobaça*

<http://www.dgotdu.pt> sítio da *Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano*

<http://www.drapc.min-agricultura.pt> sítio da *Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro*

http://www.geota.pt/coastwatch/cw_portugal/index.html sítio oficial do *Coastwatch Portugal*

<http://www.igeo.pt> sítio do *Instituto Geográfico Português, I.P.*

<http://www.inag.pt> sítio do *Instituto da Água, I.P.*

<http://www.ine.pt> sítio do *Instituto Nacional de Estatística I.P.*

<http://www.inr.pt> sítio do *Instituto Nacional para a Reabilitação I.P.*

<http://www.jornaldealcobaca.makewise.pt> sítio do jornal digital *Jornal de Alcobaça*

<http://www.municipio-portodemos.pt> sítio da *Câmara Municipal de Porto de Mós*

<http://www.paredesdavitoria.com> sítio de promoção da praia de Paredes da Vitória

<http://www.tintafresca.net> sítio do jornal digital regional “*Tinta Fresca – jornal de arte, cultura e cidadania*”

IMPrensa

A Voz da Paróquia, edições nº1 de janeiro de 1953 a nº96 de dezembro de 1961; nº121 de janeiro-abril de 1971

Jornal de Pataias, edições nº1 de fevereiro de 1981 a nº 301/302 de maio/junho de 2007

Pataias à Letra, edições nº1 de novembro de 2009 a nº33 de junho de 2012

Região de Cister, edições nº756 de 14/02/2008 a nº986 de 12/07/2012

OUTRA DOCUMENTAÇÃO

Livro de Atas da Assembleia de Freguesia de Pataias (1977-1985)

Livro de Atas da Assembleia de Freguesia de Pataias (1985-1988)

Livro de Atas da Assembleia de Freguesia de Pataias (1989-1996)

Livro de Atas da Assembleia de Freguesia de Pataias (1996-1998)

Livro de Atas da Assembleia de Freguesia de Pataias (1998-2002)

Livro de Atas da Assembleia de Freguesia de Pataias (2002-2008)

Livro de Atas da Assembleia de Freguesia de Pataias (2009-2010)

Livro de Atas da Junta de Freguesia de Pataias (1971-1974)

Livro de Atas da Junta de Freguesia de Pataias (1974-1976)

Livro de Atas da Junta de Freguesia de Pataias (1980-1985)

Livro de Atas da Junta de Freguesia de Pataias (1985-1990)

Livro de Atas da Junta de Freguesia de Pataias (1990-1992)

Livro de Atas da Junta de Freguesia de Pataias (1992-1994)

Livro de Atas da Junta de Freguesia de Pataias (1995-1997)

Livro de Atas da Junta de Freguesia de Pataias (1997-2002)

Livro de Atas da Junta de Freguesia de Pataias (2002-2004)

Livro de Atas da Junta de Freguesia de Pataias (2004-2009)

Livro de Atas da Junta de Freguesia de Pataias (2009-2011)

LEGISLAÇÃO (por ordem cronológica)

DECRETO nº3264 de 27 de julho de 1917. *Diário do Governo nº123/17 – I Série.* Ministério do Fomento. (inclui no regime florestal parcial as Alvas da freguesia de Pataias).

DECRETO nº8714 de 14 de março de 1923. *Diário do Governo nº53/23 – I Série.* Ministério do Comércio e Comunicações. (Classificação de localidades como estâncias de praias).

LEI nº1489 de 8 de novembro de 1923. *Diário do Governo nº273/23 – I Série.* Ministério do Interior. (Concede à Câmara Municipal da Marinha Grande terreno para alargamento da povoação de Vieira de Leiria).

LEI nº1490 de 8 de novembro de 1923. *Diário do Governo nº273/23 – I Série.* Ministério do Interior. (Concede à Câmara Municipal da Marinha Grande terreno para alargamento da povoação de S. Pedro de Moel).

DECRETO nº12822 de 15 de dezembro de 1926. *Diário do Governo nº280/26 – I Série.* Ministério da Marinha. (Classifica as praias do continente).

LEI nº1971 de 15 de junho de 1938. *Diário do Governo nº136/38 – I Série.* Ministério da Agricultura. (Estabelece as bases do povoamento florestal).

DECRETO-LEI nº33921 de 5 de setembro de 1944. *Diário do Governo nº197/44 – I Série.* Ministério das Obras Públicas e Comunicações. (Obrigatoriedade de promover levantamentos topográficos e à elaboração de planos gerais de urbanização).

DECRETO-LEI nº35931 de 4 de novembro de 1946. *Diário do Governo nº250/46 – I Série.* Ministério das Obras Públicas e Comunicações. (Obrigatoriedade de respeitar os antepelos de urbanização nas zonas por eles abrangidas).

DECRETO-LEI nº36725 de 12 de janeiro de 1948. *Diário do Governo nº9/48 – I Série.* Ministério das Finanças. (Atualiza a classificação das praias).

LEI nº2037 de 19 de agosto de 1949. *Diário do Governo nº184/49 – I Série.* Presidência da República. (Aprova o estatuto das Estradas Nacionais).

- DECRETO-LEI nº40718 de 2 de agosto de 1956. *Diário do Governo nº163/56 – I Série*.
Ministério das Finanças. (Desafeta do DPM parte da ilha do Ancão, Faro).
- DECRETO-LEI nº46401 de 21 de junho de 1965. *Diário do Governo nº135/65 – I Série*.
Ministério da Economia. (Exclui do regime florestal parcial duas parcelas de terreno da Alva da Senhora da Vitória e da Alva da Mina do Azeche).
- DECRETO-LEI nº46673 de 29 de novembro de 1965. *Diário do Governo nº271/65 – I Série*.
Ministério do Interior e das Obras Públicas. (Regulamenta os loteamentos urbanos).
- DECRETO-LEI nº48488 de 18 de julho de 1968. *Diário do Governo nº 169/68 – I Série*.
Ministério da Marinha. (Altera a classificação das praias).
- DECRETO-LEI nº48784 de 21 de dezembro de 1968. *Diário do Governo nº300/68 – I Série*.
Ministérios das Finanças, da Marinha e das Obras Públicas. (Estabelece a desafetação de terrenos em DPM).
- DECRETO-LEI nº49215 de 30 de agosto de 1969. *Diário do Governo nº203/69 – I Série*.
Ministério das Obras Públicas. (Arrendamento de terrenos em DPM).
- DECRETO-LEI nº166/70 de 15 de abril. *Diário do Governo nº88/70 – I Série*.
Ministério do Interior e das Obras Públicas. (Licenciamento municipal de obras particulares).
- PORTARIA nº513/70 de 14 de Outubro. *Diário do Governo nº 238/70 – I Série*.
Ministério da Marinha. (Classifica as praias do continente).
- DECRETO-LEI nº576/70 de 24 de novembro. *Diário do Governo nº273/70 – I Série*.
Presidência do Conselho. (Política de solos tendente a diminuir o custo dos terrenos de construção).
- DECRETO-LEI nº468/71 de 5 de novembro. *Diário do Governo nº260/71 – I Série*.
Ministérios da Marinha e das Obras Públicas. (Atualiza o regime jurídico dos terrenos do DPM).
- DECRETO-LEI nº289/73 de 6 de junho. *Diário do Governo nº133/73 – I Série*.
Ministério das Obras Públicas. (Regula a intervenção das autoridades administrativas nas operações de loteamento).

DECRETO-LEI nº794/76 de 5 de novembro. *Diário da República nº259/76 – I Série*.
Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção. (Política de solos).

DECRETO-LEI nº152/82 de 3 de maio. *Diário da República nº101/82 – I Série*.
Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes. (Criação de áreas de desenvolvimento urbano prioritário e de construção prioritária).

PORTARIA nº989/82 de 21 de outubro. *Diário da República nº244/82 – I Série*.
Ministérios da Qualidade de Vida, Administração Interna e Habitação, Obras Públicas e Transportes. (Conteúdo técnico dos PDM's).

DECRETO-LEI nº210/83 de 23 de maio. *Diário da República nº118/83 – I Série*.
Ministérios da Qualidade de Vida, das Finanças e do Plano, da Administração Interna, da Agricultura, Comércio e Pescas e da Habitação, Obras Públicas e Transportes. (Modifica as áreas de desenvolvimento urbano prioritário e de construção prioritária).

DECRETO-LEI nº208/82 de 26 de maio. *Diário da República nº119/82 – I Série*.
Ministérios da Qualidade de Vida, da Administração Interna e da Habitação, Obras Públicas e Transportes. (Define o quadro regulamentar dos PDM's).

DECRETO REGULAMENTAR nº91/82 de 29 de novembro. *Diário da República nº276/82 – I Série*. Presidência do Conselho de Ministros, Ministérios da Qualidade de Vida, da Administração Interna e da Habitação, Obras Públicas e Transportes. (Define o processo de elaboração dos PDM's).

DECRETO-LEI nº 321/83 de 5 de julho. *Diário da República nº152/83 – I Série*.
Ministério da Qualidade de Vida. (Cria a REN).

DECRETO-LEI nº400/84 de 31 de dezembro. *Diário da República nº301/84 – I Série*.
Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e do Plano.
(Regime jurídico das operações de loteamento urbano).

LEI nº11/87 de 7 de abril. *Diário da República nº81/87 – I Série*. Assembleia da República. (Lei de Bases do Ambiente)

DECRETO-LEI nº69/90 de 2 de março. *Diário da República nº51/90 – I Série*.
Ministério do Planeamento e da Administração do Território. (Regime jurídico dos PMOT's).

- DECRETO-LEI nº93/90 de 19 de março. *Diário da República* nº65/90 – I Série. Ministério do Planeamento e da Administração do Território. (Revê a Reserva Ecológica Nacional).
- DECRETO-LEI nº302/90 de 26 de setembro. *Diário da República* nº223/90 – I Série. Ministério do Planeamento e Administração do Território. (Diploma da gestão urbanística do litoral).
- DECRETO-LEI nº201/92 de 29 de setembro. *Diário da República* nº225/92 – I-A Série. Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais. (Definição das áreas de jurisdição da Direcção-Geral dos Portos e da Direcção-Geral dos Recursos Naturais).
- DECLARAÇÃO 2-4-92 de 30 de junho de 1992. *Diário da República* nº148/92 – Suplemento, II Série. Direcção Geral do Ordenamento do Território. (Plano de Pormenor da Quinta das Freiras, Alcobaça).
- DECLARAÇÃO 29-6-92 de 22 de setembro de 1992. *Diário da República* nº219/92 – Suplemento, II Série. Direcção Geral do Ordenamento do Território. (Plano de Pormenor da zona industrial do Casal da Areia, Alcobaça).
- DECRETO-LEI nº309/93 de 2 de setembro. *Diário da República* nº206/93 – I Série. Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais. (Planos de Ordenamento da Orla Costeira).
- DECRETO Regulamentar nº32/93 de 15 de outubro. *Diário da República* nº242/93 – I-B Série. Ministério do Planeamento e da Administração do Território. (Regulamento da Faixa Costeira Alcobaça-Caldas da Rainha).
- PORTARIA nº1255/93 de 9 de Dezembro. *Diário da República* nº286/93 – I-B Série. Ministério do Planeamento e da Administração do Território. (Plano de Pormenor da Quinta da Cova da Onça, Alcobaça).
- DECRETO-LEI nº44/94 de 22 de fevereiro. *Diário da República* nº44/94 – I-A Série. Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais. (Estabelece o licenciamento da utilização do DPH sob jurisdição do INAG).
- DECRETO-LEI nº218/94 de 20 de agosto. *Diário da República* nº192/94 – I-A Série. Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais. (Regulamenta a elaboração dos POOC's).

DECRETO-LEI nº151/95 de 24 de junho. *Diário da República nº144/95 – I-A Série*. Ministério do Planeamento e da Administração do Território. (Regime jurídico dos PEOT's).

LEI nº91/95 de 2 de setembro. *Diário da República nº203/95 – I-A Série*. Assembleia da República. (Reconversão das AUGI – Áreas Urbanas de Génese Ilegal).

DECRETO-LEI nº290/95 de 10 de novembro. *Diário da República nº260/95 – I-A Série*. Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais. (Regulamentação da atividade balnear e dos editais de praia).

PORTARIA nº767/96 de 30 de dezembro. *Diário da República nº301/96 – I-B Série*. Ministérios do Equipamento, Planeamento e Administração do Território e Ambiente. (Normas técnicas para elaboração dos POOC's).

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS nº177/97 de 25 de outubro. *Diário da República nº248/97 – I-B Série*. Presidência do Conselho de Ministros. (Plano Director Municipal de Alcobaça)

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS nº86/98 de 10 de julho. *Diário da República nº157/98 – I-B Série*. Presidência do Conselho de Ministros. (Linhas de orientação relativas à estratégia para a orla costeira portuguesa).

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS nº93/98 de 14 de julho. *Diário da República nº160/98 – I-B Série*. Presidência do Conselho de Ministros. (Plano de Pormenor do quarteirão entre a rua Joaquim Martins de Lemos e a rua de José Venceslau de Oliveira em S. Martinho do Porto, Alcobaça).

LEI nº48/98 de 11 de agosto. *Diário da República nº184/98 – I-A Série*. Assembleia da República. (LBPOTU – Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e do Urbanismo).

DECRETO-LEI nº380/99 de 22 de setembro. *Diário da República nº222/99 – I-A Série*. Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território. (RJIGT – Regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial).

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS nº132/99 de 29 de outubro. *Diário da República nº253/99 – I-B Série*. Presidência do Conselho de Ministros. (Plano de Pormenor da zona marginal e da baía de S. Martinho do Porto, Alcobaça)

- DECRETO-LEI nº555/99 de 16 de Dezembro. *Diário da República* nº291/99 – I-A Série. Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território. (RJUE – Regime jurídico da Urbanização e edificação).
- DECRETO REGULAMENTAR nº18/2001 de 7 de Dezembro. *Diário da República* nº283/2001 – I-B Série. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. (Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo).
- RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS nº11/2002 de 17 de janeiro. *Diário da República* nº14/2002 – I-B Série. Presidência do Conselho de Ministros. (Plano de Ordenamento da Orla Costeira Alcobaça-Mafra).
- DECRETO REGULAMENTAR nº23/2002 de 3 de abril. *Diário da República* nº78/2002 – I-B Série. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. (Plano de Bacia Hidrográfica do Lis)
- DECRETO REGULAMENTAR nº26/2002 de 5 de abril. *Diário da República* nº80/2002 – I-B Série. Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território. (Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste).
- LEI nº16/2003 de 4 de junho. *Diário da República* nº129/2003 – I-A Série. Assembleia da República. (Regime jurídico dos terrenos do DPH).
- LEI nº54/2005 de 15 de novembro. *Diário da República* nº219/2005. – I-A Série. Assembleia da República. (Titularidade dos recursos hídricos).
- DECRETO REGULAMENTAR nº14/2006 de 17 de outubro. *Diário da República* nº200/2006 – I Série. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. (Plano Regional de Ordenamento Florestal do Oeste).
- LEI nº54/2007 de 31 de agosto. *Diário da República* nº168/2007 – I Série. Assembleia da República. (1ª alteração à LBPOTU).
- LEI nº58/2007 de 4 de setembro. *Diário da República* nº170/2007 – I Série. Assembleia da República. (PNPOT – Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território).
- LEI nº60/2007 de 4 de setembro. *Diário da República* nº170/2007 – I Série. Assembleia da República. (6ª alteração ao RJUE)

DECRETO-LEI nº316/2007 de 19 de setembro. *Diário da República nº181/2007 – I Série*. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. (5ª alteração do regime jurídico dos instrumentos de gestão do território).

DELIBERAÇÃO nº2435/2007 de 19 de dezembro. *Diário da República nº244/2007 – II Série, Parte H*. Município de Alcobaça. (Plano de Pormenor do quarteirão da avenida nova da igreja, Benedita, Alcobaça).

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS nº90/2008 de 3 de junho. *Diário da República nº106/2008 – I Série*. Presidência do Conselho de Ministros. (POLIS Litoral).

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS nº115-A/2008 de 21 de julho. *Diário da República nº139/2008 – Suplemento, I Série*. Presidência do Conselho de Ministros. (Rede Natura 2000).

DECRETO-LEI nº166/2008 de 22 de agosto. *Diário da República nº162/2008 – I Série*. Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural. (REN – Reserva Ecológica Nacional).

DECRETO-LEI nº46/2009 de 20 de fevereiro. *Diário da República nº36/2009 – I Série*. Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural. (6ª alteração ao regime jurídico dos instrumentos de gestão do território).

DECRETO-LEI nº9/2009 de 29 de maio. *Diário da República nº104/2009 – I Série*. Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural. (Estabelece os conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo).

DECRETO-LEI nº10/2009 de 29 de maio. *Diário da República nº104/2009 – I Série*. Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural. (Fixa a cartografia a utilizar nos instrumentos de gestão territorial).

DECRETO-LEI nº11/2009 de 29 de maio. *Diário da República nº104/2009 – I Série*. Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural. (Estabelece as classificações e categorias do solo rural e urbano).

DECRETO-LEI nº135/2009 de 3 de junho. *Diário da República nº107/2009 – I Série*. Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural. (Qualidade das águas balneares).

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS nº64-A/2009 de 6 de agosto. *Diário da República nº151/2009 – I Série*. Presidência do Conselho de Ministros. (Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo).

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS nº82/2009 de 8 de setembro. *Diário da República nº174/2009 – I Série*. Presidência do Conselho de Ministros. (ENGIZC – Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira).

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS nº57/2010 de 12 de agosto. *Diário da República nº156/2010 – I Série*. Presidência do Conselho de Ministros. (Plano de Ordenamento da Área Protegida do Parque Natural da Serra de Aire e dos Candeeiros).

AVISO nº11637/2011 de 26 de maio. *Diário da República nº102/2011 – 2ª Série – Parte H*. Município de Alcobaça. (Plano de Pormenor do Pinhal do Santíssimo, S. Martinho do Porto, Alcobaça).

DECRETO-LEI nº159/2012 de 24 de julho. *Diário da República nº142/2012 – 1ª Série*. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. (Elaboração e implementação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira).

CARTAS, MAPAS E PLANTAS

Alvas da freguesia de Pataias

Planta das Alvas de Pataias, Victoria, Mina do Azeche e Água de Madeiros. (s.d.). 1/5000. (Autores ilegíveis)

Carta Geológica de Portugal

Folha nº 22D - Marinha Grande. (1964). 1/50000. Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos.

Folha nº 26B - Alcobaça. (1963). 1/50000. Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos.

Parque de estacionamento de Paredes da Vitória

Projecto de execução. Planta de localização. (1983). 1/1000. PRJ - Projectar

Perímetro urbano da Mina do Azeche

Área de delimitação do perímetro urbano da Mina do Azeiche. (1996). Redução de Escala. Câmara Municipal de Alcobaça

Planta da área urbana da Mina do Azeiche. (1996). 1/2000. Câmara Municipal de Alcobaça.

Planta de localização da área urbana da Mina do Azeiche. (1996). 1/25000. Câmara Municipal de Alcobaça

Plano de Arruamentos da Praia da Victoria (1964)

Planta do existente. (s.d.). 1/1000. João Vaz Martins

Planta de apresentação. (s.d.). 1/1000. João Vaz Martins

Plano de Ordenamento da Zona Litoral – Mina do Azeche-Falca

Folha nº14 – Proposta de ordenamento (1ª hipótese). (1984). 1/5000. AAP – Atelier de Arquitectura e Planeamento

Folha nº15 – Proposta de ordenamento (2ª hipótese). (1984). 1/5000. AAP – Atelier de Arquitectura e Planeamento

Folha nº21 – Mina e Vale Furado. Zonamento proposto. (1984). 1/2000. AAP – Atelier de Arquitectura e Planeamento

Folha nº22 – Mina e Vale Furado. Proposta de ocupação. (1984). 1/2000. AAP – Atelier de Arquitectura e Planeamento

Folha nº26 – Falca e Légua. Zonamento proposto. (1984). 1/2000. AAP – Atelier de Arquitectura e Planeamento

Plano de Pormenor de Água de Madeiros

Folha nº5 – Planta de apresentação. (1981). 1/1000. PRJ – Projectar

Folha nº6 – Planta de loteamento. (1981). 1/1000. PRJ - Projectar

Folha nº7 – Zonamento. (1981). 1/1000. PRJ - Projectar

Plano de Pormenor das Alvas – Paredes da Vitória

Folha nº1 – Estrutura de percursos 1. (1987). 1/1000. AAP – Atelier de Arquitectura e Planeamento

Folha nº2 – Estrutura de percursos N2 e N3. (1987). 1/1000. AAP – Atelier de Arquitectura e Planeamento

Folha nº3 – Planta de ordenamento N1. (1987). 1/1000. AAP – Atelier de Arquitectura e Planeamento

Folha nº4 – Planta de ordenamento N2 e N3. (1987). 1/1000. AAP – Atelier de Arquitectura e Planeamento

Folha nº6 – Planta de loteamento N1. (1987). 1/1000. AAP – Atelier de Arquitectura e Planeamento

Folha nº7 – Planta de loteamento N2 e N3. (1987). 1/1000. AAP – Atelier de Arquitectura e Planeamento

Plano de Pormenor de Paredes da Vitória

Folha nº5 – Zonamento. (1980). 1/1000. PRJ - Projectar

Plano de Pormenor da Polvoeira - 1982

Folha nº1 – Planta de localização. (1982). 1/25000. PRJ – Projectar

Folha nº4 – Planta de apresentação. (1982). 1/2000. PRJ – Projectar

Folha nº5 – Planta de loteamento. (1982). 1/2000. PRJ – Projectar

Folha nº6 – Planta de zonamento e equipamento. (1982). 1/2000. PRJ – Projectar

Folha nº7 – Planta de trabalho. (1982). 1/2000. PRJ – Projectar

Plano de Pormenor da Polvoeira - 1987

Folha nº1 – Planta de arruamentos. (1987). 1/2000. AAP – Atelier de Arquitectura e Planeamento

Folha nº2 – Planta de reordenamento. (1987). 1/2000. AAP – Atelier de Arquitectura e Planeamento

Plano Director Municipal de Alcobaça

Ordenamento. (1996). 1/25000. GITAP

Condicionantes, Servidões e Restrições de Utilidade Pública. (1996). 1/25000. GITAP

Plano de Urbanização das Praias (Paredes – Polvoeira – Água de Madeiros)

Zonamento - proposta. (1977). 1/5000. PRJ - Projectar

Plantas Cartográficas

Água de Madeiros. (1973). 1/1000. Satopel

Água de Madeiros. (1973). 1/2000. Satopel

Paredes da Vitória. (1973). 1/1000. Satopel

Paredes da Vitória. (1973). 1/2000. Satopel

Vale de Paredes. (1973). 1/1000. Satopel

Vale de Paredes. (1973). 1/2000. Satopel

CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

Fotografia 4 – O bairro da “Alva de Pataias”, outubro de 2011. Foto obtida através do GoogleEarth.

Fotografia 13 – Vale de Paredes, Março de 2011. Foto: SIARL. Disponível na plataforma eletrónica SIARL (voo oblíquo Tires-Caminha, 2011).

Fotografia 21- Paredes da Vitória em meados da década de 1950. Foto: Vieira Natividade in NATIVIDADE, M.V. (1960). *Mosteiro e coutos de Alcobaça*. Alcobaça.

Fotografia 22 - Abertura da estrada florestal de ligação a S. Pedro de Moel, c. 1958. Foto: desconhecido. Cedida por Fernando Gonçalves.

Fotografia 23 – Praia de Paredes da Vitória, Agosto de 1982. Foto: António Raimundo. *tcn17-01*, Fotografia cedida por AMA: Associação de Moradores e Amigos de Paredes da Vitória, Coleção Tónico Raimundo.

Fotografia 25 – Pormenor da Polvoeira, meados da década de 1980. Foto: desconhecido. Fotografia cedida por Tiago Inácio.

Fotografia 29-A - Jardim de Paredes da Vitória, no verão de 1999. Foto: Margarida Reis. *mrs 15-03*. Fotografia cedida por AMA: Associação de Moradores e Amigos de Paredes da Vitória, Coleção Margarida Reis e Silva.

Fotografia 30 – Paredes da Vitória, meados da década de 1990. Foto: desconhecido. Arquivo pessoal do autor.

Fotografia 35 – Vale Furado. Foto: SIARL. Disponível na plataforma eletrónica SIARL (voo oblíquo Tires-Caminha, 2011).

Fotografia 40 – As barracas dos Mijaretes, início da década de 1980. Foto: Anselmo Coutinho. Fotografia cedida por Anselmo Coutinho.

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1 – A faixa costeira da freguesia de Pataias	3
Fig. 2 – Limites propostos considerados no sistema costeiro	10
Fig. 3 – Planos de Ordenamento da Orla Costeira	19
Fig. 4 – Principais fatores que originam o mercado clandestino.....	30
Fig. 5 – Total de praias identificadas no POOC Alcobaça-Mafra.....	38
Fig. 6 – A geologia do litoral de Pataias.....	46
Fig. 7 – Evolução da população absoluta em Alcobaça e nos concelhos limítrofes com linha de costa, 1960-2011	60
Fig. 8 – Evolução absoluta da população nas freguesias dos concelhos de Alcobaça e limítrofes, com linha de costa, 1960-2011	61
Fig. 9 – Crescimento da população entre 1960 e 2011 na orla costeira, por lugar e freguesia.....	61
Fig. 10 – Distribuição da população presente, por ano e lugar, no litoral da freguesia de Pataias, 1960-2011.....	62
Fig. 11 – Evolução da população presente, por lugar e ano, no litoral da freguesia de Pataias, 1960-2011.....	63
Fig. 12 – Evolução do número de alojamentos nas freguesias dos concelhos de Alcobaça e limítrofes, com linha de costa, 1960-2011	64
Fig. 13 – Crescimento do número de alojamentos entre 1960 e 2011, por lugar e por freguesia.....	65
Fig. 14 – Evolução do número de alojamentos no litoral da freguesia de Pataias (às datas dos Censos), 1960-2011	65
Fig. 15 – Evolução da população e do número de alojamentos no litoral da freguesia de Pataias, 1960-2011.....	66
Fig. 16 – Relação entre o número de edifícios e o número de alojamentos no litoral da freguesia de Pataias, em 2011	67

Fig. 17 – Reprodução da primeira página do Foral de D. Manuel I a Paredes em 1 de Outubro de 1514	69
Fig. 18 – Planta das Alvas da freguesia de Pataias.....	71
Fig. 19 – Plano de arruamentos de Paredes da Vitória, 1964.....	74
Fig. 20 – Plano de urbanização das praias do norte da freguesia de Pataias, 1977	79
Fig. 21 – Proposta de Plano de Pormenor de Paredes da Vitória, 1980	80
Fig. 22 – Proposta de Plano de Pormenor para Paredes da Vitória, 1987	81
Fig. 23-A e 23-B – Definição de quarteirões em Vale Furado.....	94
Fig. 24 – Cadastro da Pedra do Ouro nos finais da década de 1960	98
Fig. 25 – Pinhal Golfe Atlântico.....	101
Fig. 26 – Plano de Pormenor de Água de Madeiros, 1981	103
Fig. 27 – 1º Plano de Pormenor da Polvoeira, 1981	104
Fig. 28 – Plano de Pormenor da Polvoeira, 1987	105

ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Instrumentos de Gestão do Território em vigência no território do município de Alcobaça	31
Quadro 2 – UOPG's previstas em PDM para a freguesia de Pataias	33
Quadro 3 – Tipologia de praias, segundo o POOC, no concelho de Alcobaça	35
Quadro 4 – Proposta de UOPG's pelo POOC Alcobaça-Mafra para o concelho de Alcobaça	36
Quadro 5 – Potencialidades e constrangimentos da área de estudo identificadas no PROTOVT	42
Quadro 6 – Arborização das Alvas da freguesia de Pataias,	47
Quadro 7 – Características das zonas balneares da freguesia de Pataias, 2012	54
Quadro 8 – Atribuição de galardões às praias com Perfil de Águas Balneares na freguesia de Pataias.....	56
Quadro 9 – Planos e estudos previstos para o litoral da freguesia de Pataias, mas nunca implementados.....	110
Quadro 10 – Potencialidades e constrangimentos do litoral da freguesia de Pataias	115

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS

1 – Edifícios construídos em REN, Paredes da Vitória, julho de 2012	18
2 – Barraca de madeira junto à praia, Vale Furado, julho de 2012	23
3 – Empreendimento imobiliário na Pedra do Ouro, julho de 2012.....	27
4 – O bairro da “Alva de Pataias”, outubro de 2011	27
5 – Edificação particular, Paredes da Vitória, dezembro de 2011.....	28
6 – Edificação geminada com 4 fogos e 3 pisos em Mina do Azeche, julho de 2012	34
7 – Água de Madeiros, setembro de 2011	36
8 – Mina do Azeche, julho de 2012.....	36
9 – Vale Furado, julho de 2012	38
10 – A mina do Canto do Azeche, Mina do Azeche, julho de 2010	47
11 – <i>Pinheiro serpente</i> , julho de 2012. Águas Luxosas	48
12 – Pedra do Ouro, janeiro de 2012	49
13 – Vale de Paredes, março de 2011.....	49
14 – Praia da Pedra do Ouro, outubro de 2012.....	50
15 – Praia da Pedra do Ouro, julho de 2012.....	50
16 – As arribas dos Valinhos, entre a Mina do Azeche e Vale Furado, agosto de 2011.	51
17 – A sinalização de arribas instáveis, Água de Madeiros, julho de 2012	52
18 – A praia, período de baixa-mar. Vista da Feligueira (Vale Furado) para sul, março de 2012.....	53
19 – O ribeiro de Paredes interdito ao banho, agosto de 2009	57
20 – A ETAR de Vale de Paredes, março de 2012.....	58
21 – Paredes da Vitória em meados da década de 1950.....	73
22 – Abertura da estrada florestal de ligação a S. Pedro de Moel, c. 1958	73
23 – Praia de Paredes da Vitória em agosto de 1982.....	76

24 – Praia de Paredes da Vitória em julho de 2012.....	76
25 – Pormenor da Polvoeira, em meados da década de 1980	77
26 – Aspeto em julho de 2012 da urbanização feita em meados de 1980 no planalto sobre as arribas entre Paredes e Mina do Azeche	82
27 – “Moinhos” ou Paredes Velhas, Paredes da Vitória, julho de 2012	84
28 – Empreendimento urbanístico em Paredes da Vitória, julho de 2012	84
29A e 29B – Jardim de Paredes da Vitória, no verão de 1999 e em dezembro de 2011.	87
30 – Paredes da Vitória, meados da década de 1990.....	88
31 – A requalificação de Paredes da Vitória, novembro de 2009	88
32 – Paredes da Vitória, junho de 2012.....	88
33 – “Barranco dos Tremoços”, Vale Furado, julho de 2012.....	91
34 – Vale Furado, julho de 2012	95
35 – Vale furado, março de 2011	96
36 – Pormenor das arribas da Pedra do Ouro, junho de 2010	97
37 – Pedra do Ouro, arruamento da 2ª fase de loteamento urbano, julho de 2012.....	99
38 – Pedra do Ouro, edifício sobre as arribas, julho de 2012.....	100
39 – Pedra do Ouro, empreendimento “Atlantic Village”, julho de 2012.....	101
40 – Polvoeira, julho de 2012.....	106
41 – As barracas dos Mijaretes, início da década de 1980	106
42 – Empreendimento urbanístico na Mina do Azeche, julho de 2010.....	108
43 – Légua, julho de 2012	109

ANEXOS

Anexo I
Quadros estatísticos

Lugares do litoral da freguesia de Pataias – Evolução da População, alojamentos e edifícios de 1911 a 2011.

Lugar	População Residente					População Presente					Alojamentos/fogos					Edifícios/prédios									
	1911	1940	1960	1970	1981	1991	2001	2011	1911	1940	1960	1970	1981	1991	2001	2011	1911	1940	1960	1970	1981	1991	2001	2011	
Água de Madeiros			8				12	18	38	23	12	18	13	12	18	18	8	5	15	16	52	40	75	60	
Águas Lichosas						17											5								
Falca							5	3	32	33				5	3	3	8	10					25	13	
Légua							21	24					1	2	18	24				23	50	80	74		
Mijaretes													0							61					
Mina do Azeche							13	29	20			0	1	15	29	236	5			23	41	103			
Pedra do Ouro							36	103					0	48	103	518						42	327	518	
Polveira												0							117						
Vale Furado							6	7	18	26		0	0	10	7	92	4	5		67	83	104			
Vale de Paredes			65				53	70	44	82		48	46	50	56	216	9	31	39	32	86	56	118	216	
Vale Pardo			8																5						
Valeirão									10								3								
TOTAL	-	-	81	-	-	-	146	254	179	164	81	60	65	66	164	254	42	51	59	48	429	312	832	1209	-
																			93	-	387	312	430	576	

Fonte estatística: INE (Recenseamentos Gerais da População e Habitação, 1910-2011)

Município de Alcobaça e concelhos limítrofes com linha de costa – Evolução da população e prédios de 1960 a 2011

Concelho	População Residente						Prédios					
	1960	1970	1981	1991	2001	2011	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Leiria	82988	83258	96517	102762	119847	126879	30674	32844	28810	35034	40224	46439
Marinha Grande	20483	23056	31284	32234	35571	38681	6738	7695	10336	12024	13407	14611
Alcobaça	50027	47898	52347	53880	55376	56676	20211	16868	17463	20452	23352	26649
Caldas da Rainha	37480	37666	41018	44057	48846	51729	14496	12949	12498	13007	16561	19202
Nazaré	13611	12860	15436	15058	15060	15158	4530	5621	4630	6674	6042	7628

Fonte estatística: INE (Recenseamentos Gerais da População e Habitação, 1960-2011)

Freguesias do município Alcobaça e dos concelhos limítrofes com linha de costa – Evolução da população e prédios de 1960 a 2011

Freguesia	População Residente					Fogos/Alojamentos						
	1960	1970	1981	1991	2001	2011	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Pataias	5809	6156	7068	5196	5453	5451	1792	1921	2831	2257	3105	3871
S. Martinho do Porto	1619	1592	2325	2196	2644	2868	832	1253	1843	2310	3512	4904
Nazaré	9189	8634	10544	9626	10080	10309	3862	6155	4932	6430	7613	10350
Salir do Porto	745	606	701	729	770	797	315	289	522	510	604	898
Marinha Grande	15699	18860	25783	26628	28372	31413	4789	6088	9263	11708	13969	16963
Vieira de Leiria	4784	4589	5501	5606	5781	5845	1796	2213	2677	3429	4192	4410
Coimbrão	2110	1754	1856	1923	1930	1735	796	637	1145	2051	2530	2801

Fonte estatística: INE (Recenseamentos Gerais da População e Habitação, 1960-2011)

Nota: Nos valores da freguesia de Pataias até 1981 estão contabilizadas as populações das atuais freguesias da Moita e Martingança.

Lugares na orla costeira das freguesias do município Alcobaça e dos concelhos limítrofes com linha de costa –

Evolução da população e prédios de 1960 a 2011

Lugar	População Presente						Fogos/ Alojamentos					
	1960	1970	1981	1991	2001	2011	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Litoral de Pataias	81	60	65	66	164	254	59	48	429	312	832	1209
S. Martinho do Porto	1186	1592	1657	1762	n.d.	1950	669	1096	1550	2046	n.d.	4904
S. Pedro de Moel	177	302	430	252	n.d.	233	269	535	519	874	n.d.	853
Praia da Vieira	627	581	n.d.	812	n.d.	738	397	587	n.d.	1211	n.d.	1508
Pedrogão	488	323	412	430	n.d.	395	297	152	559	1317	n.d.	1895

Fonte estatística: INE (Recenseamentos Gerais da População e Habitação, 1960-2011)

Anexo II

**Análise e avaliação da implementação das ações preconizadas nos planos de praia
definidos em POOC para a freguesia de Pataias**

POOC Alcobaça-Mafra							
Instrumentos de Planeamento	Implementação						
	Planos de Praia	Ações previstas no plano de praia	Entidade responsável		Constrangimentos	Observações	Ponto de situação
			Projecto	Obra			
P1 – Água de Madeiros		Em articulação com as ações previstas na UOPG1 prevê-se a requalificação do aglomerado urbano, ao nível dos espaços urbanos exteriores, com principal incidência entre a área de estacionamento e a área de praia, com áreas idas e delimitadas permitindo a criação de zonas de lazer.			Construções pesadas localizadas em área urbana em faixa de risco, desadequadas à situação específica da praia e abrangidas pela UOPG 1	Impossibilidade de realizar as ações prevista. A implementação do Plano de Praia está dependente das ações previstas na UOPG 1 - Água de Madeiros, a desenvolver pela Autarquia.	0,0
		Acompanhamento da situação das ocupações urbanas em faixa de risco, para eventual definição de medidas de correcção/intervenção necessárias, tanto ao nível das licenças de utilização, como ao nível das ações urbanísticas a desenvolver na área urbana					
		Manter a localização do Apoio Balnear P1-L1					0,0
		Requalificação do Equipamento com funções de Apoio de Praia P1-L2					0,0
		Requalificação do Equipamento Complementar P1-L3					0,0
		Média da % de implantação das ações previstas no Plano de Praia P1 do concelho de Alcobaça					0,0

Fonte: ARH Tejo, 2011

POOC Alcobaça-Mafra							
Instrumentos de Planeamento	Implementação						
	Acções previstas no plano de praia	Entidade responsável		Constrangimentos	Observações	Ponto de situação	Grau de implementação (%)
Planos de Praia	CM Alcobaça	Projecto	Obra	Construções pesadas localizadas em área urbana em faixa de risco, desadequadas à situação específica da praia e abrangidas pela UOPG 1	Impossibilidade de realizar as acções previstas. A implementação do Plano de Praia está dependente das acções previstas na UOPG 1 - Água de Madeiros, a desenvolver pela Autarquia.	Termos de referência em elaboração pela ARH do Tejo	5,0
		Na área da praia deverá proceder-se a melhorias nas escadarias sobre a face da arriba.					5,0
		Deverá construir-se um acesso pedonal em estrutura ligeira, entre a área do estacionamento e o acesso pedonal misto. A intervenção necessária a norte deverá garantir a integridade da arriba e a segurança dos utentes, ficando o seu projecto dependente de uma nota técnica sobre a estabilidade do acesso e da arriba.					
		Relocalização do estacionamento.					
	Demolição das instalações sanitárias.						5,0
	Realização de estudo geotécnico para avaliar e pormenorizar a área de risco junto à crista, incluindo o projecto de intervenção ligeira (drenagem da crista, etc.) para minorar esse risco, e implementação da solução recomendada.	INAG				Sem implementação	0,0
	Manter localização do Apoio Simples P2-L1			Adaptação da instalação ao POOC dependente da realização de Estudo específico geotécnico e intervenção em arribas	Em estudo um ligeiro acerto da localização do apoio de praia tendo em consideração que a localização prevista no POOC estava em faixa de risco	Projecto em desenvolvimento	30,0
Média da % de implementação das acções previstas no Plano de Praia P2do concelho de Alcobaça							3,3

Fonte: ARH Tejo, 2011

POOC Alcobaça-Mafra								
Instrumentos de Planeamento	Implementação							
Planos de Praia	Ações previstas no plano de praia	Entidade responsável		Constrangimentos	Observações	Ponto de situação	Grau de implementação o (%)	
		Projecto	Obra					
P3 – Polvoeira	Está previsto a implementação de um novo acesso viário com encerramento do existente. E sugerido ao município, o alargamento da via municipal, atendendo à circulação que é feita na mesma.	CM Alcobaça			Termos de referência em elaboração pela ARH Tejo		5,0	
	Regularização do acesso misto						5,0	
	Relocalização do estacionamento existente para duas áreas distintas (A maior junto à estrada municipal e a outra no patamar da arriba).						5,0	
	Reconstrução do acesso pedonal, de forma a possibilitar o acesso ao areal com passagem pelo apoio de praia simples. Este acesso deverá ser em construção ligeira.						5,0	
	Implementação de barreiras de vegetação natural para evitar a proliferação de acessos no topo da arriba.						5,0	
	Demolição das instalações sanitárias camarárias.						100,0	
	Manter a localização do Apoio Completo P3-L1						Houve um ligeiro acerto da localização do apoio de praia tendo em consideração que a localização prevista no POOC estava em faixa de risco	Projecto em desenvolvimento o
Média da % de implantação das ações previstas no Plano de Praia P3 do concelho de Alcobaça							30,7	
Fonte: ARH Tejo, 2011								

Fonte: ARH Tejo, 2011

POOC Alcobaça-Mafra							
Instrumentos de Planeamento	Implementação						
Planos de Praia	Ações previstas no plano de praia	Entidade responsável		Constrangimentos	Observações	Ponto de situação	Grau de implementação o (%)
		Projecto	Obra				
P4 – Paredes da Vitória	Delimitação, das áreas de estacionamento nas arribas a sul, através da implementação de barreiras de espécies vegetais, no sentido de evitar a abertura de mais acessos à praia.	CM Alcobaça	CMA / ARH Tejo			Concluído	100,0
	Criação de duas áreas de estacionamento, de modo a evitar a sobrecarga do aglomerado urbano.						100,0
	É sugerido a realização de obras de conservação, ao nível de algumas edificações existentes na frente urbana.						100,0
	O acesso pedonal consolidado, que faz a ligação da zona de estacionamento à unidade balnear U3, deve garantir boas condições de acessibilidade à praia de pessoas com mobilidade condicionada.						100,0
	Realização de operações regulares de desobstrução da foz, com uma periodicidade a ajustar em função dos resultados obtidos. É sugerido o início da época balnear e o final do verão.						100,0
	Manter Localização do Apoio Completo P4-L1			Construído com vistoria final	Obra concluída	90,0	
	Manter Localização do Apoio Completo P4-L2					90,0	
	Manter Localização do Apoio Simples P4-L3					90,0	
Média da % de implantação das ações previstas no Plano de Praia P4 do concelho de Alcobaça							96,3

Fonte: ARH Tejo, 2011

POOC Alcobaça-Mafra								
Implementação								
Instrumentos de Planeamento	Ações previstas no plano de praia	Entidade responsável		Constrangimentos	Observações	Ponto de situação	Grau de implementação o (%)	
		Projecto	Obra					
Planos de Praia	Preservação das características paisagísticas de conjunto da praia e envolvente.	ARH Tejo	ARH Tejo		Projecto concluído – obra a iniciar	Lançamento da empreitada Lançamento da empreitada	70,0	
	Realização de pequenas intervenções ao nível dos acessos e estacionamento, com construção de um passadiço entre a área estacionamento e o apoio de praia, com ligação ao areal.						70,0	
	Criação de barreiras naturais à criação de acessos pedonais desordenados - preservação das arribas						70,0	
	Adaptação do estacionamento e acesso viário às novas regras.						70,0	
	Averiguação da situação legal das construções (se ilegais, proceder à sua demolição e fecho dos acessos, devolvendo as características naturais do local; se legais avançar com outras medidas com intuito de reduzir a área artificializadas)		Sem implementação		0,0			
	Requalificação do Apoio Simples P7-L1		Dependente da conclusão da obra do Plano de Praia		30,0			
Média da % de implantação das ações previstas no Plano de Praia P7 do concelho de Alcobaça							5,0	

Fonte: ARH Tejo, 2011

Anexo III

**Planos de intervenção para a orla costeira da freguesia de Pataias previstos no
Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral 2012-2015.**

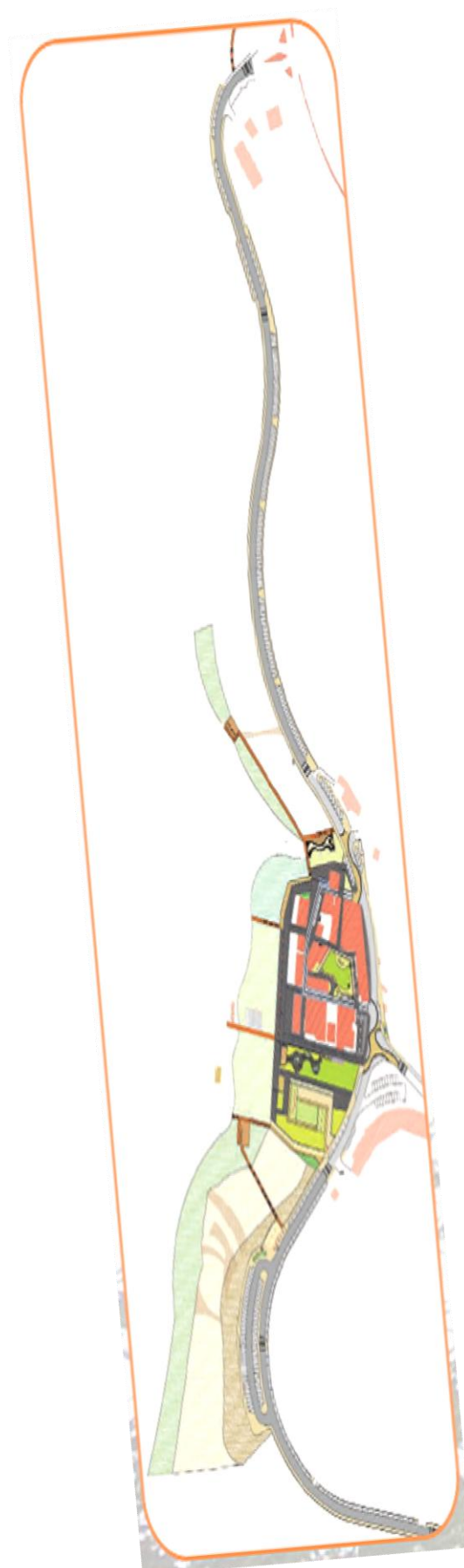
Ação: Planos de intervenção e projetos de requalificação			
Código da ação		P3-28	
Ação		Plano de Praia da praia da Légua	
Tipo de intervenção		Projeto Obra Recuperação/ Requalificação	
Investimento	Contrapartida Nacional	obra e fiscalização	412.492,92€
	Fundos Comunitários (FEDER + FC)	obra e fiscalização	1.237.478,76€
	Valor global		1.697.484,18€
	Executado		47.512,50€
	Não Executado		1.649.971,68€
Candidaturas		POR Centro – submetida	
Prioridade		Elevada	
Observações		Projeto elaborado pela CCDR/ARH já concluído. Apresentada candidatura ao POR Centro para obra e fiscalização. Projeto 47.512,50 Obra e fiscalização 1.649.971,68€	

Fonte: APA, 2011

Anexo IV
Requalificação da praia de Paredes da Vitória

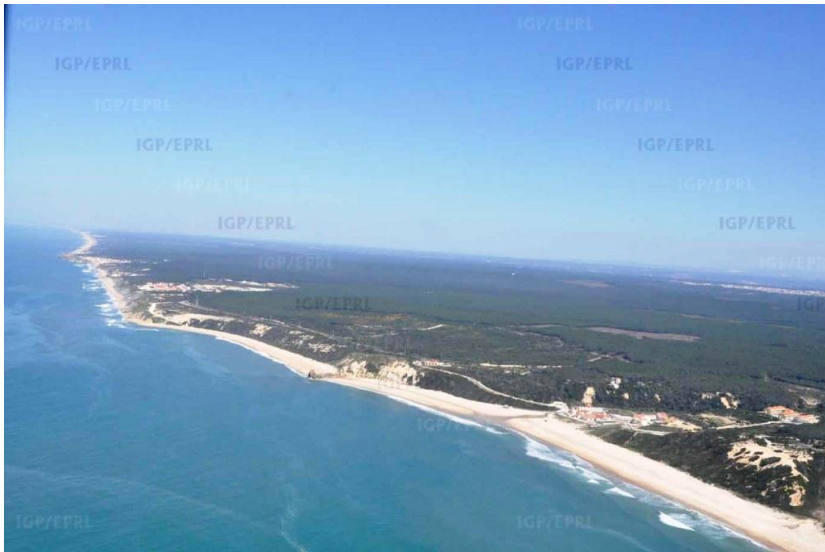
Tipo de intervenção	Entidade Responsável	Ponto de Situação	Investimento (€)		
			OE (Adm. Central +Autarq.)	Fundos Comun. (FEDER+FC)	Valor Global
Obra de requalificação	CCDR LVT/ARH Tejo C.M. Alcobaça	Concluída. Candidatura ao POR Centro aprovada. Início 2006. Conclusão antes da época balnear 2009 2 fases: CCDR – passadiços, balizamento; CM: requalificação da zona urbana, estacionamento.	CCDR: 84.906,85	CCDR: 254.718,15	CCDR: 339.625,00
					CM: 1.000.000,00

Fonte: INAG (2009b)



Fonte: Câmara Municipal de Alcobaça, 2007

Anexo V - Fotografias do litoral de Pataias



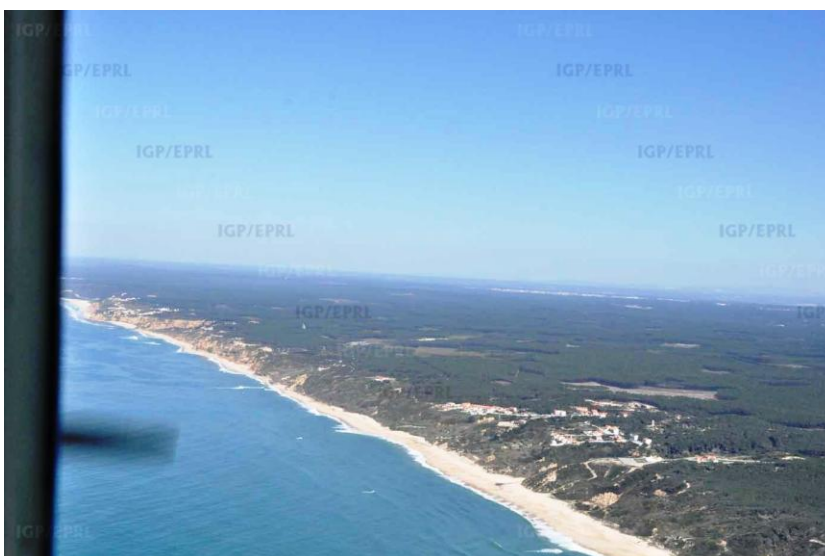
Trecho Água de Madeiros – Paredes da Vitória

Foto: SIARL/IGP. Vôo oblíquo, Março de 2011.



Trecho Paredes da Vitória – Vale Furado

Foto: SIARL/IGP. Vôo oblíquo, Março de 2011.



Trecho Vale Furado – Falca

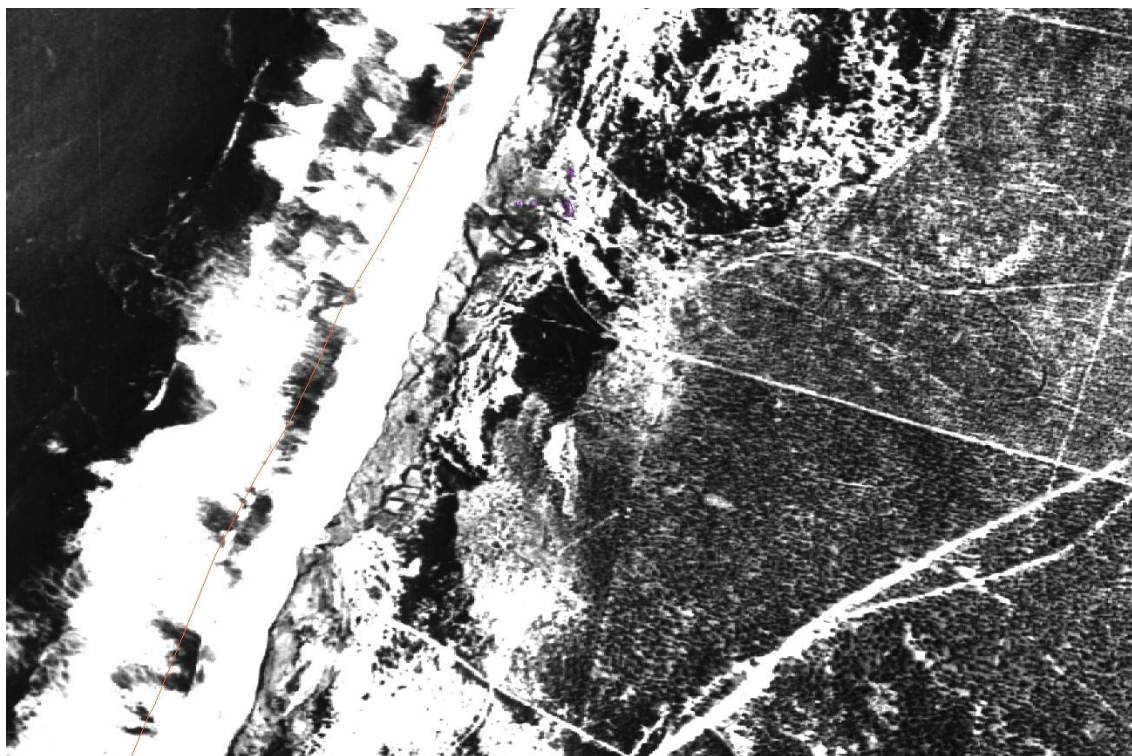
Foto: SIARL/IGP. Vôo oblíquo, Março de 2011.

Água de Madeiros

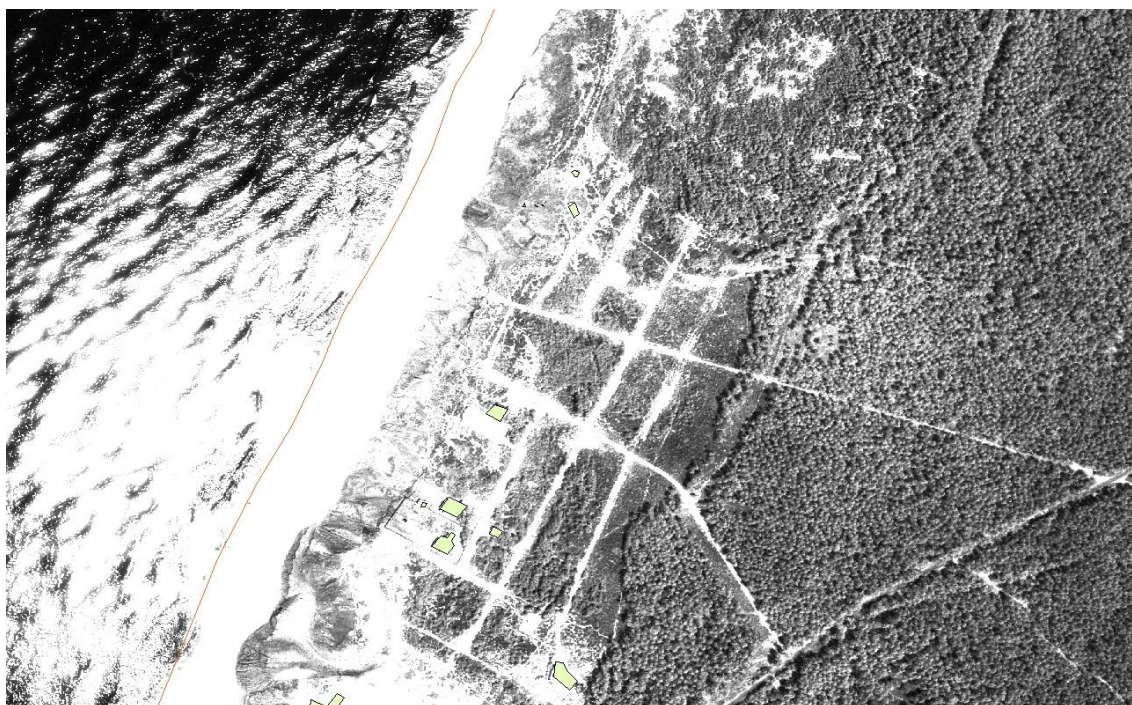


Foto: SIARL/IGP. Vão oblíquo, Março de 2011.

Pedra do Ouro



Fotografia aérea de 1958 (IGeoE).



Fotografia aérea de 1980 (IGP). Encontram-se assinaladas as edificações existentes à data.

Fonte: SIARL/IGP.

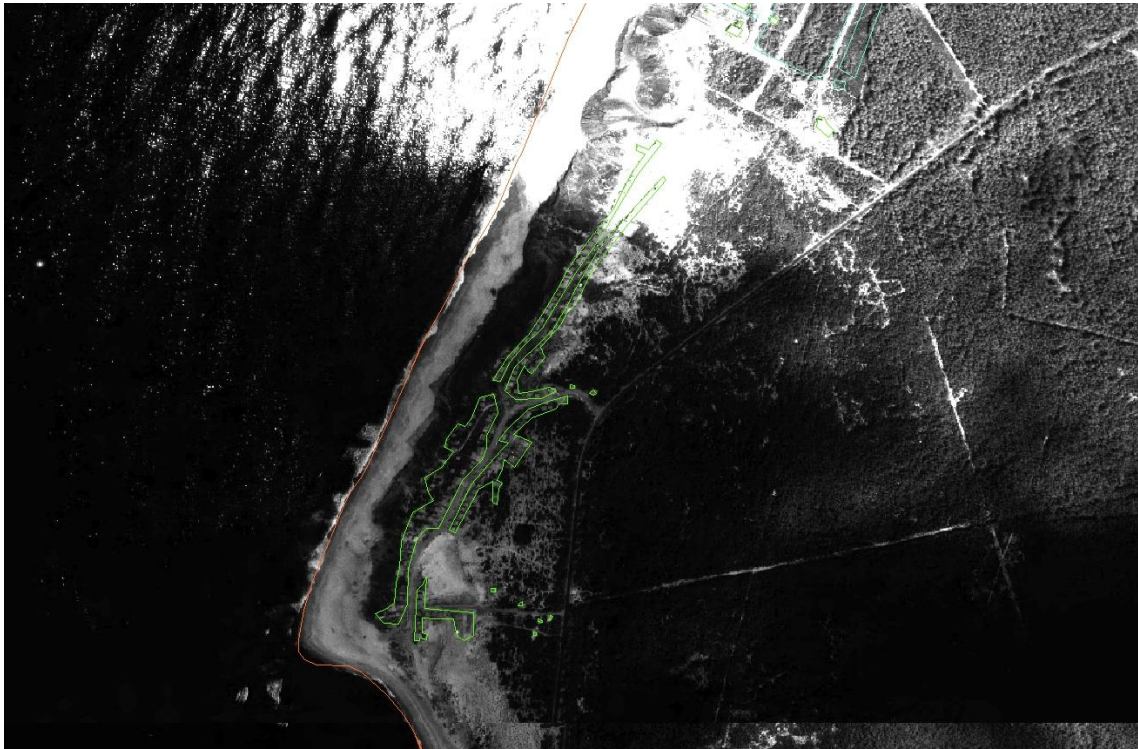


Fotografia aérea de 1996 (INAG). Encontram-se assinaladas as edificações existentes à data. Fonte: SIARL/IGP.



Foto: SIARL/IGP. Vão oblíquo, Março de 2011.

Polvoeira

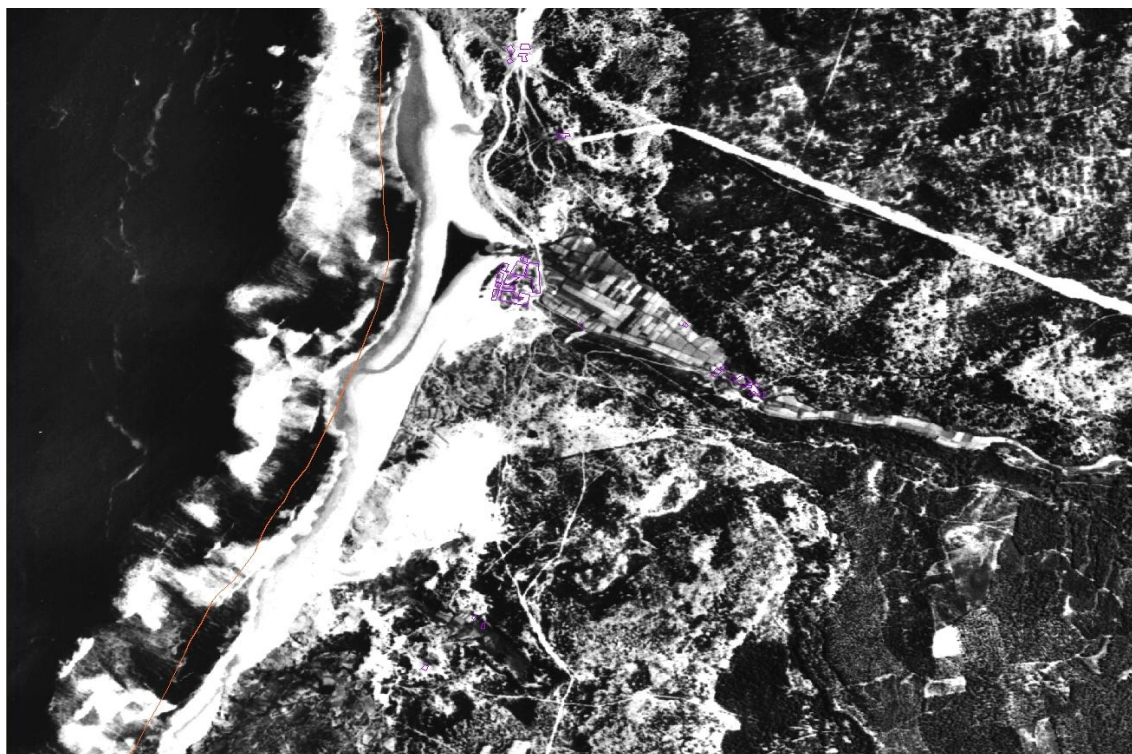


Fotografia aérea de 1980 (IGP). Encontram-se assinaladas as edificações clandestinas existentes à data e definitivamente demolidas em 1987. Fonte: SIARL/IGP.



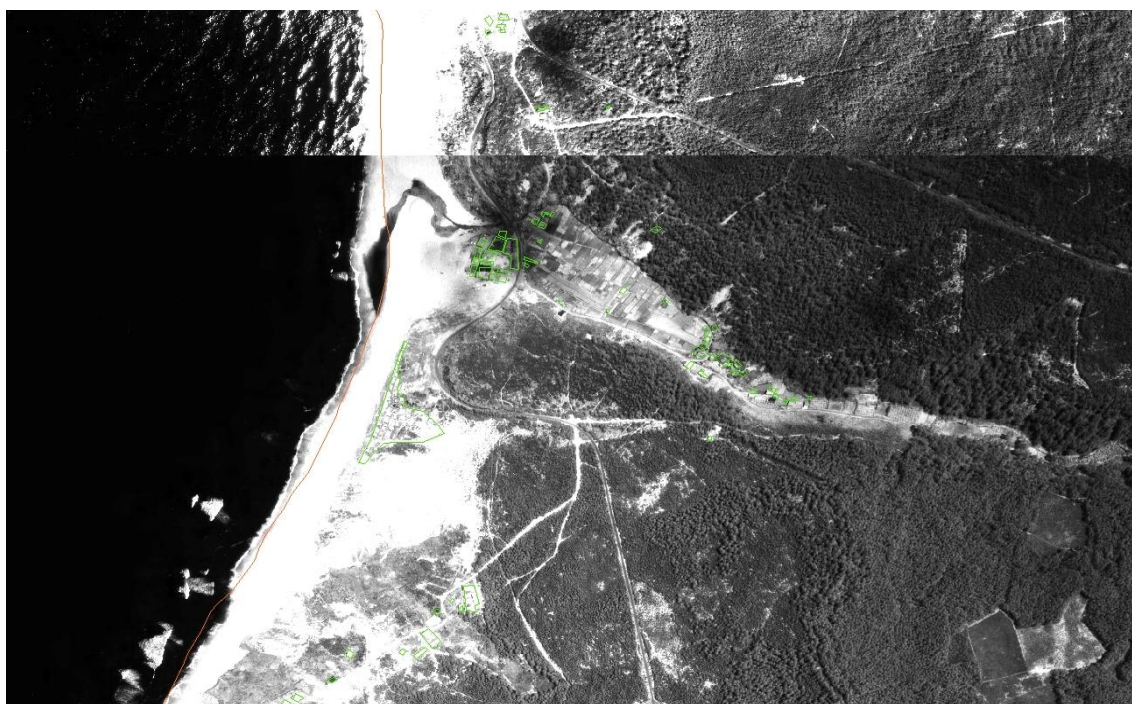
Foto: SIARL/IGP. Vão oblíquo, Março de 2011.

Paredes da Vitória



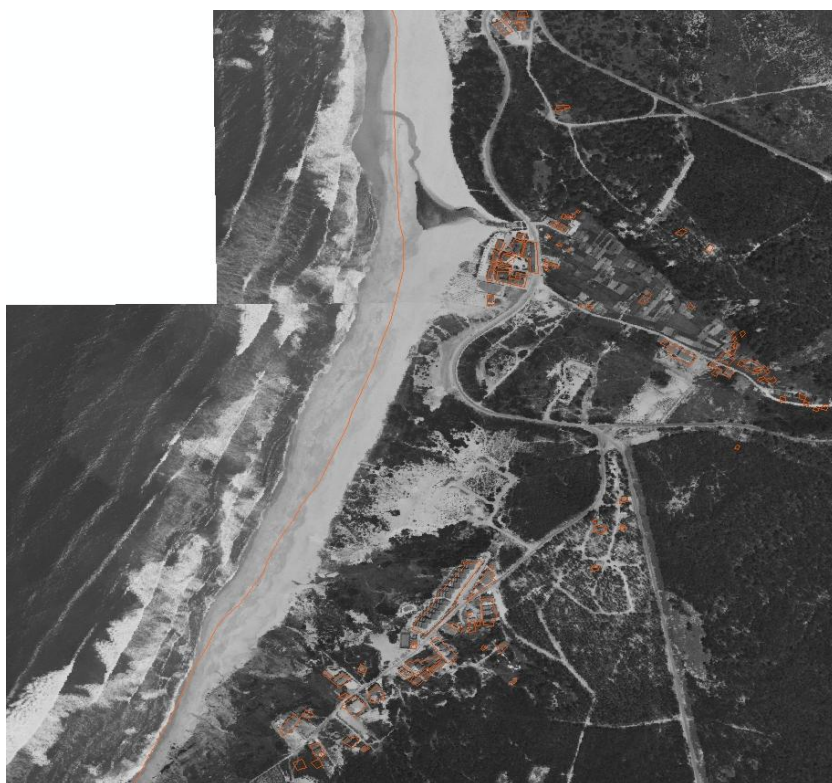
Fotografia aérea de 1958 (IGeoE). Encontram-se assinaladas as edificações existentes à data.

Fonte: SIARL/IGP.



Fotografia aérea de 1980 (IGP). Encontram-se assinaladas as edificações existentes à data.

Fonte: SIARL/IGP.



Fotografia aérea de 1996 (INAG). Encontram-se assinaladas as edificações existentes à data.

Fonte: SIARL/IGP.

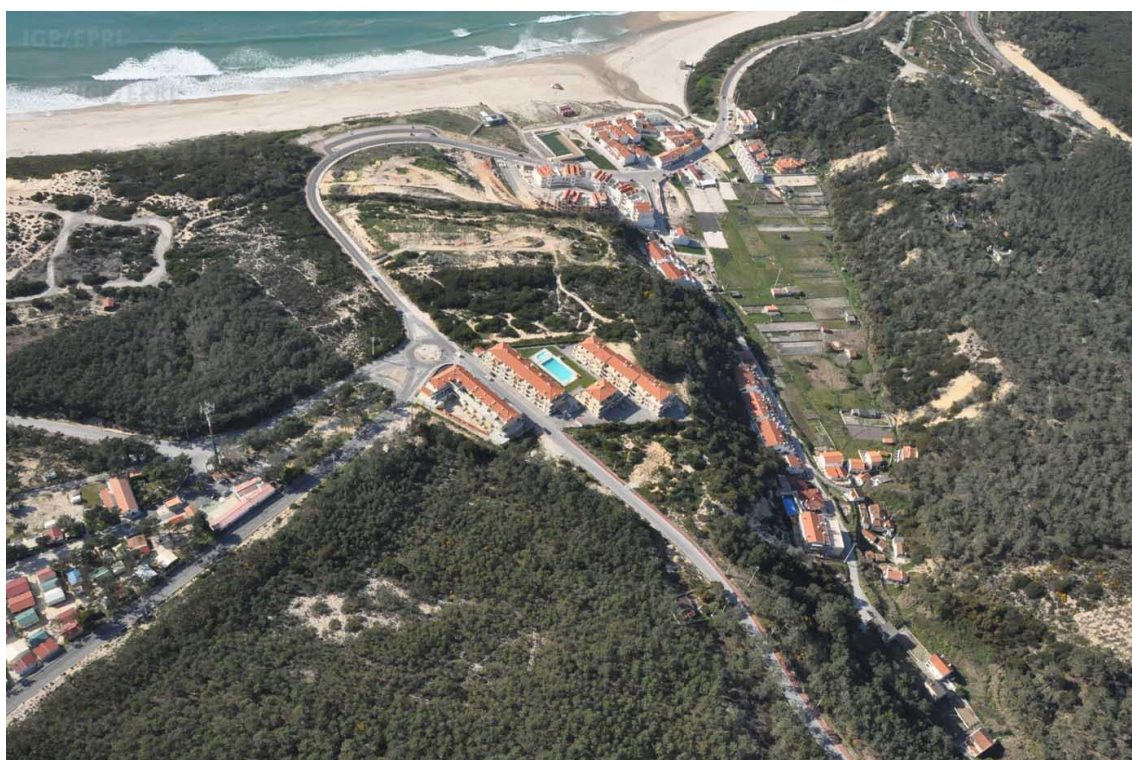


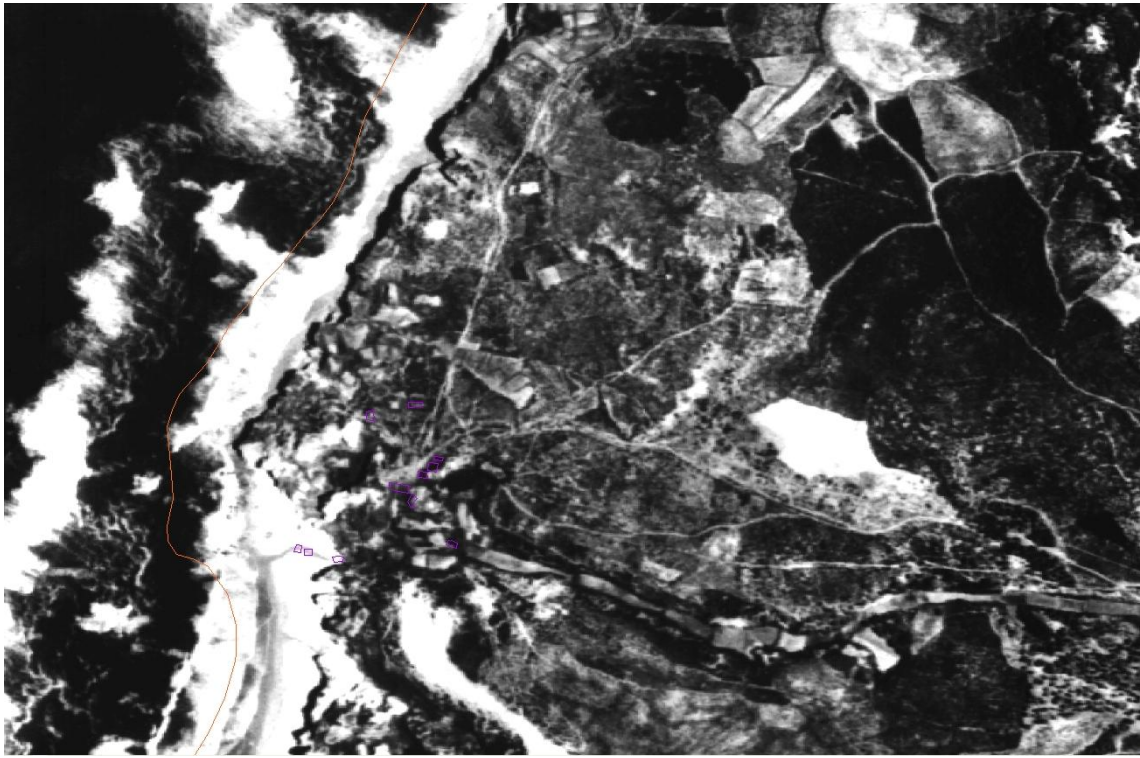
Foto: SIARL/IGP. Vão oblíquo, Março de 2011.

Mina do Azeche



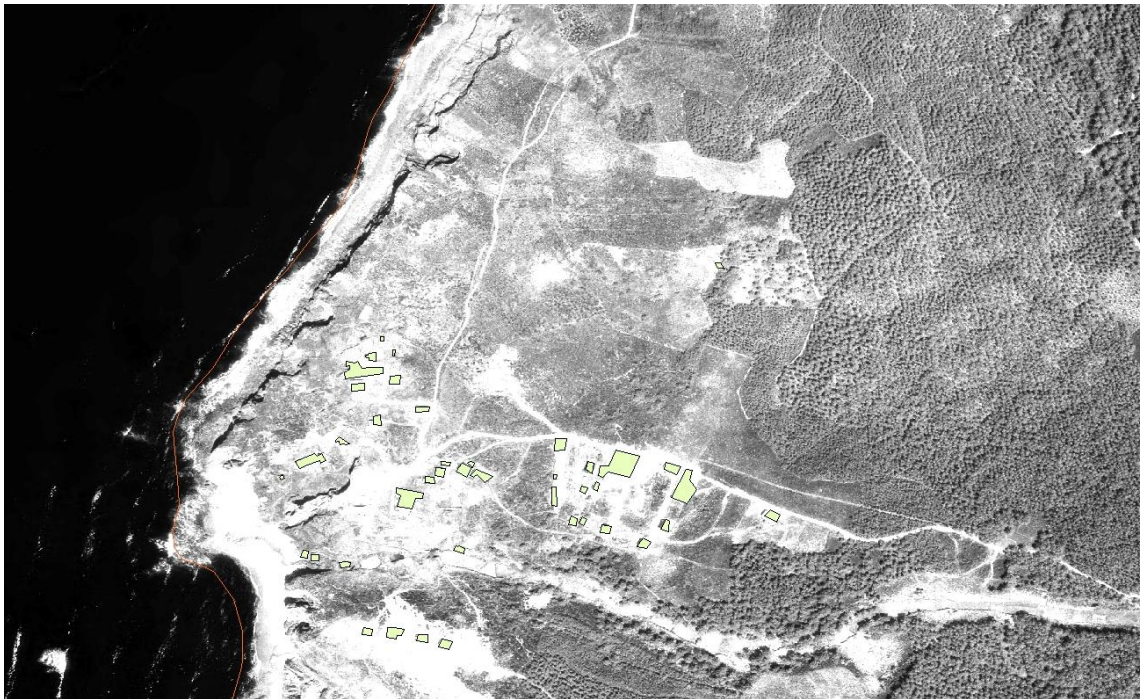
Foto: SIARL/IGP. Vão oblíquo, Março de 2011.

Vale Furado



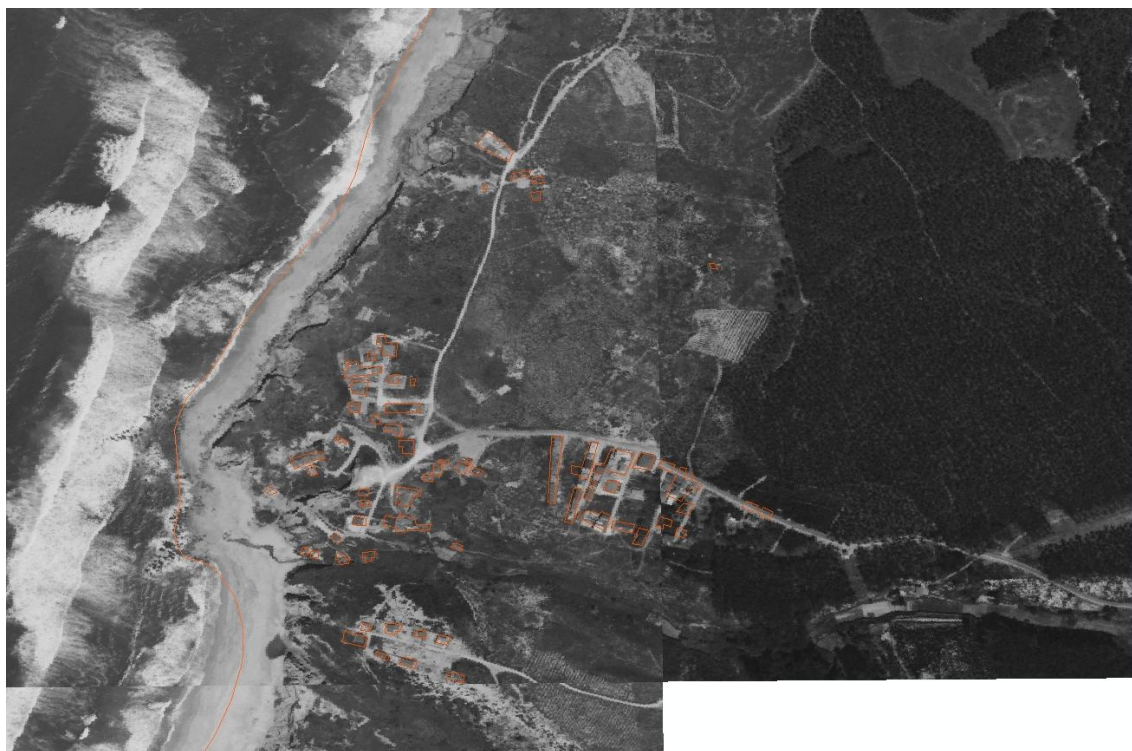
Fotografia aérea de 1951(IGeoE). Encontram-se assinaladas as edificações existentes à data.

Fonte: SIARL/IGP.



Fotografia aérea de 1980 (IGP). Encontram-se assinaladas as edificações existentes à data.

Fonte: SIARL/IGP.



Fotografia aérea de 1996 (INAG). Encontram-se assinaladas as edificações existentes à data.

Fonte: SIARL/IGP.

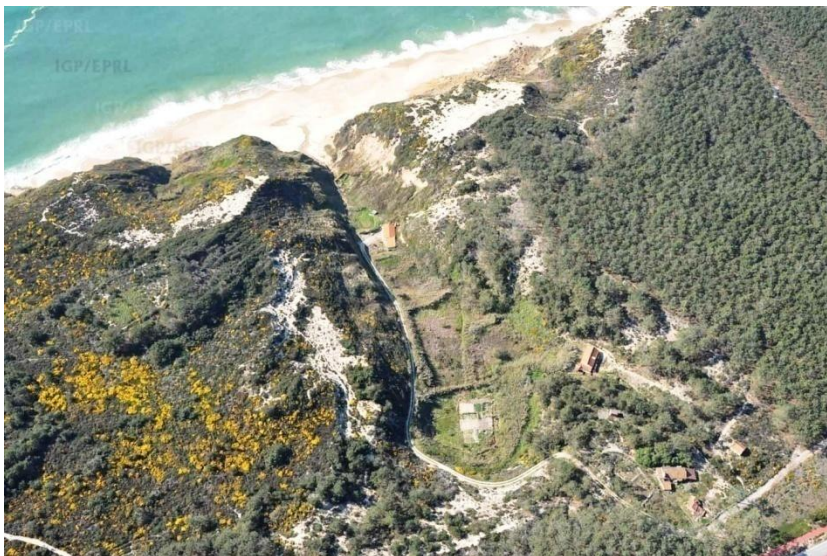


Foto: SIARL/IGP. Vão oblíquo, Março de 2011.

Feligueira, Vale Pardo, Valeirão, Águas Luxosas



Feligueira.
Foto: SIARL/IGP. Vôo
oblíquo, Março de 2011.

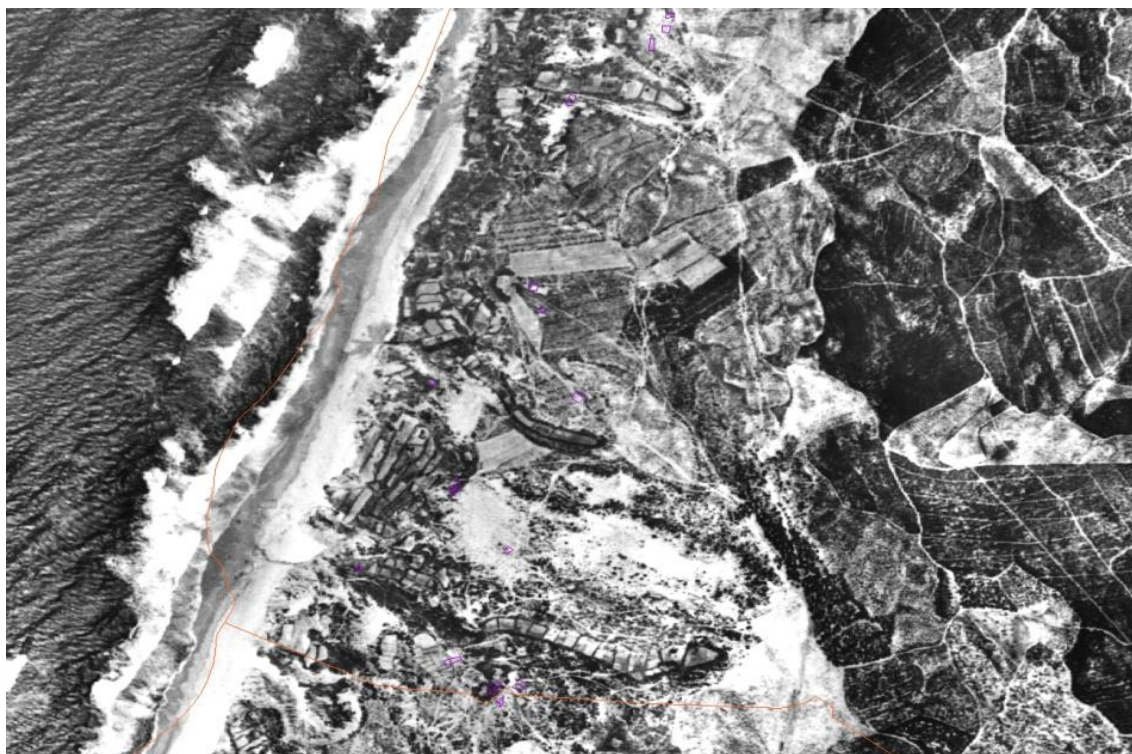


Vale Pardo ou Vale do
Inácio.
Foto: SIARL/IGP. Vôo
oblíquo, Março de 2011.



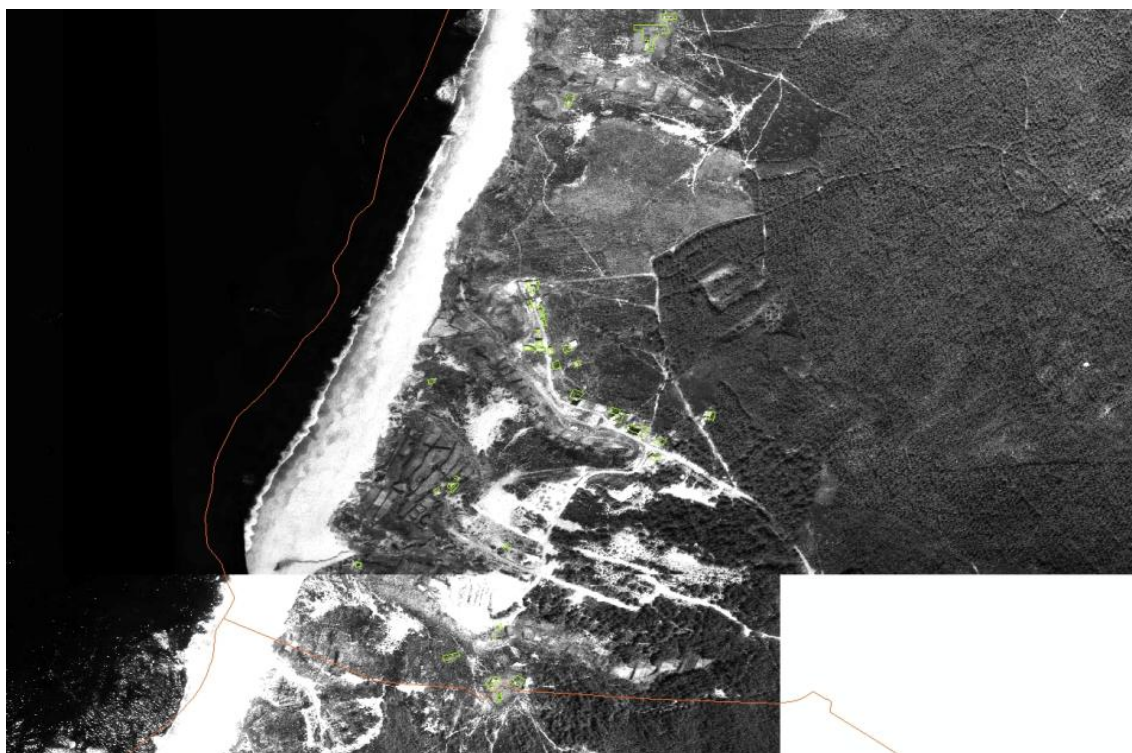
Da esquerda para a
direita:
Vale Pardo
Valeirão
Águas Luxosas
Foto: SIARL/IGP. Vôo
oblíquo, Março de 2011.

Légua e Falca



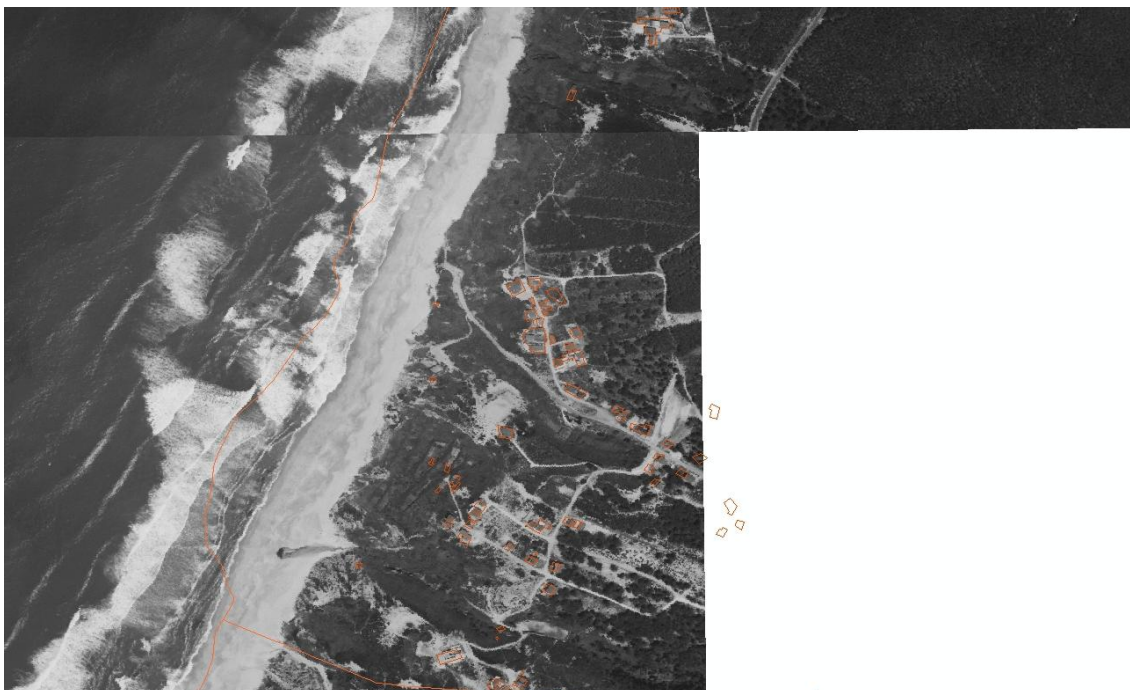
Fotografia aérea de 1958 (IGeoE). Encontram-se assinaladas as edificações existentes à data.

Fonte: SIARL/IGP.



Fotografia aérea de 1980 (IGP). Encontram-se assinaladas as edificações existentes à data.

Fonte: SIARL/IGP.



Fotografia aérea de 1996 (INAG). Encontram-se assinaladas as edificações existentes à data.

Fonte: SIARL/IGP.



Foto: SIARL/IGP. Vão oblíquo, Março de 2011.

